

AURÉLIO MIGUEL

**A FUNÇÃO SOCIAL DO ECONOMISTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA EM
TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: fundamentos filosóficos e marcos políticos.**

Dissertação de Mestrado

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
2002**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A FUNÇÃO SOCIAL DO ECONOMISTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA EM
TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: fundamentos filosóficos e marcos políticos.**

Aurélio Miguel

Orientador: Prof. Doutor César Aparecido Nunes.

**Dissertação apresentada como exigência final para a
obtenção do título de Mestre em Educação, na área
da Filosofia da Educação, à Comissão Julgadora da
Faculdade de Educação da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do Professor Doutor César
Aparecido Nunes.**

DATA: ___/___/_____

Orientador: Prof. Doutor César Aparecido Nunes

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César A. Nunes

Prof. Dr. José Roberto Zan

Prof. Dr. Sílvio Sánchez Gamboa

2002

III

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos – CRB-8ª/5447

M588f Miguel, Aurélio.
A função do economista na sociedade capitalista em tempos de
globalização: fundamentos filosóficos e marcos políticos / Aurélio
Miguel. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: César Aparecido Nunes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Educação – Filosofia. 2. Economia. 3. Desenvolvimento. I.
Nunes, César Aparecido. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

02.268-BFE

RESUMO

Este trabalho investiga a função social do cientista social da área de economia na história da economia brasileira dos últimos cinquenta anos. Além das funções do economista enquanto um agente que deve contribuir para as condições de vida humana, foi investigada a formação do economista a partir das Universidades que os formam. A hipótese é a de que as transformações na organização da produção econômica interferem e até determinam as ações práticas e políticas deste cientista social.

Foi retratado assim o perfil do economista brasileiro buscando identificar a sua sensibilidade social. Traçamos um esboço da forma como o desenvolvimento econômico acontece na sociedade capitalista e de que forma o Brasil conseguiu integrar-se na economia mundial.

Com esses elementos foi possível identificar que o profissional de economia tem uma participação categórica nas decisões de política econômica, contribuindo, sobretudo, para o desenvolvimento nacional. Aliás, a formação em economia surge com o propósito de cobrir a lacuna do fazedor de políticas desenvolvimentistas.

Muito embora os esforços sejam sempre grandes, a sociedade brasileira não alcançou níveis satisfatórios de sobrevivência material e qualidade de vida. E aí indagamos, inclusive através de depoimentos dos mais destacados economistas do cenário político nacional acerca dessa contradição.

Com isso foi possível provar que as atenções dos trabalhos desenvolvidos pelos economistas, as suas produções científicas e as elaborações acadêmicas de formação educacional foram sempre dirigidas ao desenvolvimento econômico. Mas ficou a lacuna, embora alguns economistas insistissem nisso, de que a superação do baixo nível de qualidade de vida humana não se extinguirá enquanto a lógica da acumulação for a capitalista. E é sobre este aspecto que este trabalho procura despertar.

ABSTRACT

This piece of work investigates the social function of the social scientist from the economics area in the history of the Brazilian economics in the past fifty years. Besides the economist functions as an agent that should contribute to the conditions of the human life, it was investigated the formation of an economist from the universities which graduate him. The hypothesis is that the transformations in the organization of economical production interfere and even determine the practical and political actions of this social scientist.

It was described the Brazilian economist's profile trying to identify his social sensibility. We traced an outline like the way the economical development happens in the capitalist society and how Brazil was able to integrate in the decisions of the economical politics, contributing, especially, to the national development. Otherwise, the graduation in economics appears with the objective of covering the gap of the developing makers.

Although the attempts are always big, the Brazilian society hasn't reached satisfactory levels of material survival and quality of life. It is inquired inclusive from the statements of the most focusing economists of the national politics setting about this contradiction.

It was possible with this to prove that the attentions of the works developed by the economist, his scientific productions and the academia elaborations of educational graduations were always directed to the economical development. But a gap was left, although some economists insisted on that the overcoming of the low level of the quality of the human life will not extinguish while the logic of accumulation was the capitalist. And it is about this aspect that this work tries to arouse.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que se esforçam muito para conseguir o que querem e conscientemente enfrentam oposições e resistências, mas não desistem da busca de seus ideais.

AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos eu acho um pouco difícil, é como falar de nós mesmos porque temos que nos soltar um pouco e deixar nosso interior se manifestar.

Vou citar nomes de algumas pessoas que quero agradecer diretamente e também me desculpar por aqueles que por ventura não for citado aqui.

Quero começar agradecendo à minha família que me deu muito apoio e muito orgulho. Aos meus pais Floripes e Jorge. Ao Thiago, à Cassinha, ao Hernani e Silvinha, à Júlia, Nara e Jorginho.

À Cristiane, que me agüentou falar sobre isso um ano inteiro.

Na Faculdade de Guaxupé eu sou grato aos professores que me depositaram confiança: O prof. Jairo Cardoso, o Pe. Ezaú e o Tataio. Outros, na Faculdade, me ajudaram, a Margarida, a Suely Pasqua e a Sílvia Zavagli.

Deixo um agradecimento especial às minha amigas Cleide e à de muito bom astral, Luciane Marostegan.

Aos amigos da Unicamp com os quais tive uma experiência muito proveitosa e de grande aprendizado. Foi verdadeiramente muito importante conviver com aquelas pessoas que faço questão de destacar alguns: o Chico Mauri, o Walter Matias, a Adriana, a Ana Sílvia, a Sílvia, o Cássio, a Maísa, o Kika e o Giba, e o grande amigo Vanderlei.

Aos professores da Unicamp pela dedicação e atenção que dispensam a nós alunos. Ao prof. Sílvio Gamboa, ao prof. José Luiz Sanfelice. E também aos funcionários da Unicamp, especialmente a Gislene.

Tenho que agradecer ao meu amigo Reginaldo Arthus que sempre me encorajou e nunca me deixou ver obstáculos. Ele fez parte considerável dessa história.

Um agradecimento muito especial ao Flávio de Castro, pela capacidade que tem de, nos momentos em que sentimos enclausurados, com poucas palavras abre a porta pra descobertas.

E, ao mais que orientador e amigo, César Nunes, que tem a capacidade de concretizar as idéias mais abstratas. A oportunidade de estar perto do César, de conviver com ele e poder ouvi-lo nos faz crescer, compreender melhor o mundo e a humanidade. É verdadeiramente uma lição de como saber viver.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

	Introdução.....	01
1.	Capítulo I – Transformações Econômicas e Globalização	15
1.1.	Desenvolvimento e Emprego	17
1.2.	Globalização	30
2.	Capítulo II – O Economista e Sua Intervenção Política	42
2.1.	O Economista no Trabalho	42
2.2.	Ensino de Economia e Desenvolvimento	59
3.	Capítulo III – Pensamento e Formação do Economista	84
3.1.	A Discussão Recente dos Economistas que Fizeram e Fazem Parte da História do Desenvolvimento Nacional	86
3.2.	Conhecimento Ampliado e Ação Política	98
3.3.	Análise sobre as Grades Curriculares do Ensino de Economia no Brasil	100
4.	Considerações Finais – Propostas, Perspectivas, Desafios da Economia e da Formação e Função do Economista.....	110
5.	Apêndice. – Estruturas Curriculares de cinco em cinco anos das quatro Universidades Seleccionadas.....	119
6.	Bibliografia	156

INTRODUÇÃO

O economista é, por definição e natureza, um cientista social. Enquanto tal, como todo cidadão, tem a função de trabalhar para o bem comum. Suas ações devem contribuir para a elevação do bem estar da comunidade e promover a emancipação do homem. Nos livros de economia, nas suas categorias iniciais, encontramos a seguinte definição: “*a economia é o estudo das condições materiais da vida em sociedade e dos motivos que levam os homens a ações que têm conseqüências econômicas. Seus objetos de estudo são as condições, motivações e razões da riqueza; das ações individuais e sociais ligadas à obtenção do bem-estar*”¹.

Nosso trabalho procura compreender especificamente a sua função social e, para isso, faz uso de alguns apontamentos sobre a formação institucional deste profissional. Ao longo do tempo, na história recente, o economista sempre se apresentou como gestor da política de acumulação de capital. Interpretar a sua função e observar a sua formação nos permite comprovar o seu caráter educacional e político, buscando apurar o seu potencial científico de afastar-se da realidade social para poder interpretá-la. Interessa-nos ainda compreender a eficiência da prática política do economista, que deverá ter a lucidez de não ser tomado como um mero intelectual orgânico da acumulação capitalista e alienar-se na lógica do capital.

Como elemento complementar de análise e interpretação da função social do economista, serão analisados, de maneira breve, a composição dos cursos de economia no Brasil. Esta análise será feita por amostragem através das grades curriculares de quatro universidades brasileiras. A leitura dos currículos possibilitará apontar alguns efeitos ou relações constantes entre as transformações por que passa a organização da produção econômica no capitalismo e suas influências sobre os aspectos educacionais de sua formação.

¹ MARSHALL, Alfred. *Principles of economics*. 8. ed. Londres: Macmillan, 1961 in ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. Atlas. São PauloÇ 2000, p. 45.

Através desta metodologia de trabalho, esta dissertação se assentará sobre o método de estudo crítico-histórico que trata da inter-relação que se estabelece entre a infra-estrutura – base de produção material econômica – e a superestrutura da sociedade – elementos da instância jurídico-ideológica.

A análise da composição dos cursos de economia que dará suporte à interpretação da função do economista será realizada pela seleção das grades curriculares de quatro Universidades brasileiras. As universidades selecionadas são: PUC-Campinas, USP, UNICAMP e UFMU (Universidade Faculdades Metropolitanas Unidas, de São Paulo).

Entendemos que esta seleção nos dá elementos suficientes para a interpretação requerida por constar de duas universidades privadas e de duas universidades públicas. As instituições estão situadas numa região que acreditamos corresponder a um centro dinâmico de produção intelectual e de produção de conhecimento por estarem no eixo São Paulo – Campinas, área central de expansão industrial brasileira. Mas esse trabalho não pretende aprofundar-se em análise de conteúdo educacional, apenas utiliza a leitura das grades curriculares para apontar a relação entre ensino e constituição das relações de produção.

As grades curriculares estarão dispostas no apêndice deste trabalho e refletem a organização dos cursos de economia dos anos cinquenta ao ano 2000. Correspondente ao desenvolvimento capitalista no Brasil do último cinquentenário. As escolas de economia são de criação recente e, no Brasil, nasceram entre os anos de 1944 e 1947, conforme registraremos no decorrer da dissertação.

Os cursos de economia que surgiram nos anos entre 1944 e 1947 tiveram como pólos principais São Paulo e Rio de Janeiro. Nestes dois centros foram criadas escolas de pensamento econômico, de linhas de desenvolvimento que são referências para as outras escolas no Brasil. Esta afirmativa só tem importância para salientar que embora Rio de Janeiro tenha uma importância destacada na produção intelectual e escolástica de economia, suas universidades não fazem parte da amostra colhida, mas acreditamos que isto não prejudicaria os objetivos propostos.

Comporá o estudo, numa caracterização do contexto histórico, especialmente do período atual, uma abordagem das transformações econômicas, sobretudo em relação ao trabalho, e uma análise da evolução dos cursos de economia. É necessário entendermos que o que motivou este trabalho foi, sem dúvida, a intrigante necessidade de caracterizar qual é

o papel social do economista. Muitas vezes, espera-se que o candidato ao curso de economia tenha uma vocação intrínseca para questões sociais e que este procure o curso para satisfazer essa necessidade. Também é fácil observar uma relação de troca entre objetivos gerais e técnicos ao depararmos com uma quantidade grandiosa de profissionais em economia ocupando cargos de relevância social destacada. Nos dias atuais a grande maioria dos ministérios da esfera governamental federal é ocupada por esses profissionais. Estas contradições exigem análise e reflexão.

Sempre consideramos essa dicotomia teórica versus técnica, cientista distanciado do sistema de acumulação *versus* profissional sujeitado à lógica do capitalismo e, por sua vez, incapaz de interpretar e buscar alternativas satisfatórias e justas para a sobrevivência material e emancipação do homem.

A profissão do economista está comprometida com atividades cuja *performance* exige distanciamento e interpretação dos fatos históricos e econômicos. Enquanto cientista social – o economista – deve procurar distanciar-se dos fatos econômicos com rigor filosófico para que possa ter a compreensão do movimento de acumulação de riquezas e dos limites de sua distribuição. É incorreto, em nossa opinião, tê-lo apenas como gestor das relações de produção que se estabelecem de acordo com os interesses imediatos da rentabilidade do capital. Mas há também, e não se pode desprezar, um outro caminho a percorrer por este profissional que exige capacidade técnica. O economista também não se limita a um cientista social. Também atua no mercado, como administrador, como planejador, como financista, como operador de mercado. Nesta hora, a característica que o distingue dos outros profissionais não é o afastamento como os de aplicação social, mas a interpretação generalista, a associação das ações macroeconômicas para tomadas de decisão. É esperado como profissional que analise todo o comportamento das variáveis macroeconômicas, as políticas sociais e o ritmo de acumulação de capital para orientar sua decisão.

Quando o Estado tem uma forte presença no processo produtivo, o perfil do profissional de economia também é diferente. Neste ponto, o tamanho e densidade do Estado na economia nacional levam o economista a atuar diretamente no setor público, e aí como gestor de políticas públicas. Neste caso o economista tem uma importância muito

relevante, pois foi o responsável operacional por muitos dos determinantes do processo de acumulação nacional.

Um componente que corta e fere a identidade científica do economista é o conceito abstrato de “mercado”. No fim das contas, o profissional procura, individualmente, um meio de sobrevivência material e concreta. O mercado de trabalho é quem abre ou fecha portas para esse profissional. O que o mercado é? É o reflexo das mutações na acumulação de capital, entre possíveis definições. Existem possíveis confusões sobre a representação do cientista economista. A grande maioria das instituições de ensino o coloca como opção entre contabilista e administrador de empresas; embora não exista nenhuma relativa distância entre essas áreas de conhecimento. As instituições de ensino oferecem os cursos de Contabilidade, Administração e Economia em uma mesma faculdade. Seria interessante avaliar a articulação entre estas ciências e formações profissionais institucionalmente articuladas.

No entanto, quando as escolas, prontamente, as apresentam juntas, o candidato é influenciado por essa supostamente falsa equivalência. A Administração, tal como concebemos hoje, organiza mecanismos de produção para ampliar a taxa de lucro para a empresa a que serve. O seu limite é dado pela forma como se organiza a produção social, portanto, a lógica econômica. A contabilidade registra os procedimentos e resultados econômicos, quantifica os impactos da produção e informa o proprietário do capital. Enquanto isso, a Economia é ciência positiva e concreta que parte da interpretação as relações sociais a partir da produção. Além disso, é um pouco complicado esperar que o jovem ao ingressar na universidade já tenha uma concepção correta do que seja o papel do economista.

Uma coisa é a ideologia administrativa de burocratização, de organização, de metas, de motivação profissional pelo setor de recursos humanos. Outra coisa é a compreensão dos fatos históricos e a busca por uma alternativa que permita a ampliação da possibilidade de sobrevivência material. Mas as instituições de ensino confundem os candidatos às faculdades ao disponibilizar os cursos num mesmo departamento, com o mesmo corpo docente, colocando-os numa mesma área e tornando iguais os profissionais. A história da faculdade de economia da Unicamp, que resistiu a esse modismo, teve “espontaneamente” sua origem pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Pode se fazer uma associação com o período correspondente ao final dos anos oitenta e começo da década de noventa, com o esgotamento do período da economia planejada de vasta participação estatal e com o avanço das políticas neoliberais de afastamento do Estado e orientação pelo mercado. Os cursos de Economia tiveram suas demandas reduzidas em prol duma elevação sensível dos cursos de Comércio Exterior e Administração de Empresas. Justamente quando a sociedade mais precisaria de um cientista social capaz de relacionar sociedade e produção material - que é o grande diferencial desse profissional – ele vai deixando de aparecer e cada vez mais sua profissão integra-se a outras correlatas. Os próprios programas de recrutamento e seleção das empresas dão conta de neutralizar as diferenças potenciais ao reunirem para uma mesma vaga, administradores, economistas, jornalistas, advogados, engenheiros.

Toda a crítica que este trabalho propõe torna-se um alvo de fácil alcance se o Exame Nacional de Cursos for considerado como critério cabal. Nele há uma exigência que pretende repensar os programas e a real função do economista. Apesar disso cabe destacar que o Exame não corresponde à realidade concreta dos cursos porque suas provas são elaboradas por um grupo de professores em consonância com o Ministério da Educação e Cultura e com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Isso quer dizer que seu conteúdo pode ser de muito boa qualidade, mas não representa a realidade dos cursos porque este grupo de professores pode ser um grupo isolado, com determinadas características ideológicas. Mas, mais importante do que isso é refletir sobre o mecanismo de avaliação que o Exame Nacional de Cursos promove.

Não é nosso objetivo tratar sobre o Exame Nacional de Cursos, mas poder-lhe-á caber uma crítica. Mesmo que o exame tenha uma elaboração de relativa qualidade, do ponto de vista técnico, sobra-lhe uma lacuna pela maneira fria como aborda os temas acentuando o tecnicismo em detrimento da interpretação crítica. Repensar a qualidade dos cursos oferecidos no Brasil, em todo o seu território é até uma atitude louvável, mas da forma como isso se produz requer uma intervenção e reflexão bastante profunda. Grosso modo, o que o Exame implementou, foi o programa utilizado nas empresas de produção industrial e comercial e mesmo nas de serviços, adaptadas para a educação, como se a educação fosse um produto vendável e passível de reprodução em qualquer lugar e a qualquer tempo. Foi adaptado o mesmo método dos programas de *qualidade total* que

tiveram origem no Japão, economia que lidera o ranking desenvolvimentista das economias capitalistas do início dos anos 90, num cenário de economia globalizada. Apesar de o conceito de qualidade vir do final dos anos 70, no final da década de 80 e durante a década de 90 toma uma expressão maior com uma nova roupagem que o define como meio de controle e seleção.

A lógica desse pacote de avaliação da qualidade total é a observação da prática empresarial, passível de reprodução idêntica a cada lote fabricado. Isto dá ao consumidor, em qualquer lugar do mundo, a segurança de estar comprando um produto que é sempre homogêneo.

Qual foi a proposta do modelo? Registre tudo o que você produz, todas as etapas de produção, todos os critérios de controles. Documente tudo isso de maneira rigorosa. - Não se avalia o que produz, mas como se produz. Qual é o conceito de qualidade? O que é qualidade? A resposta a que se chegou foi: Qualidade é aquilo que satisfaz o desejo de consumo, do consumidor individual. Se o que se quer é algo duradouro, qualidade é durabilidade. Se for descartável (para o mesmo produto), qualidade é poder ser descartável.

A mesma coisa foi incorporada à educação. Cria-se um mecanismo de avaliação - o "Provão" - classificam-se a instituição e o curso (atribui-lhe um conceito); avaliam-se as condições de oferta - aplica-se conceito. Os conceitos variam de "A" a "E". Os conceitos "C", "B" e "A" são satisfatórios. A persistirem esses conceitos o consumidor do ensino vai escolher o produto a comprar levando em consideração a distância de sua residência; o preço da mensalidade *versus* o preço do aluguel em outra localidade; o tipo de curso e a satisfação pela sua necessidade. Qual necessidade e qual qualidade?

É por essa "mercadorização" que está passando a educação superior. Nesta concepção por mais rigoroso que seja o tipo de avaliação o objetivo final é qual a demanda de mercado. O consumidor determina o tipo de curso que lhe interessa, ele pode comprar um produto de conceito "A", se lhe for conveniente, ou um produto de conceito "C"; depende do que quer o consumidor fazer com o resultado do curso, se for-lhe muito necessário, ele vai querer um melhor, se for só para ter um curso, a letra "D" é-lhe suficiente. Será mais barato, certamente. E o "consumidor" está vitimado pelo modo de produção e velocidade da acumulação.

Recuperando o objeto central deste trabalho, o cenário das transformações econômicas, que se alteram derivadas das transformações no processo de acumulação capitalista leva a modificações da formação do economista e de sua prática social. Particularmente, no Brasil, as transformações econômicas deram contornos diversos, ao longo dos últimos cinquenta anos, para a profissão do economista.

No início da segunda metade do século XX o Estado Brasileiro tomou a dianteira do ritmo da acumulação. Naquele cenário foi necessário criar um corpo técnico diretivo de gestores das empresas. Havia-se iniciado a transformação de uma economia agrícola com altíssimo grau de dependência de mão-de-obra não especializada para um modelo de grandes empresas com maior utilização de mão-de-obra especializada. Esse modelo iniciava-se com Getúlio Vargas (1930-1945) e aprofunda-se com Juscelino Kubitschek (1955-1960). O governo tem, nas mãos, as rédeas do desenvolvimento econômico e um compromisso discreto com o capital das empresas multinacionais (hoje chamadas transnacionais). Era um momento onde o gestor empresarial tem importância destacada, pela menor utilização da mão-de-obra desqualificada. A produção, nas escolas, foi a de gerar tecnocratas, controladores, gestores do capital nacional, internacional e estatal.²

Assim o capital Estatal foi o guia do desenvolvimento econômico do início do período em questão. Esta fase se estende até o final dos anos setenta. Não se espera um processo mutante numa velocidade mágica. O que se pretende é observar as tendências das formações educacionais. Nessa primeira fase, dois momentos podem ser considerados. Antes e depois de 1964 com a intervenção no governo dos militares (1964-1985). O primeiro momento é o da superação da dependência pelo grande capital nacional e da dependência externa. Com os militares continuou o programa de dependência, quer dizer, crescimento econômico vinculado ao capital estrangeiro para empréstimos, investimentos diretos e tecnologia. Depois da intervenção militar prosseguiu o mesmo critério, mas com um adicional, a economia tinha de crescer sempre para apagar os ânimos revoltosos. A compensação da ansiedade popular seria via crescimento econômico e crescimento de emprego. Intercedeu, sobre isso, a estrutura governamental, sobretudo através do Ministério do Trabalho que teve o papel de conciliador dos interesses das classes sociais.

² Ver COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A Fala dos Homens*. Brasiliense. São Paulo: 1983.

Ao final dos anos setenta, tem início uma fase de flexibilização das relações entre capital e trabalho; o retorno da hegemonia do modelo liberal; o neoliberalismo, e também marcada pela redução do Estado interventor. No caso brasileiro, especificamente, os anos oitenta são marcados por crescimento próximo de zero e transferência do capital produtivo para o capital financeiro. Uma elevada inflação por toda a década. Uma quebra no sistema.

Os anos noventa marcam uma quebra da lógica da acumulação de capital que se destaca fortemente das transformações anteriores. A hegemonia do pensamento econômico, o caráter doutrinário das concepções de gestão econômica torna-se marcadamente neoliberal. O processo de acumulação de capital, sob a ótica mundial, exige uma quebra das barreiras externas e a saída do Estado como gestor do desenvolvimento para a entrada da lei de mercado. Cabia, à economia nacional, o controle de parques mecanismos de abertura, eles apenas poderiam ser mais rápidos ou mais lentos. Mas, inevitavelmente, a saída do Estado provoca alteração na função do economista. São intensificados: o comércio exterior, a produção, as exportações; isto exige mecanismos de aferição de qualidade e daí os programas e métodos da *qualidade total*, já difundidos nos países desenvolvidos, que chegavam ao Brasil. O neoliberalismo se impõe como modelo hegemônico.

Com o fim do sistema que vigorou até 1985, a onda neoliberal tomou vulto e disseminou, inclusive, sob formas de políticas de orientação educacional. O modelo neoliberal, que implica em elevação dos interesses individuais, redução do Estado, superação da igualdade por uma condição de sorte, merecimento ou capacidade de cada membro da sociedade e capacidade de alcance do sucesso de uns em detrimento do sucesso de outros, aparece como uma válvula para a acumulação capitalista. Isto nos permite concluir que o sistema capitalista determina e exerce pressão sobre as forças produtivas e de reprodução do capital para perpetuação do processo.

“É evidente que cada indivíduo, na situação local em que se encontra, tem muito melhores condições do que qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade nacional no qual pode empregar seu capital, e cujo produto tenha probabilidade de alcançar o valor máximo. O estadista que tentasse orientar pessoas particulares sobre como devem empregar seu capital não somente se sobrecarregaria com uma preocupação altamente desnecessária, mas também assumiria uma autoridade que seguramente não pode ser confiada nem a uma pessoa individual nem mesmo a alguma

*assembléia ou conselho, e que em lugar algum seria tão perigosa como nas mãos de uma pessoa com insensatez e presunção suficientes para imaginar-se capaz de exercer tal autoridade.”*³

Hegemonia no pensamento econômico conduz à prática política unilateral. Delfim Neto, ministro do governo militar, pode até representar-se como intelectual orgânico da primeira fase de que trata este texto, ao defender o capitalismo planejado através de qualquer meio para evitar o socialismo, volta agora a declarar que *“cada vez que os indivíduos viveram num mundo... na qual a sociedade civil não era submetida à completa tutela do Estado..., eles tenderam a encontrar... o capitalismo”*.⁴

Enquanto havia uma esperança para a sobrevivência humana que não o capitalismo, ainda era tolerável o esforço feito pelo grupo de defesa do capital. Por mais que o sistema interferisse na educação ainda havia espaço para críticas e reflexões porque se avistava uma possibilidade de humanização através de outro sistema. Ao mesmo tempo essa possibilidade provocava aceleração nas conquistas do capital para compensar a possível alternativa socialista. Essa situação ficaria crítica quando desaparece a alternativa que antes garantia limites à acumulação capitalista. Sem o socialismo, o ritmo de acumulação não tem mais freio, a ordem passa a ser pelo individualismo. O interesse de cada um e o mercado serão os norteadores e as possibilidades de crescimento econômico. É pela ação individual que cada pessoa logra melhor nível de sobrevivência material. A ausência de uma opção real como poderia ser a existência de um modelo socialista deixa livre o caminho para o capitalismo, ou, pelo menos, reduz as resistências a este modelo. Nesta “ditadura” é necessário refletir e resgatar o cientista social que aponte ou preveja qual será o nível de sobrevivência que a sociedade encontrará em seu processo histórico.

A Educação, no capitalismo, não é, por definição, palco para emancipação humana, ao contrário, ela é mesmo um mecanismo de submissão e controle social a favor do interesse dominante. Ao longo de toda a história da Educação, seja qual for o regime, a

³ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*, por CARNEIRO, Ricardo. *Os Clássicos da Economia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 52.

⁴ DELFIM NETO, A. FSP, 19-07-2000.

cultura educacional é preparar os jovens para a organização da vida adulta, reprodução das instituições dominantes.⁵

A função do economista, transformada por sua atuação política mediante modificações no processo de acumulação de capital é a hipótese deste trabalho. Essa transformação é reforçada quando, da mesma forma que na função, o modo de produção interfere na formação educacional.

Ao trazermos a discussão da educação como subserviente ao modo de produção capitalista, da literatura geral para o particular, para a educação brasileira, Nogueira⁶ nos dá um importante suporte quando discorre sobre a substancial ajuda estrangeira à educação brasileira que percorre os anos pós 45 até 1969, com intensificação entre 55 e 65. A ajuda ou financiamento educacional, abordada na tese de Nogueira, tem origem nos organismos multilaterais sob uma proposta de criação de bases para o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas com vistas da equiparação às economias avançadas. Os EUA são os principais financiadores desse processo. Processo que percorre desde o ensino básico até o superior, havendo inclusive alguns momentos de maior apoio aos níveis superiores ou de especialização para fortalecer a criação de novas técnicas que pudessem gerir as modernas estruturas industriais de uma economia em expansão e desenvolvimento. O ideal desenvolvimentista incluía e combinava crescimento econômico com desenvolvimento sobre bases democráticas. Mas, o golpe militar de 64 não desestabilizou nem afugentou os interesses e estruturas de financiamento porque num cenário de *guerra fria* era interesse dos países financiadores – EUA, França preponderantemente – que se afastasse o perigo comunista. Embora esta estrutura de desenvolvimento educacional tivesse proposituras de crescimento e equiparação das nações desenvolvidas e não desenvolvidas, não acontecia gratuitamente. Vinham cercadas de compensações econômicas, sobretudo na relação Brasil x EUA. Essas compensações estavam num vínculo de importação de produtos americanos, conquanto existisse o programa de substituição de importações. E mecanismo de manutenção de taxas ideais de câmbio, que engessavam o desempenho internacional da indústria brasileira. Nos anos 70 e 80 os investimentos passam a serem financiados mais

⁵ ENGELS, F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 2000.

⁶ NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. Ajuda Externa à Educação Brasileira: Na Produção do “Mito do Desenvolvimento” Da USAID ao Banco Mundial. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP: 1998.

por organismos multilaterais que por nações específicas (bilaterais). Isto afasta um pouco o vínculo americano, mas não perde a relação centro-periferia. A crise financeira dos anos 80 reduziu sobremaneira este mecanismo. Somente com o enquadramento às regras, o FMI abre expectativas de novas linhas de crédito. O FMI, por sua vez, não tem o mesmo compromisso de desenvolvimento, e nem adota mecanismos de financiamento a longo prazo como o modelo anterior.

Fica reforçada a proposta dos organismos multilaterais olharem as economias periféricas, reconhecerem a necessidade de auxílio, compreenderem que a forma de ajuda promovida contribuiu para o desenvolvimento nacional (considerando investimentos produtivos) e que o investimento social – sobretudo na educação – permite, nos anos 90, fazer avançar o Brasil para um mais supostamente evoluído estado de desenvolvimento humano a partir da evolução do capital humano.

Torna-se clara a convergência entre os organismos financiadores e o governo militar na proposta de conduzir as bases para o desenvolvimento econômico industrial reproduzindo os ideais do capitalismo. Além disso, o modelo de ensino é marcadamente desigual entre as classes sociais. Com promessas de igualdade, mas na verdade, desiguais pelo diferenciado ensino dado pelo setor público e pelo ensino privado, e pelos desníveis das escolas profissionalizantes de segundo grau.

Nos anos 90, os financiamentos são mais generosos para a educação básica na perspectiva da reestruturação produtiva. Assim, a Educação se subordina às relações econômicas financeiras, impostas de fora, tendo as relações econômicas como bem universal.

GENTILI⁷ faz crítica à verdadeira democracia apregoada pelo neoliberalismo. Em geral o sistema é conservador, mas de par com a democracia é mais aceito. Os dois termos democracia e conservadorismo se aliam e cedem espaço, principalmente para o conservadorismo.

Convence-nos exigir do economista que se transforme num cientista social capaz de interpretar o processo de acumulação, o crescimento e o desenvolvimento do sistema capitalista e de traçar parâmetros e mecanismos para atender a ansiedade e a necessidade de sobrevivência material ao homem. Cabe mais que isso cabe traçar alternativas que

⁷ GENTILI, Pablo. A Falsificação do Consenso: Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Vozes. Petrópolis: 1998.

permitam a integração do homem enquanto ser social. Mas isto não é tema para esse momento. Haveria um vasto campo, orientado pelo pensamento dialético para trabalhar o tema. A possibilidade de ação preventiva que condena o ufanismo que o liberalismo provoca pode ser confirmada em Ricardo (1997) quando diz que o sistema capitalista permite uns modelos traçados por variáveis, dependentes e independentes, que permitem operacionalizar o instrumental passível de previsões⁸.

Contudo, são transformações na economia que determinam a organização no mercado de trabalho. Foi dito acima que inclusive existe consenso na flexibilização do trabalho recente e isto é a perspectiva para os próximos períodos. Existe uma relação conjunta, engrenada e de troca do processo de acumulação de capital, o processo educativo formador de profissionais para o mercado de trabalho e o resultado que essa própria criatura da educação considera correto e interpreta o processo econômico além de interferir como peça dessa mesma engrenagem e acelerar o ritmo dessa acumulação.

Para que o processo econômico sob a exigência da acumulação de capital se realize é necessário haver sobre tudo isso uma ideologia tal que se convença, pelo conjunto de idéias, de uma verdade ideal de sobrevivência humana. A ideologia contemporânea é de uma sociedade neoliberal. O neoliberalismo é o grande protetor do processo atual de globalização. Globalização que representa quebra do Estado-nação, mudança, flexibilização e livre trânsito de mão-de-obra. Junto desse novo formato da organização produtiva, aprovada por haver uma ideologização que a protege, cresce uma outra variável de caráter cultural que, de mãos dadas com a globalização, modifica padrões culturais, rompe paradigmas, impõe novos costumes. Enfim, faz desabrochar um novo padrão de organização social, também defendido pela ideologia neoliberal.

Transformações na organização da produção implicam em necessária transformação nas estruturas formadoras da sociedade da qual a educação é parte relevante. A sociedade organização sob a égide da globalização é uma sociedade influenciada pelo consumismo.

Vivemos, nos dias atuais, desde o final do século XX e começo do século XXI, um cenário social mais crítico. O nível de emprego sendo paulatinamente reduzido em razão da produção que cada vez mais se automatiza. Na sociedade capitalista o emprego é o único modo formal de garantia da sobrevivência. Diante disso, surgem propostas alternativas para

⁸ PAIVA, Carlos Águedo Nagel. David Ricardo em – CARNEIRO, Ricardo. “Os Clássicos da Economia”. Editora Ática: 1997.

viabilizar a convivência humana, entre elas destacam-se os programas de redução de horas de trabalho como saída razoável, e talvez a única, capaz de permitir a permanência do modo capitalista de produção.

Colocar a educação como elemento de importância para a formação do homem e capaz de influenciar sua conduta pode ser confirmada e, sobretudo, submetida ao interesse das forças capitalistas quando *“é notório o financiamento internacional da educação e a intervenção das agências mundiais na estruturação dos sistemas de ensino (2), mas na lógica de mercado a educação torna-se um produto a ser consumido por quem demonstrar vontade e competência para adquiri-la, em especial a educação ministrada nos níveis médio e superior. As teses neoliberais têm sido pródigas em propor argumentos favoráveis à privatização da educação, como formadora das elites ou para dar a cada um o que sua função social exige, e que não pode ser obtido por meio de uma educação pública comum (SANFELICE, 2000).*

*A teoria do capital humano, economicista, continua sendo a mais adequada para as finalidades educacionais propostas. Ou seja, sua redução à formação de recursos para a estrutura da produção: globalização e qualidade total.”*⁹

Em síntese, este trabalho pretende discutir a relação entre a lógica de acumulação de capital enquanto influenciadora da função do economista que é um cientista social. Esta análise passa necessariamente pela formação do economista e por isso, pela educação e pelos currículos das escolas de economia.

Finalmente, após discorrermos sobre os objetivos a que se pretende alcançar com a elaboração deste trabalho, cabe agora apresentar a seqüência que o leitor vai se deparar ao longo do texto.

No primeiro capítulo apresentamos, inicialmente, a forma com que se dá o desenvolvimento tradicional de uma economia capitalista. Apontamos os estágios do desenvolvimento econômico capitalista. Tratamos também de indicar, de forma sintética, a maneira com que a economia brasileira se integrou à economia internacional. Traçamos a relação de dependência externa do capitalismo nacional. Essa integração leva, necessariamente, a algumas acomodações de alternância na relação capital – trabalho que

⁹ SANFELICE, J. L. Pós-modernidade, Globalização e Educação. Texto in Globalização, Pós-modernidade e Educação. Editora Autores Associados. Universidade do Contestado Campinas: 2001, p. 10 e 11.

deságua na crise do emprego do final do século XX. No segundo tópico deste capítulo serão apresentadas considerações sobre a globalização que a nós é vista como uma fase específica do capitalismo mundial.

O segundo capítulo vai situar o economista no mercado de trabalho visto a partir de uma leitura generalista e da intervenção política do exercício dos economistas vinculados ao desenvolvimento econômico brasileiro da segunda metade do século XX. A pesquisa, que define o perfil do economista define, de maneira genérica, o posicionamento do economista brasileiro. Enquanto isso, a relação do ensino de economia com o desenvolvimento econômico dá o direcionamento das concepções ideológicas da formação do economista e a prática daqueles que estiveram à frente nas orientações de políticas governamentais.

O terceiro capítulo abordará a discussão sobre o papel do economista a partir de dois encontros nacionais que tiveram este objetivo. Esta discussão congrega depoimentos de um destacado grupo de economistas que dão e que deram relevantes contribuições ao desenvolvimento econômico do Brasil por ocupar cargos de ação política na esfera do governo federal. Também têm responsabilidades sobre a formação do economista por estarem vinculados a instituições de ensino de economia e por terem posicionamentos ideológicos fortemente constituídos. Após esta primeira parte, se justificada, de forma sintética, a existência de cursos de pós-graduação e a criação de institutos de pesquisa em economia no Brasil. Esta extensão no ensino e pesquisa foi requisito importante a ação política desses intelectuais. E, ao final deste terceiro capítulo, será feita uma leitura abordando alguns apontamentos sobre as variações que as grades curriculares das universidades selecionadas sofreram ao longo deste período pesquisado e que estão no anexo desta dissertação.

Numa quarta parte deste trabalho tecemos considerações finais e propomos algumas propostas ou perspectivas para uma maior contribuição à sociedade, a partir da pesquisa em seus determinantes operacionais, institucionais e políticos.

Capítulo I

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E GLOBALIZAÇÃO

Reunir aspectos econômicos, políticos, culturais e filosóficos constitui sólida base para que transformações nas estruturas educacionais e ideológicas sejam compreendidas, contextualizadas e justificadas. Não há pretensão em dizer que a justificativa das mudanças sejam necessariamente sinônimas de justiça social e muito menos que impliquem em elevar os níveis de humanização, emancipação e integração do homem enquanto ser social.

Este capítulo vai traçar definições conceituais sobre o desenvolvimento econômico e a globalização. Estes dois temas estão protegidos, nos tempos atuais, pela ideologia do neoliberalismo. Dão a marcha dos tempos atuais. A ideologia - o pensamento hegemônico, a cultura social, o modismo e o grau de relações comerciais, promovidos pela organização econômica determinam estruturas organizacionais da sociedade. E assim, produzem estruturas de reprodução desse pensamento e dessa cultura de onde a Educação e, no caso específico, a formação do economista e sua função insurgem como produto desse processo. O economista tem uma responsabilidade social relevante porque se é produto desse processo é ele quem pratica política econômica que alimenta o movimento de acumulação de capital e de desenvolvimento.

Isso permite recorrer à teoria crítico-marxista que afirma a existência de um processo dialético de construção e reprodução das estruturas sociais em dois níveis, o infraestrutural, relativo a produção material e o supra-estrutural, relativo à ideologia, estrutura jurídica, educacional, que dinamizam a evolução do sistema:

“Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes, e sua vontade contrai relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento as suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à

qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existente ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações transformam-se em seus grilhões. Sobrevém, então, uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez”¹⁰.

Esse processo de transformação da ideologia que se apresenta da globalização garantido pela modificação cultural da pós-modernidade e avalizado pelo renascido liberalismo econômico são condicionados ou determinados pelo ritmo da acumulação de capital exigido pela geração de remuneração do capital das empresas transnacionais e buscam incessantemente explorar novos mercados e transformar o conjunto da sociedade em potenciais consumidores.

O economista pensa-se como o cientista que em princípio elabora, planeja e executa o desenvolvimento econômico (os depoimentos registrados no segundo capítulo justificam esta afirmativa). Suas funções estão preponderantemente situadas no âmbito do setor público. O que ocorre com o avanço da acumulação capitalista é que o sistema, nos dias de hoje, não tem, no planejamento e na política pública de desenvolvimento econômico, o melhor ou mais eficiente canal de acumulação de riquezas, como foi no passado recente. Nos dias atuais a hegemonia do capitalismo e a superação das condições primárias de reprodução –implantação da indústria de base nos países – tornam o mercado supostamente mais eficiente que o Estado. O economista sofre, no mínimo, um deslocamento de sua função primeira. Ao invés de situar-se como o fazedor da política, o orgânico da prática política, ele socorre a economia nos seus pontos de estrangulamento. Quando as taxas de juros tornam-se insuportáveis para a reprodução do capital, ele aparece com medidas para reduzi-las. Quando os investimentos internacionais se esgotam, eles vêm, através do FMI,

¹⁰ MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e Suas Fontes. Coleção “Os Economistas”. Ed. Nova Cultural São Paulo: 1986, p. 25.

para dar fôlego às economias debilitadas. Transformou-se assim, mais supostamente o *salvador* e não mais o *promotor* do desenvolvimento econômico.

1.1. Desenvolvimento e Emprego –

A industrialização do Brasil se completa no final da década de 70. Significa dizer que o Brasil conseguiu implementar a segunda etapa de industrialização com um século de atraso em relação aos países avançados. O capital estrangeiro e o capital estatal foram fundamentais para a industrialização no Brasil.

Durante o regime militar houve um destacado avanço no crescimento da produção material. O projeto de crescimento econômico foi audacioso (no regime militar) permitindo avanços consideráveis daquela defasagem precedente. Mas as fontes de financiamento que eram capital estrangeiro através de investimentos diretos ou por endividamento, primeiro estatal e mais tarde privado nacional, esgotaram-se com o advento da crise do petróleo (importante fonte de recursos) da década de 70. Com essa crise, o modelo de crescimento econômico implantado no Brasil entrou em crise. A constituição da segunda fase industrial foi alcançada na última possibilidade de integração do Brasil na economia mundial.

O Estado, tanto no período que precedeu o autoritarismo militar como dentro dele, foi o progenitor do desenvolvimento econômico nacional, investindo, diretamente, recursos na produção econômica, bem como financiando o capital privado. Ao final dos anos setenta, com as duas crises do petróleo e a conseqüente desvalorização cambial, o modelo de desenvolvimento assentado via empréstimos externos se esgotou. Iniciam-se os anos oitenta com uma ruptura do padrão de desenvolvimento econômico nacional. Além disso, o governo federal, para compensar as perdas do capital privado, ainda assumiu parte da dívida externa privada – compensando a desvalorização cambial – ao trocar títulos privados externos por títulos públicos. A não promoção de uma reforma tributária interna que permitisse o financiamento da dívida interna do governo, levou o governo a criar um a ciranda financeira a partir do déficit público. Mas o que se apresentava era, de fato, o rompimento com o desenvolvimento econômico, a crise de endividamento do Estado e do

capital privado nacional, fechamento da oferta de emprego e o início de uma inflação que se estenderia por mais de uma década.

Cabe aqui considerar o caráter de cumplicidade do Estado capitalista, ele (o Estado) defende os interesses da classe capitalista. Apesar disso se comprovar, nos atos que ele toma, tem que se considerar, também, que há, inevitavelmente, uma pretensão, ao menos em tese, de busca do bem comum e elevação do bem estar social.

Foi longo o período que se estendeu para o engajamento do Brasil na segunda revolução industrial e a possibilidade, para a entrada na terceira revolução industrial, apresentava-se num cenário muito desfavorável, de crise econômica e social.

A entrada, na segunda revolução industrial, já foi dificultada pela densidade tecnológica e de capital. A terceira revolução industrial é marcada por ter o centro decisório na esfera privada e não mais na esfera pública. É o capital financeiro que orienta a ordem dos investimentos, são os grandes bancos e as empresas *multi* ou transnacionais os seus agentes. Ao Estado coube o papel de *fazedor* de políticas macroeconômicas liberalizantes que dessem guarida ao processo de acumulação de capital guiado pelos padrões tecnológicos da microeletrônica e da informática. E depois, seguido pela química e biotecnologia.

As dificuldades seriam agravadas pela formação de blocos econômicos que imporiam limites e preferências nas relações das trocas internacionais, sobretudo aos comércios bilaterais intra-blocos e entre membros de blocos e fora deles.

O novo padrão tecnológico exige uma mão-de-obra mais apropriada, um aprofundamento da concentração de capital, sustentado sobre um discurso liberal de abertura econômica. Do lado interno das nações, essas mudanças encontram uma economia fragilizada, endividada, com o Estado também endividado e com dificuldades cambiais. A década de 80, em crise, estancou a possibilidade do Estado produzir estrutura que viabilizasse desenvolvimento.

A concentração de capital, a defasagem tecnológica, os financiamentos atrelados a bancos privados internacionais e a formação de blocos constituíam concretos obstáculos para que o Brasil pudesse apropriar-se desse novo momento do capitalismo.

Wilson CANO¹¹ aponta prováveis cenários por que passaria a economia brasileira. Caberia, ao Brasil, optar entre duas formas de conduta da política econômica:

1 – a primeira maneira é a defensiva, para atualizar a indústria interna e prepará-la para a competição internacional. Lança-se lentamente ao mercado externo com abertura ponderada.

2 – a segunda forma é adotar um viés neoliberal: abrir rapidamente o mercado, ajustar a macroeconomia, retirar o Estado, privatizar, permitir que o mercado e o exercício da competitividade fortaleça a economia, gere produto e renda, e coloque a nação no primeiro mundo.

A segunda hipótese foi a adotada e nem poderia ter sido diferente dado que o pensamento hegemônico e modo de acumulação de capital, inevitavelmente, proclamavam por isso. E como apontava CANO (1995), privatizações, flexibilização do trabalho, ajuste macroeconômico foram os elementos que se consolidaram para integração do Brasil na nova ordem mundial.

Cano afirma que ao não adotar a política defensiva e social, o futuro da economia seria da mais profunda crise já vivida.

*“as elites brasileiras precisam se conscientizar de que não estão apenas diante de mais uma crise; estão, na verdade, diante da mais profunda crise brasileira, e de que não há possibilidade de acomodação, como no passado, dado que, enquanto “paramos”, nesta última década, o mundo desenvolvido continuou sua marcha”.*¹²

O trabalho passaria a ser a grande discussão do final do século. O contingente urbano; a reestruturação econômica, a modernização para a terceira revolução industrial, tudo isso cria uma situação complicada de integração ou de exclusão ao mercado de trabalho.

Para a integração, na terceira revolução industrial, os países desenvolvidos também passaram, entre os anos setenta e oitenta, por modificações e ajustes consideráveis.

“Os processos de integração econômica internacional não são, em si mesmos, determinantes maiores do crescimento dessas regiões. São, antes de tudo, formas de

¹¹ CANO, Wilson. Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional. 4ª Ed. Fapesp. São Paulo: 1995. p.35.

¹² CANO, Op Cit., p. 52

*organização mais eficientes de espaços econômicos e um mecanismo de proteção da área em integração diante de terceiros países”.*¹³

A integração nos países europeus, que incluem economias mais e menos desenvolvidas, possibilitou a entrada, mais rápida, dos menos desenvolvidos na ordem da terceira revolução industrial a um custo mais elevado, sobretudo no mercado de trabalho. Crescimento econômico rápido e com altas taxas de desemprego.

Os países centrais tiveram efeitos onerosos no mercado de trabalho com o aparecimento da terceira revolução industrial. As causas principais são as substituições de matérias-primas para outras com maiores valores agregados, que destrói muitos empregos antigos e cria poucos empregos novos; a automação industrial que reduz mão-de-obra direta e exige qualificação para os cargos que ficam; a flexibilização da produção substituindo a importância da economia de escala pela economia de escopo; a reconcentração de capital e formação de blocos econômicos. Esta última característica parece contraditória pois, na economia globalizada, grupos de países fecham-se em blocos e deixam de agir por um interesse de Estado passando a serem agentes econômicos as grandes empresas transnacionais. As decisões dos investimentos, nos países menos favorecidos dentro de seus blocos e nos países periféricos, dão-se a partir da lógica de acumulação daquelas empresas transnacionais. Isto causa efeitos perversos no mercado de trabalho de todas as economias, sobretudo nos países não desenvolvidos.

Na América Latina, na segunda metade da década de 70, consolidou-se a segunda revolução industrial aproveitando-se da expansão do comércio internacional e da oferta de financiamento externo, a custo de grande endividamento externo.

Com a possibilidade do financiamento, as economias latinas tiveram um período que foi positivo e favorável para o mercado de trabalho, particularmente, pelo crescimento da participação feminina nesse mercado e por alguma recuperação do poder aquisitivo dos salários e pela renovação do sindicalismo. Esse processo se rompe com a crise da dívida do final daquela década.

Abertura econômica, modificação das leis protecionistas que começam acontecer a partir dos anos 90 favoreceram a inserção do Brasil na terceira revolução industrial. Por outro lado, a alteração da demanda internacional de insumos e a mudança, pelas grandes

¹³ CANO, Op. Cit., p. 123.

empresas, dos centros decisórios, contribuíram, negativamente, para a economia nacional ao reduzir a rentabilidade dos setores fornecedores de insumos ora reduzidos e alteração no mercado de trabalho pelas modificações decididas pelo capital privado transnacional.

A crise da dívida externa deixou os países periféricos enfraquecidos e seus governos tiveram que se submeter às exigências e padrões do FMI e do Banco Mundial que apontavam um receituário liberal propondo a redução do Estado e a hegemonia do capital.

Os resultados não puderam ser outros que não o crescimento do desemprego, a perda do poder de compra dos salários, o crescimento do trabalho informal, enfim, o aprofundamento da crise social.

Compreender a crônica situação em que se encontra o mercado de trabalho no Brasil, não é tarefa fácil. Deve-se remontar toda um historiografia que desembocou no caos atual. Não é tampouco diferente a situação brasileira de grandes outras nações capitalistas. Previa Karl MARX que a lógica de acumulação de capital, no sistema capitalista, via extração de mais valia, primeiro absoluta e depois relativa, levaria invariavelmente a uma redução da necessidade de emprego de mão-de-obra direta gerando um exército industrial de reservas sempre crescente.

Especialmente em países, que como o Brasil, tiveram um desenvolvimento econômico capitalista ordenado pelas economias centrais torna-se mais vulnerável à possibilidade de garantirem um programa digno de inserção social à comunidade. O desenvolvimento ordenado pelas economias centrais fez com que os países menos desenvolvidos tivessem primeiramente uma relação de completa dependência, e só num segundo momento pudessem criar bases industriais para impulsionar seu próprio desenvolvimento.

O trabalho, ou especificamente, o emprego e a organização do mercado de trabalho, é derivado do padrão tecnológico da organização da produção e do desenvolvimento desse modo de produção. Não basta que a organização seja de caráter capitalista cuja produção se assenta sobre o trabalho assalariado – grosso modo – mas há que ter essa organização disseminada por todo o território, e mais que isso, que haja um considerável volume atividades, padrão de consumo elevado, por altos níveis salariais, caso contrário, formar-se-á uma sociedade de mendicância com travas consideráveis ao processo da acumulação de capital.

Uma economia como a brasileira, possuidora de um dos maiores níveis de desigualdade de renda do mundo, tem em seu interior uma sociedade arraigada ainda em conceitos pré-capitalistas que emperram o desenvolvimento dos mecanismos de acumulação. A organização da produção é a combinação de fatores de capital e de trabalho. Na primeira fase do capitalismo, a exigência de um volume grandioso do fator trabalho permitiu crescimento com distribuição de renda nas economias capitalistas. À medida que avançava a dinâmica capitalista, novas formas de organização da produção vieram e, hoje, é possível fazer crescer o volume do produto sem necessariamente aumentar-se a oferta de mão-de-obra. Soma-se a isso as novas vertentes de produção tornam inutilizáveis os métodos precedentes de produção ao mesmo tempo em que se intensificam as relações internacionais de comércio e de produção. Isto coloca, em cheque, a persistência de métodos ultrapassados e, necessariamente, exige de todos os países, para continuidade de sua expansão, a integração ao modelo mais moderno de organização produtiva.

Repensar o problema do emprego é bater em “*obstáculos internos (público/privado; trabalho/capital; lei/justiça social; sociedade/democracia) e obstáculos internacionais (bancos/devedores; desenvolvidos/subdesenvolvidos)*”¹⁴

Saídas que se apresentam, como a redução das horas de trabalho, são insuficientes porque elas não rompem com o capital ao atrelarem redução de horas com redução de salários. E é notório que o desemprego é inerente ao capitalismo e, portanto inatingível será o pleno emprego. O receituário neoliberal não liberta esse processo por mais que se proponham paliativos. E repensar o trabalho implica repensar o crescimento econômico e a política social.

O grande desafio é interpretar desenvolvimento econômico com ou sem Estado, crescimento de produção material e bem estar social. A economia capitalista é eficiente na produção em grande parte das vezes – é claro que tem crises cíclicas – mas responde muito bem por períodos consideráveis de expansão. Por outro lado, é muito ineficiente na distribuição da riqueza. Na política neoliberal, o problema da distribuição torna-se mais grave porque o liberalismo é “contra” o “trabalho”, a flexibilização e a desregulamentação dos mercados desprotege só o trabalhador e tornam muito instáveis as relações de trabalho.

¹⁴ CANO, W. Op. Cit., p. 143.

Assim, o liberalismo permite assim mais garantia para remuneração do capital, mas condena a distribuição.

Antes da primeira guerra mundial, e no imediato pós-guerra, políticas de Estado, keynesianas permitiram um nível razoável de bem estar social. Ao aproximarem-se os anos 70, uma nova crise de acumulação capitalista descartou aquele modelo integrador dando lugar ao crescimento do pensamento liberal. Através de seus argumentos (liberais), a fórmula, para absorção social, seria via flexibilização das atividades produtivas e, posteriormente, do trabalho.

Para Márcio POCHMANN¹⁵, o problema do trabalho se divide em três frentes:

- 1) O padrão difundido no pós-guerra;
- 2) O baixo crescimento econômico, e;
- 3) O acesso ao emprego como solução para a exclusão.

O modelo econômico adotado no período pós-guerra se deu diante de um conflito ideológico dualizado pelas sociedades capitalistas de um lado e socialistas de outro. As políticas foram voltadas, nas economias capitalistas principalmente, para o crescimento econômico. No Brasil os níveis salariais das décadas de 50 e 60 foram melhorados, a produção econômica tinha relação direta entre produção e emprego que favoreceu o capitalismo.

Já a produção industrial alicerçada sobre os moldes da terceira revolução industrial promove crescimento econômico sem proporcional crescimento do volume de empregos. A ausência de empregos, na sociedade capitalista, impede a possibilidade, mesmo que restrita, de integração social. POCHMANN¹⁶ defende é que qualquer política de emprego tem que considerar, necessariamente, política de crescimento econômico. Defender política de emprego não corresponde, necessariamente, em defender o modelo capitalista de produção. Apenas implica em imprimir uma possibilidade de acesso a condições de consumo e sobrevivência a uma parcela maior da sociedade. Somente uma sociedade para além do capitalismo corresponderá a uma possibilidade de integração social ampla.

¹⁵ POCHMANN, Márcio. O Trabalho Sob Fogo Cruzado - Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século. Editora Contexto. São Paulo: 1999.

¹⁶ Idem, p. 132

O desenrolar dos fatos econômicos nacionais são estabelecidos, sintomaticamente, com o desenrolar dos fatos na economia mundial. No cenário externo, em final dos anos setenta e na década de oitenta, sucessivamente, partidos de direita assumem o poder nos países desenvolvidos – marcadamente Reagan e Thatcher - e avançam na difusão das políticas neoliberais. Ainda num contexto onde o problema da exclusão não era relevante, destacados economistas (como FRIEDMANN e HAYECK) afirmam que a rigidez do trabalho poderia ser entrave para a continuidade da acumulação de capital e sobrevivência da economia. FRIEDMANN e HAYECK pertencem a uma escola de pensamento de linha clássica que nega as idéias intervencionistas de KEYNES.

*“Decorridas duas décadas desde o início da difusão do ideário liberal nos países capitalistas avançados, pode-se hoje chegar a algumas observações evidentes. As medidas econômicas implementadas desde a década de 1970 buscaram contrair a emissão monetária, elevar os juros, diminuir os impostos sobre as rendas mais altas, desregulamentar o mercado de trabalho, o comércio externo e o mercado financeiro, alterar o papel do Estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social, restringir a ação sindical, entre outras”.*¹⁷

Mas isso embora tenha alcançado êxito em alguma coisa, na estabilidade, por exemplo, não promoveu crescimento econômico como se esperava. As políticas neoliberais, sobretudo de desregulamentação financeira, privilegiam o capital financeiro em detrimento do capital produtivo. A redução do papel do Estado acentua o enfraquecimento do crescimento econômico.

O trabalho tem de ser visto de maneira dicotômica, como o contrário do desemprego. O imediato pós-guerra, o Estado de bem estar social permitia garantias aos cidadãos. O desemprego de hoje acontece num período mais estendido, problemas graves da exclusão social / vida / depressão.

Os desassistidos, desempregados ou empregados em condições fragilizadas não têm acesso a condições sociais dignas e isso mostra a falência das instituições sociais, que nem em programas salvadores de criação de empregos integram o homem à sociedade.

¹⁷ POCHMANN, p. 15.

O que é notório no trabalho de POCHMANN¹⁸ é que a ausência do dinamismo do crescimento econômico e a ausência do Estado são as principais fontes do quadro de exclusão social. A integração do homem se dá sim pelo trabalho formal. O trabalho periférico e o subemprego que o capitalismo é capaz de criar não promovem uma integração social das pessoas. POCHMANN defende a volta do crescimento econômico e mais forte presença do Estado. Para tanto, seria necessário um novo ciclo do pensamento político.

A concorrência desregulada da economia atual leva à mecanismos de redução de custos e flexibilização do trabalho, assim como a redução do papel do Estado como “mediador” de políticas públicas leva um outro cenário para o mercado de trabalho, que é a perda, pelo trabalho, da disputa ora sem intervenção do Estado. O pensamento liberal propôs que a discussão poderia se dar a partir do mercado, e o que se viu foi a concentração do debate apenas sobre flexibilização, redução de custos e diversificação de jornada¹⁹.

O problema no mercado de trabalho começa com o advento da terceira revolução industrial e aprofunda com a combinação de baixo crescimento econômico e redução do Estado. A isso se chama uma “modernização conservadora”. A concorrência internacional, a volatilidade do capital e a internacionalização da concorrência aprofundam a exigência das políticas ortodoxas sangrando benefícios sociais. O acirramento da concorrência conduz as economias, niveladas pela estabilidade dos preços, taxa de juros e de câmbio, à completa anulação das possibilidades de aplicação de políticas macroeconômicas de pleno emprego.

Na primeira revolução industrial, houve dispensa de mão-de-obra na agricultura e elevação de oferta na indústria e isto gerou exploração, do trabalho, pelo excesso de horas exigido e realizado no setor urbano.

Na segunda revolução industrial, aprofundou-se a expulsão do homem do campo. Abriu-se espaço no setor urbano e permitiu o crescimento do capital industrial. Mas a transformação econômica não foi suficiente para absorver a oferta de mão-de-obra. Na primeira metade do século XX e no pós-guerra, a presença do Estado, a revolução socialista russa e a influência keynesiana, ao lado de fases de expansão econômica e o

¹⁸ POCHMANN, Márcio. O Trabalho Sob Fogo Cruzado. Contexto. São Paulo: 1999.

¹⁹ Idem, p. 29.

crescimento e reconhecimento dos sindicatos, propiciaram um quase pleno emprego e assim um bom momento para o trabalho.

A partir dos anos setenta, com uma nova crise de acumulação capitalista, e o surgimento de uma nova revolução industrial – terceira – as empresas se reestruturaram enquanto o Estado se reduziu.

Caía a possibilidade de ação de políticas macroeconômicas. Aparece o desemprego estrutural da nova forma de organização da produção. Toda estratégia empresarial para enfrentamento da concorrência leva à concreta redução do nível de emprego²⁰.

Da População Economicamente Ativa, 35% encontram-se em subemprego ou desempregada, busca-se interpretar o problema: 1 – O desemprego é intrínseco à acumulação capitalista. No mundo de hoje, diferente de antes, o desemprego inclui jovens, mulheres e idosos, que agora passam por longos períodos fora do mercado de trabalho. 2 – O problema do desemprego é recente nos países de capitalismo avançado. Mais recente ainda é nos países que antes eram socialistas, por terem rompido com o mecanismo de planejamento e pleno emprego. E os países periféricos não ampliam vagas nem com o recebimento de vultuosos volumes de investimento externo.

A crise do desemprego encontra sua causa na forma política do processo de globalização, na sobreposição da atividade financeira sobre a produtiva e na política neoliberal, que são todas molas de uma mesma engrenagem.

A globalização econômica implica uma integração do capital financeiro mundial, do capital produtivo e da mobilidade de mão-de-obra. Ao mesmo tempo em que isso acontece, parte dos países não superou o problema da exclusão social e, dessa forma, tornam, para os excluídos, improvável a integração aprofundando a desigualdade na repartição dos benefícios (da riqueza) do progresso econômico.

Dividamos a segunda metade do século XX em duas partes: até meado dos anos setenta, e depois disso. A primeira parte é marcada por crescimento econômico, emprego, políticas sociais, salários bons e com bom nível de poder aquisitivo.

A segunda parte é caracterizada por crise financeira, estagnação da produção e instabilidade econômica que fazem aflorar o desemprego e a perda do poder aquisitivo dos

²⁰ POCHMANN, M. Ibid. p. 35.

salários. Rompe-se o modelo de crescimento econômico e degradam-se os indicadores sociais. Aparece o subemprego e deterioram-se as condições no mercado de trabalho.

Nos anos oitenta as economias periféricas aprofundam programas de substituição de importações visando saldo positivo no balanço de pagamentos. Nos anos noventa, influenciados por organismos multilaterais, os países ricos adotaram políticas macroeconômicas de estabilidade e liberalidade econômica para atender o interesse e a nova onda de investimentos externos e mobilização do capital financeiro. Acreditava-se que por este caminho seria possível a retomada do crescimento econômico.

Diante disso o pensamento liberalizante não se trata de uma visão míope. É uma possibilidade de superação de mais uma crise sistêmica do capitalismo. E até daria para arriscar que esse pensamento, através da defesa dos interesses da remuneração do capital, pretenda, sim, promover melhor nível de sobrevivência e igualdade entre os homens. Os capitais externos que se ausentaram nos anos 80 voltaram a financiar a economia periférica nos anos 90. Mas, nos programas das privatizações e alimentando-se das altas taxas de juros oferecidas por estas economias. Não configuraram, portanto, alargamento do parque produtivo e, por isto, colocaram essas nações em situação de ainda maior dependência em relação aos países centrais.

Nos principais países da América Latina o PIB, per *capita*, não cresceu, exceto no Chile. A produção industrial, em relação ao PIB, caiu na maioria desses países demonstrando que o crescimento ficou para o setor de serviços. Junto a isso a FBKF (formação bruta de capital fixo) – que é um indicador da capacitação do desenvolvimento econômico pois representa a criação e fortalecimento de bens de produção – caiu entre os anos de 85 e 94, exceto para o Chile e Argentina. Tal fato demonstra que a ausência do Estado, na produção da infra-estrutura, e a produção privada concentrada em bens de consumo põem em risco o crescimento sustentado. Além disso, as políticas macroeconômicas adotadas, permitiram o crescimento, neste mesmo período, da participação das importações, que cresceu e aprofundou a dependência externa.

Integrar a economia nacional às outras economias do mundo e adotar uma ideologia liberalizante e uma cultura pós-moderna, de massas, não é uma questão de opção política simplesmente. Aos formuladores de política econômica é possível organizar uma forma de integração junto a outras economias no cenário internacional que seja numa velocidade

capaz de evitar o aniquilamento das estruturas produtivas vigentes na economia interna. A decisão política é uma “concessão” dos representantes do poder do capital privado nacional ou estrangeiro.

Para onde o Estado pender um desses capitais será beneficiado. A defesa do nacionalismo permitiria uma suposta transição menos traumática com a possibilidade de modernização do parque industrial brasileiro e integração paulatina da mão-de-obra às novas técnicas de produção. Mas em se optando por uma ruptura imediata, como foi visto a partir do governo Collor, o resultado foi o sucateamento da empresa nacional, a desqualificação da mão-de-obra, o sucateamento do Estado e a decadência das políticas sociais, a transferência de renda para o exterior pelos investimentos diretos, indiretos e especulativos. É um entreguismo a favor do capital internacional, que é quem está impondo o ritmo da acumulação.

Daí, os programas sociais entraram na lógica neoliberal, romperam-se os laços de solidariedade, ampliaram-se os gastos assistencialistas e reduziram-se os gastos nas áreas universais de educação e saúde, o que deveria ser prioridade pública.

A centralidade de objetivos na política econômica globalizante, a redução do Estado e os padrões de competitividade evidenciaram a exclusão social, tanto formal, pelo subemprego, quanto atual, pelo desemprego. Aprofundaram-se os problemas sociais em busca da integração econômica.

A evolução do emprego na economia brasileira pode ser considerada em três etapas distintas.

1) de 1930 a 1970, marcado por crescimento de emprego formal e redução de empregos por conta própria. Numa combinação direta de emprego e produção e crescimento industrial.

2) Na década de oitenta, com a instabilidade econômica e o baixíssimo ou nenhum crescimento econômico, há uma ruptura da lógica anterior e interrompe a trajetória de oferta de empregos.

3) Nos anos noventa aparecem atividades irregulares. O trabalho informal cresce e o desemprego avança.

Mudanças na forma de trabalho da organização capitalista recente provocam alterações no trabalho não-organizado. A terceirização age sobre o trabalho organizado enquanto o trabalho domiciliar age sobre o não-organizado.

Até a década de 70, a possibilidade de emprego foi crescente; aumentou-se a PEA, o trabalho informal (não-organizado) diminuiu. O trabalho por conta própria também caía cada vez que a possibilidade de emprego organizado crescia. Segundo Anita Kon²¹, nas regiões do país onde o capitalismo é menos presente, no interior, onde existem menos atividades industriais, a presença de proprietários é bem maior.

De 1940 a 1980 o emprego formal, com registro, cresceu fortemente. As ocupações urbanas se consolidaram. A ocupação na indústria cresceu em média 4,9%. O setor secundário avançou em sua representatividade na economia nacional.

Isso tudo se deveu ao projeto de industrialização com políticas macroeconômicas vinculadas a um aparato jurídico-institucional que colocou o trabalhador no mercado de trabalho organizado. Apesar dessa evolução, ainda persistiam o subemprego, os baixos salários, o trabalho informal e a desigualdade de renda. Mas a evolução da industrialização foi incontestável.

Crise da dívida externa e ajustes internos quebraram o padrão de desenvolvimento. A indústria estagnou e o setor terciário foi inchado. Ainda no anos oitenta o superávit externo impediu a queda drástica do emprego. Porém os empregos assalariados, gerados com registro, caíram para 1%²². Além dessa queda extraordinária do trabalho “formal”, os segmentos não-organizados aumentaram sua participação relativa. Somente no setor terciário – é que o trabalho organizado cresceu. Mas o setor terciário, a partir de 90 é o responsável também pela ampliação do não –organizado. Toda transformação tem início com a quebra do projeto de industrialização. O assalariamento cresce com a indústria, reverte pós 80 e aprofunda a reversão pós 90, ainda junto das políticas macroeconômicas e industrialização e inserção na economia mundial.

Tendo analisado o a forma de integração da economia brasileira no cenário internacional e, sobretudo, interpretando os estudos de CANO e POCHMANN citados nesta dissertação, é possível concluir que para Cano defende e demonstra uma possibilidade real de integração que garante a sustentação de uma política voltada para os interesses

²¹ KON, Anita. Economia Industrial. Nobel. São Paulo: 1994.

²² POCHMANN, M. O Trabalho Sob Fogo Cruzado. p. 72, 73.

nacionais. Ao mesmo tempo, POCHMANN afirma que é possível administrar a crise de desemprego originada da mudança das estruturas de produção²³.

O problema do emprego é a falência do modelo que requeria volume diretor de mão-de-obra à produção somado ao abandono das políticas de bem estar social e de aquecimento da economia pela demanda agregada. Ambas, são políticas orientadas pelo pensamento keynesiano que sofre abalos nos anos setenta. A ideologia neoliberal recupera o problema do desenvolvimento econômico pelo sucateamento do trabalho.

Submetida ao pensamento econômico dominante – liberal ou keynesiano – a discussão do problema do emprego está dividida na elevação de custos, na redução de lucros e no desestímulo ao investimento por um lado e, por outro lado, elemento elevador de demanda, e, portanto, de rentabilidade.

Concordam, FRACALANZA (2001) e POCHMANN (1999), que a solução para o problema do emprego está no crescimento econômico, esta é a principal condição para implementação dessa política.

1.2. Globalização –

Vestido com uma nova roupagem, o capitalismo se apresenta numa dinâmica nova de aprofundamento das relações internacionais e produtivas, viabilizadas pela globalização. São tão fortes e marcantes as novas relações que determinam uma mudança muito grande no próprio capitalismo. Características de uniformidade, atividades padronizadas, reprodução de consumo à ordem dos meios de comunicação de massa fazem com que o indivíduo se sinta mais homogêneo, mais integrado à sociedade, mais cidadão. Os homens acreditam estar num mundo globalizado.

Esse modelo globalizado impõe uma ordem sem Estado, sem plano, e contribui para o desvio da função ou da capacidade de ação do economista enquanto planejador e promotor do desenvolvimento econômico. Nesta parte do texto far-se-á uma síntese dos conceitos que balizam a globalização da economia, abordando seus aspectos sociológicos,

²³ POCHMANN, Márcio. O Trabalho Sob Fogo Cruzado. Contexto. São Paulo: 1999.

destacando algumas divergências ou complementaridades de diferentes autores, embora sempre fazendo a leitura a partir de um referencial teórico-crítico.

Foram selecionados alguns autores, sociólogos, economistas, que nos dão sustentação teórica para analisar a organização econômica atual, com o advento da globalização, e tecer-lhe algumas considerações que estarão apontadas neste e no último capítulo desta dissertação.

Para Octavio IANNI²⁴ a globalização expressa a expansão do capitalismo, como modo de produção e como mecanismo de um processo civilizatório. Envolve sociedade, Estado, nacionalidade e cultura. Representa, como resultante de qualquer processo histórico, modificação e revolução. Como um processo de mudança, verdades e domínios anteriores caem para que novos valores emergiam. O processo histórico não é de continuidade, mas de ruptura.

São criadas cidades globais por uma nova divisão do trabalho; estas cidades são similares por todo o mundo. O regime fordista é substituído pela flexibilização do trabalho. E a cidade urbaniza o campo. O capital não tem ideologia, ele desloca-se da base nacionalista. Ele está desterritorializado, e se instala em qualquer lugar. O fato de ao longo da história existir grandes ou fortes fluxos comerciais não caracteriza globalismo porque baseado na nação. Agora não é mais. A grande marca da globalização é a derrubada do Estado-nação.

O processo de acumulação capitalista, após interferir por todas as nações, inclusive as antigas sociedades socialistas, e ao permitir e incentivar as migrações provoca e aprofunda o preconceito, o racismo, a violência sobre o aspecto do trabalho.

*“A sociedade global é um universo de objetos, aparelhos ou equipamentos móveis e fugazes, atravessando espaços e fronteiras, línguas e dialetos, culturas e civilizações.”*²⁵

Cria-se a ilusão de que o mundo é imediato, presente. Sem história nem geografia. A globalização fermenta uma multiplicidade de teorias e ideologias. Da mesma forma que homogeneiza, fragmenta, exclui.

As cidades maiores vão se transformando em centro de padronização internacional, e é nelas que concentram as manifestações políticas, econômicas, culturais, científicas,

²⁴ IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. Civilização brasileira. São Paulo: 1999.

²⁵ IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. 4ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1999. p. 27.

filosóficas e artísticas. É uma encruzilhada das relações sociais, individuais e coletivas. Por se ter centros decisórios e financeiros interligados se tornam cidades globais. Elas podem se destacar e diferenciar por alguma característica, mas englobam todos os aspectos.

Podemos fazer uma analogia da característica da globalização em neutralizar fronteiras como os rompimentos característicos de outras fases de transformação na organização da produção. Assim como a globalização aparece quebrando o conceito de nação, o mercantilismo sobrepôs o feudalismo a transitar do regional (relações entre feudos) para o nacional. Este “nacional” teve um caráter de delimitação de fronteiras que desembocou no capitalismo fortemente caracterizado por imperialismo e ações de nações sobre nações. Esta relação demonstra a importância do globalismo, que é bem mais que de fato representa uma mudança importante da organização social e produtiva.

Nesta conjuntura, o trabalho tem característica mais flexível. O homem não mais vigia a máquina, nem tampouco é dispensado por ela, mas a previne e a otimiza. É exigida maior especialização da mão-de-obra. A flexibilidade do trabalho valoriza a autopreparação. O emprego antigo arraigado, permanente, é suplantado por uma dinamização. Cria-se flexibilização internacional e uma relação de trabalho central mais estável e qualificado, e trabalho periférico, menos qualificado, instável e segregado.

Esta nova conformação na organização do trabalho vai exigir um novo padrão educacional. Uma escola mais flexível também, uma educação mais sofisticada, um maior conjunto de informações e de capacitação do aluno e nem sempre um forte aprofundamento teórico e crítico.

O problema do trabalho é aprofundado pelo desemprego estrutural gestado por matrizes do capitalismo sobre quais decisões o Estado nacional não tem competência de interferir. Este mesmo sistema ou modelo cria um gueto, uma sub-classe, nos maiores centros urbanos do mundo com uma reduzida capacidade de controle pelo Estado.

*“O globalismo é uma configuração histórico-social no âmbito do qual se movem os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as racionalidades, com seus valores.”*²⁶ O globalismo não se restringe ao neoliberalismo. É maior que ele. Intensifica as forças produtivas das relações capitalistas. Ele é contraditório. Integra e fragmenta. *“O globalismo*

²⁶ Ianni, p. 183.

inaugura um novo ciclo da história, quanto esta se movimenta como história universal.”²⁷

O globalismo não destitui o Estado, a classe social, o movimento político, mas leva isso tudo a um novo palco, o palco de uma sociedade global. Para Octávio IANNI²⁸ três teorias caracterizam o globalismo:

A teoria sistêmica: baseada em algo sincronizado, alicerçado pela eletrônica, pela mídia. É um sistema virtual. O sistema é auto-regulado e vive em constante aperfeiçoamento e diferenciação. A teoria Weberiana: baseada pela economia e pelo direito, respectivamente, pela calculabilidade e contratos legais. Trata aqui de regulamentações que orientam e permitem movimentar as atividades produtivas e capitais entre as nações. E a teoria Marxiana: para a qual a teoria do globalismo é uma derivação do capitalismo, das conquistas, da colonização, das grandes navegações, do mercantilismo, do imperialismo. E é também um processo contraditório, ao mesmo tempo em que agrega, fragmenta.

A exposição referenciada a IANNI pode ser sintetizada da forma com a seguinte exposição: É interessante fazer esse destaque porque IANNI explora com muita propriedade grandes aspectos dessa nova organização do capitalismo.

Como um processo expansionista e civilizatório, o capitalismo sucumbe o Estado-nação por uma sociedade global. Os centros decisórios não são circunscritos nos limites territoriais, mas sim por organizações comerciais e industriais em âmbito mundial. Modificam-se as cidades que passam a ter uma característica semelhante em todas as partes do mundo e passam reproduzirem os mesmos valores. No mundo do trabalho a mão-de-obra torna-se mais flexível, as raças se confrontam na cidade e fazem ressurgir manifestações de diferenciação e de individualização que desembocam no aprofundamento da violência. Pela sagacidade do capitalismo a pressão é dada de cima para baixo. Resta, como processo histórico e também civilizatório, que manifestações da base da sociedade, de baixo para cima, que mantém manifestações ideológicas, imponham um novo modo de relação social, o socialismo.

O processo do globalismo é gestado pelo mecanismo de acumulação capitalizado por grandes grupos econômicos, situados em diversas partes do mundo que, a partir do desenvolvimento científico e tecnológico redesenham as estruturas e relações sociais do

²⁷ Ianni, p. 193.

²⁸ IANNI, op. Cit.

conjunto da sociedade. O aludido processo urbaniza o setor rural, uniformiza o setor urbano, concentra os diversos tipos de povos, cria o trabalho flexível e a mão-de-obra passa a disputar o mercado mundial. Ao mesmo tempo em que intensifica o individualismo e massifica a cultura promove apegos a diferenciações de raças elevando a violência. Mas, sobretudo, modifica os padrões sociais, impõe uma sociedade de consumo, individualista, a-crítica, submetida pelo mecanismo de acumulação que reproduz uma sociedade contraditória em constante integração e fragmentação, de seus valores, de sua cultura, de suas artes, de suas políticas e de suas economias.

O globalismo não se resume no aprofundamento das relações comerciais internacionais. Corresponde a uma diluição, embora não destruição, do Estado, da nação. É maior que o neoliberalismo, que é apenas a ideologia que o defende. A ciência que interpreta o globalismo, já expresso, deve fazê-la a partir de um novo objeto, de uma sociedade global. Organismos multilaterais galvanizam e viabilizam as relações dessa nova sociedade ao elegerem o capitalismo como parâmetro e tornar elevado o darwinismo, individualidade que aprofundam os conflitos sociais e étnicos.

Em SEVCENKO²⁹ encontramos uma abordagem da globalização sobre as questões culturais e de costumes, quando define que mudanças: tecnológicas, prédios, eletricidade, automóveis, passam a dar ritmo às pessoas. Elas é que enquadram o homem num modo de agir e não o contrário.

“A alteração no padrão do comportamento das pessoas imposta pela preeminência das máquinas, das engenharias de fluxos e do compasso acelerado do conjunto, como seria inevitável, acaba também provocando uma mudança no quadro de valores da sociedade. Afinal, agora os indivíduos não serão mais avaliados pelas suas qualidades mais pessoais ou pelas diferenças que tornam única a sua personalidade. Não há tempo nem espaço para isso. Nessas grandes metrópoles em rápido crescimento, todos vieram de algum outro lugar; portanto, praticamente ninguém conhece ninguém, cada qual tem uma história à parte, e são tantos e estão todos o tempo todo tão ocupados, que a forma prática de identificar e conhecer os outros é a mais rápida e direta: pela maneira como se vestem,

²⁹ SEVCENKO, N.. A Corrida para o Século XXI. Virando Séculos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

pelos objetos simbólicos que exibem, pelo modo e pelo tom com que falam, pelo seu jeito de se comportar”.³⁰

SCHAFF³¹ em *A Sociedade Informática*, que é um autor de origem marxista, apresenta um discurso diverso, ele vê com otimismo essa evolução tecnológica. Ele parte da premissa que a sociedade busca a paz, todos estão de acordo em evitar a guerra que destruiria a humanidade. Parte então de uma idéia de futuro e harmonia. Em alguns pontos seu discurso se identifica com o de DE MASI³².

SCHAFF (1990) apresenta dois estágios de desenvolvimento econômico, são a primeira e a segunda revoluções industriais. A primeira acelera a produção, a segunda substituiu a força motriz, homem por máquina (outras energias). A terceira revolução industrial, técnico-científica substitui atividades humanas por processos eletrônicos. E ainda a revolução genética, biológica.

Para SCHAFF o problema da sociedade atual submetida à era da eletrônica que tem o desemprego estrutural como problema destacado, vislumbra uma tendência coletivista da sociedade dada pela redução, até certo limite, das horas de trabalho, intervenção do Estado na redistribuição de renda (contradizendo a definição clássica da mais-valia). Dessa forma a extração da mais-valia é socializada. Há uma tendência para uma mudança e melhora da sociedade.

Mas, diferentemente dos itens que foram tratados acima, a sociedade será levada ao fim do trabalho manual. A ciência assume o papel da força produtiva. A classe trabalhadora desaparece. Poderá surgir uma outra forma de divisão de classes ou de categorias sociais dadas entre as que possuem informação e as que não possuem. As disputas sociais serão remetidas ao palco político.

Tais mudanças apontam para uma real disseminação da forma democrática e de um necessário crescimento do Estado enquanto distribuidor de renda. A evolução material e científica será dada pela sociedade informática. O homem buscará, por opção, formas mais democráticas e, nesse espaço democrático, o proletariado terá mais condição de conquistas.

Em sua visão, a cultura nacionalista e patriota é modificada por interação das várias nações, por conta da revolução da informação, da cultura de massa, comunicação

³⁰ SEVCENKO, págs. 63 e 64. 2001.

³¹ SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. Brasiliense, São Paulo: 1990.

³² DE MASI, Domenico. *O futuro do Trabalho*. 3ª Ed. José Olympio. UNB. Rio de Janeiro: 2000.

satelitizada. A cultura torna-se supranacional. Mas, na visão do autor, é melhor que se aceite tal modelo a resistir e levar a conseqüências piores.

Com relação ao terceiro mundo, sua preocupação é buscar uma forma de interagi-lo. O homem é indivíduo genético e biológico e é também um ser social, pela relação social, pela divisão social do trabalho. Como tratar isso na nova sociedade?

Destacam-se teses polêmicas e ideológicas:

A nova sociedade proporcionará crescimento material capaz de atenuar o problema da exclusão pela via política e democrática. Os homens terão mais informações e serão mais esclarecidos. Evita-se a manipulação e integra-se o homem.

Quanto à questão mais relevante, a do desemprego estrutural, SCHAFF (1990) aponta para a necessidade do homem encontrar outro sentido para a vida que não o trabalho. O homem deve ter uma educação diferente da atual, continuada, que permita mobilidade. O homem terá mais tempo livre. Terá de saber usá-lo bem. Haverá riqueza, na sociedade, para isso. O trabalho ou outra atividade qualquer será fonte de alegria e de prazer. O homem sempre deu espaço para o lúdico.

É apresentado em seu trabalho, também diferente dos outros autores marxistas, que as diferenciais de consumo, impostas como mecanismos mesmo de diferenciação social, tenderão a sumir à medida que o progresso técnico científico ampliar seus níveis de penetração.

Para SCHAFF (1990), a sociedade informática, essa nova forma de organização social está realizada. Resta a esta sociedade um recheio de qualidade social. Mas esta mesma sociedade dá condições para que isso se realize porque tem tecnologia suficiente para a produção. Possui condição material para realização do bem social. O homem é livre, tem livre arbítrio, pode intervir no seu destino. Pode ser sujeito (ou melhor, agente) da sua história.

SCHAFF deixa margem para uma análise otimista sobre o aprofundamento das relações capitalistas através da globalização da economia. Diferente de tantos outros autores que vêem na globalização um divisor que levará ao aprofundamento dos problemas sociais.

Em *Globalização e Mundialização*, ORTIZ³³ faz uma abordagem da globalização sobre mundialização e cultura. Tratar isso é discutir a sociedade do século XXI diante do pós-modernismo, da sociedade pós-industrial. A hipótese inicial que ele aborda são os grupos, classe social, nações e indivíduos. Anteriormente, as discussões passavam pelo imperialismo - dominação de uns sobre outros, mas preservadas as condições autônomas de cada nação. Mas a globalização faz parte uma sociedade global. O autor pressupõe a possibilidade de uma interação planetária.

Os sinais são dados pelo padrão de consumo, o que é cotidiano, a mercadoria especialmente. O fato marcante é que a globalização não permite mais fazer a mesma distinção entre centro e periferia que se fazia antes.

A mundialização vem de um conceito de civilização mundial, que se materializa nos objetos da vida cotidiana: cinema, supermercado, e outros. O autor defende que a modernidade e a padronização colocam a sociedade sob um mesmo teto, mas não necessariamente homogeneiza a sociedade. As diferenças sociais ainda persistem. Apenas alguns modelos ou modos, modernos e padronizados, se impõem sobre as outras dando uma conotação de autoridade, de imposição.

Um outro aspecto é o do espaço. Os territórios perdem suas raízes. É possível aí sim, homogeneizar partes das sociedades, uma grande cidade no Brasil e uma na França ou EUA. E assim, o comportamento de certos indivíduos em uma nação torna-se igual ao comportamento de outra. Assim, detectamos objetos comuns numa sociedade global. Objetos que são classes sociais, ou temas, como violência, ecologia, meio ambiente.

Aspectos econômicos de financiamento das economias menos desenvolvidas pelas economias mais desenvolvidas tendo a globalização como mecanismo de facilitação são abordados por BENAYON³⁴. Ele defende, com profundidade, a tese de que a globalização é dada por interesses no âmbito das empresas. Particularmente, as empresas transnacionais fazem, desse processo, um profundo mecanismo de expropriação dos países pobres, concentrando capitais nos países ricos.

Os países mais desenvolvidos desenvolveram-se em outro momento histórico, e o fizeram a partir de seus próprios capitais. Não foi feita acumulação a partir de capital

³³ Cadernos de Sociologia. Mestrado e Doutorado. UNICAMP – IFCH N. 01, 1996.

³⁴ BENAYON, Adriano. *Globalização Versus Desenvolvimento*. LGE Editora. Brasília, 1988.

estrangeiro naquelas nações.³⁵ Os capitais estrangeiros, aos países receptores, ao invés de alavancar a dinâmica da acumulação, condenam as nações, pois se amplia a massa monetária de transferência para o exterior através das transferências de lucros e condiciona a balança comercial do país, numa relação de trocas, desfavorável. Dificultado pela disparidade tecnológica entre a nação investidora e receptora de forma a condicionar os investimentos (outros) internos às exigências das “plantas” industriais exteriores.

BENAYON (1998) aponta que os países centrais sempre dispuseram de políticas nacionalistas para garantirem seus desenvolvimentos sustentados. Só entra capital estrangeiro na economia japonesa se esta for para expansão saudável e autônoma daquela economia, e permitir melhora na balança comercial do país. O estoque de investimentos diretos estrangeiros no Japão é o menor do mundo proporcionalmente ao tamanho de sua economia.³⁶

O autor defende que as economias não desenvolvidas devem trabalhar políticas que as livrem da dependência desses capitais estrangeiros, das economias estrangeiras. O capitalismo contemporâneo é marcado por um momento onde as Empresas Transnacionais – aquelas com origem em uma determinada nação e ramificada com filiais por outras tantas nações – são verdadeiramente os centros de decisões do capitalismo. As decisões de investimentos são, de tal forma, concentradas em grandes grupos econômicos, que se reproduzem em todo o globo, determinado pelo ritmo e interesse dos capitalistas daqueles países e não permite que cada nação controle ou dinamize seu próprio desenvolvimento.

As empresas transnacionais tiveram, por parte do Estado, seu grande favorecedor no início do processo que desencadeou os movimentos de capitais sobre a ótica do investimento direto. O Estado foi grande consumidor, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Agora, que o Estado perdeu sua dinâmica de orientador da velocidade do investimento, porque orientador da forma é suspeito dizer que o Estado o fora, são eles – os capitais externos – que controlam a economia através da mídia; do poder sobre o mercado de bens e serviços; na cultura que leva sua marca ou o rótulo símbolo da nação de origem; e outras formas.

Para chegar à globalização, BENAYON (1998) classifica quatro níveis de capitalismo. O primeiro retratado pela sua origem, um capitalismo comercial com vistas à

³⁵ BENAYON, Adriano. *Globalização Versus Desenvolvimento*. LGE Editora. Brasília, 1988, p. 45.

³⁶ Benayon, p. 65.

acumulação, identificado por expropriação. Um capitalismo voraz. O segundo, a partir da revolução industrial caracterizado pela industrialização associado à produção. Salários; preços pagos aos fornecedores e; preços recebidos dos consumidores. O terceiro, capitalismo é um capitalismo da máfia, ilegal, cujas instituições formais “lavam” dinheiro desse comércio ilícito. E finalmente o quarto capitalismo que é o da especulação, capaz de desestabilizar uma grande economia. Estruturado sobre o capital financeiro sem, necessariamente, relacionar-se com o capital produtivo. Todas essas formas de capitalismo são, em síntese, formas mais eficazes de se obter ganhos sobre um certo volume de capital investido.

O que está por trás desse processo é a busca pelo poder, poder este que se apresenta na forma de propriedade privada. “A economia é um ramo da política cuja essência é o poder”.³⁷ A lógica excludente do capitalismo elimina a possibilidade desse sistema permitir a igualdade e a justiça social.

O aprofundamento das relações comerciais internacionais, impulsionado pelo próprio globalismo, pode mais prejudicar que elevar as nações não desenvolvidas. Esta possibilidade é confirmada quando, no estabelecimento das relações de troca, os países não desenvolvidos as têm deterioradas. O conceito da deterioração das relações de troca corresponde aos países periféricos exportarem bens com baixo valor agregado e importarem mercadorias com cada vez mais valor agregado, o que resultou numa crise da balança comercial crônica. A exportação de produtos de baixo valor agregado exige assim uma exploração grandiosa de suas reservas naturais (ferro, água, outros minérios) e em contrapartida, para manter e buscar uma sobrevivência na ordem mundial tem de importar produtos manufaturados de alto teor tecnológico. Produtos esses que com a mesma matéria-prima que exportou devem importar, esvaziando as reservas em moeda estrangeira e comprando de volta uma pequena fração de sua própria exportação, mas agora com um valor agregado muito acima do que foi possível conseguir pelas exportações.

A entrada na economia globalizada exige um preço muito alto. Um grande custo desse processo é o entreguismo nacional à cultura dos centros mundiais. Os países centrais inculcam suas ideologias no consumidor dos países periféricos.

³⁷ Benayon, p. 81.

Os países investidores – e esta é a tônica do trabalho de BENAYON (1998) – possuem várias formas de expropriar a nação que recebeu o investimento, e condenam essas nações causando-lhes contínuos déficits públicos. Conforme exposto pelo autor, as empresas estrangeiras – veja que não se fala das nações centrais, porque a decisão está no âmbito das empresas – remetem dinheiro para fora, através de pagamento de empréstimos cedido pela matriz; pagamento de consultoria externa (própria); pagamento de marcas e patentes; seguros e outros serviços; transferências subfaturadas, e, entre outros mecanismos, remessas oficiais de lucros. Dessa maneira as empresas esvaziam as reservas cambiais dos países que as recebem. E mais, com o acúmulo de gastos e sub-faturamento, elevam os lucros das matrizes reduzindo o lucro das filiais e recolhendo menos impostos aos países onde se encontram. Isto gera contínuo déficit público que não pode ser revertido.

O objetivo das empresas transnacionais é o de ampliar mercado e garantir o espaço para a reprodução de seus capitais. Essas empresas são os principais agentes de periferação no século XX.³⁸ É a força da relação dos capitais centrais sobre os países periféricos que garantem e fazem perpetuar a condição de dependência. Isso só pode ser mudado com a ruptura desse modelo.

Apontamos os principais aspectos da nova organização do capitalismo mundial, a globalização. São aspectos econômicos, de avanço da capital internacional sobre os países menores. São quebrados paradigmas anteriormente existentes. A quebra do Estado-nação marca profundamente esta transição histórica. A lógica da acumulação está no âmbito das empresas. A capacidade das economias nacionais guiarem o desenvolvimento interno está reduzida. Políticas macroeconômicas – política fiscal, cambial e monetária são reduzidas pela exigência de estabilidade e equalização interna com os outros países.

Esta é a contextualização econômica que utilizamos como definidora de uma nova ordem que exige uma nova posição do economista enquanto dinamizador dos recursos para a satisfação social. Em síntese, a globalização é um estado avançado do capitalismo que restringe a ação do Estado. O ponto de partida está agora na ótica da empresa, é a organização privada a instância de decisões. Este processo se dá por uma necessidade de acumulação capitalista. E essa acumulação é quem exige as transformações. A lógica da globalização tem sido incapaz de produzir justiça social. Autores como Adam SCHAFF

³⁸ BENAYON, p. 183.

defendem a possibilidade dessa superação ainda dentro do capitalismo, o que nos parece improvável, pois a própria lógica de acumulação é, por definição, excludente.

Ficamos então com um panorama crítico e complexo na ordem econômica e social da contemporaneidade. E é sobre esta organização, sobre este contexto que se exige uma reflexão profunda sobre a função social do economista enquanto um agente que tem alguma capacidade de intervenção política, portanto transformadora, na meio social.

Capítulo II

O ECONOMISTA E SUA INTERVENÇÃO POLÍTICA

O capítulo anterior descreveu o panorama em que se encontra a sociedade contemporânea, sua integração internacional e mudança no comportamento cultural que criam e dimensionam nova ética e novos valores. Diante de uma economia mais globalizada, de relações comerciais mais avançadas e padronizadas, surge a exigência e certa adaptação de um novo modelo educacional. E dentro desse modelo educacional, exige-se um novo resultado. Exige um perfil profissional capaz de aderir à nova onda produzida pela organização da produção, imposta pelo ritmo da acumulação capitalista.

Este segundo capítulo pretende situar o economista em seu trabalho e discorrer acerca da relação existente entre o desenvolvimento econômico e a ação do economista como intelectual desse desenvolvimento.

Primeiramente será apresentado um panorama geral do economista brasileiro no mercado de trabalho. Onde, em geral, o economista trabalha e o que eles pensam. Porque optaram pelo curso de economia e outras indagações que dão uma impressão geral do economista brasileiro.

Num segundo momento serão verificadas as relações do desenvolvimento econômico e do ensino de economia no Brasil. Os intelectuais – economistas – no poder, na direção dos rumos da economia nacional e seu papel como tecnocrata do poder econômico. Trata de uma interpretação e de um relacionamento entre algumas categorias do pensamento econômico desenvolvido no Brasil e a atuação política dos economistas quanto ocuparam posições de destaque na esfera governamental.

2.1. O Economista no Trabalho –

No contexto do profissional de economia e sua atividade profissional, mais especificamente o vínculo do economista, sua intimidade e identificação com as questões

macroeconômicas, abrir-se-á esta parte do trabalho utilizando-se de uma verificação empírica elaborada pelo Conselho Federal de Economia, em 1996, através de uma pesquisa³⁹ direta com um grande grupo de economistas. Este estreitamento e identidade do economista, seu trabalho e sua função social pode ser confirmada com vista a maior incidência de mudanças de emprego na região sudeste (onde se concentra o setor financeiro) quando da crise desse setor. A grande participação de economistas no setor público indica uma tendência ou um vínculo pré-determinado para gestão deste setor.

E para onde vai o economista? Buscando identificar isso discorrer-se-á sobre perfil do economista em âmbito nacional⁴⁰: Como o economista está situado no mercado de trabalho, qual o tipo exigência que ele sofre com relação a continuidade de estudos acadêmicos. Esta parte do texto analise o inverso do que tratamos até agora, agora é o profissional entrando no mercado de trabalho, defendendo sua postura profissional, resistindo mas integrando-se ao sistema.

Serão apresentados: a localização do economista, as distinções por sexo, os vínculos entre público e privado – uma vez que se criticou que o economista era absorvido pelo setor privado - a utilização de recursos, a continuidade de preparação acadêmica – pós-graduação, mestrado e doutorado -, e o profissional distribuído por regiões no Brasil. Esta pesquisa foi elaborada pela principal organismo da classe. Sua base de dados é de 1996, portanto está dentro do período que consideramos ter havido uma ruptura da organização

³⁹ Notas Metodológicas sobre a pesquisa que terá algumas informações utilizadas neste trabalho:

Os dados da pesquisa foram levantados por intermédio de formulário básico encaminhado por mala direta. O COFECON (Conselho Federal de Economia) enviou para cada estado um número de formulários que cobria o universo de economistas registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Economia (Corecons). A exceção ficou por conta dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde foram utilizadas amostras estatísticas simples estabelecidas aleatoriamente. O grau de cobertura chegou a 26,5% dos economistas inscritos - o que implicou na distribuição de 4 mil questionários em São Paulo e 3.954 no Rio de Janeiro.

O retorno dos formulários por região foi plenamente satisfatório, exceto para a região Norte - cujos resultados devem, por isso, ser encarados com mais prudência do que os apresentados para as demais áreas do país. As maiores taxas de retorno se deram nos estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo - todos eles com retorno superior à média nacional, de 10,9%. As piores foram nos estados do Acre, Maranhão, Alagoas e Pará. Assim mesmo, foram considerados significativos, ao nível de 95% de confiança e com margem de erro inferior a 5%.

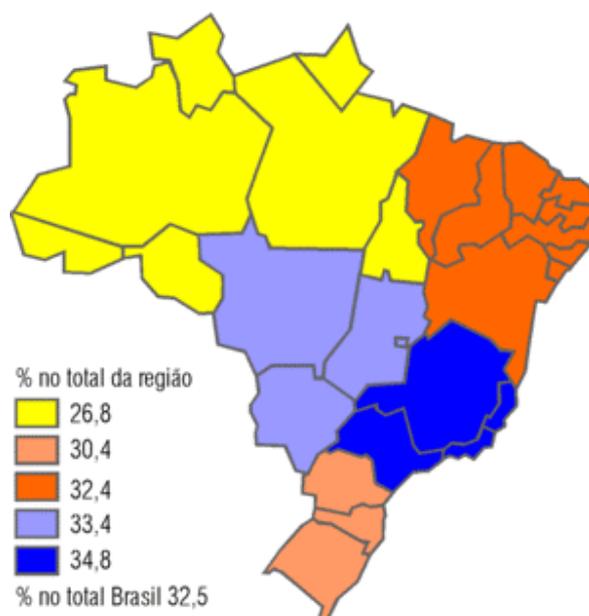
A amostra líquida total de 4.772 formulários foi consistida manualmente, a seguir digitada, novamente consistida e processada pela utilização de "software" especialmente desenvolvido pela Data Kirsten Pesquisas, Projetos e Projeções S/C Ltda, a empresa vencedora da concorrência para a realização da pesquisa. O processamento gerou uma massa de 695.686 bytes de registro, compondo as tabelas que contêm as tabulações e os cruzamentos inteligentes realizados, e que constituem os Anexos ao Relatório Final.

⁴⁰ Pesquisa elaborada pelo Conselho Federal de Economia, Base 1996, divulgação, 2000.

econômica com o período anterior. A pesquisa abrange o economista em todo o Brasil. o interesse da pesquisa não foi o mesmo que nos levou a produzir este trabalho mas as informações que a pesquisa trás são bastante relevantes para conhecermos melhor de que tipo de profissional estamos tratando.

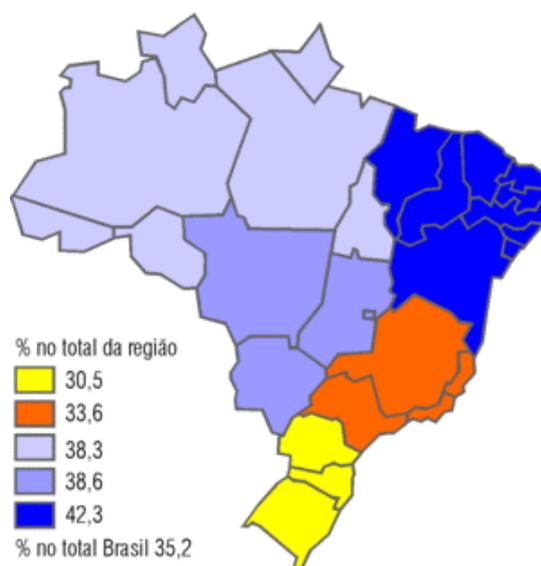
A pesquisa distinguiu dois grupos de economistas, os formados em anos mais recentes, e em anos anteriores, nos seguintes percentuais:

Graduaram-se entre 1971 e 1980 –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

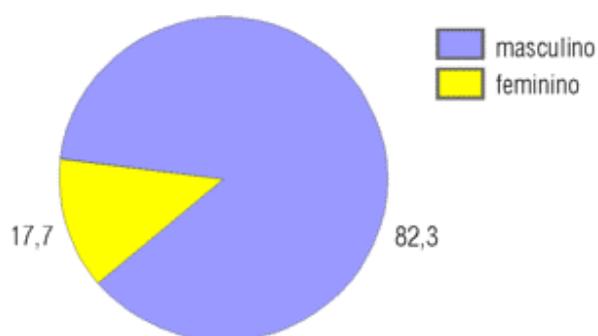
Graduaram-se de 1981 a 1990 –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

A população de economistas é formada por 82,3% de homens contra 17,7% de mulheres. Isto permite interpretar o caráter da história recente que tem a entrada relevante da mulher no mercado de trabalho, apenas nas duas últimas décadas.

Economista por sexo:



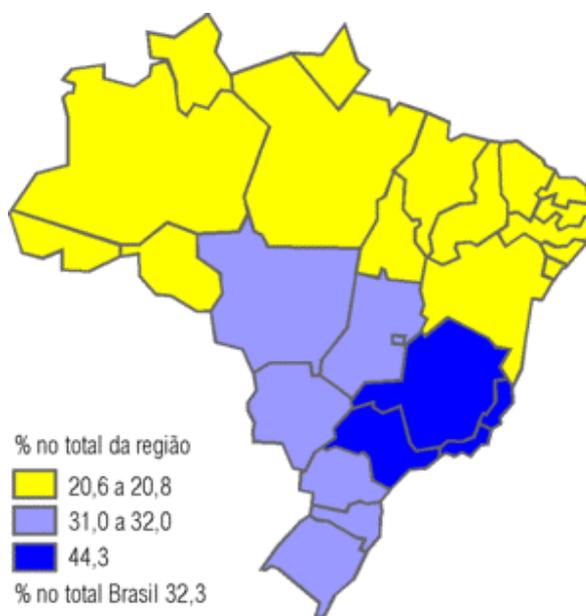
Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Oitenta e quatro por cento dos economistas são de cor branca, contra 2,6% de negros. A idade média do economista é de 42,4 anos. Destes, 65,3% estão entre 30 e 39 anos. E 33,5% entre 40 e 49 anos. Outros 20,5% entre 50 e 60 anos.

Setenta e três vírgula sete por cento dos economistas são filhos de pais que não tiveram curso superior. Isto aponta que a opção pela carreira não foi influenciada pela família, como é muito comum se ver em medicina, por exemplo.

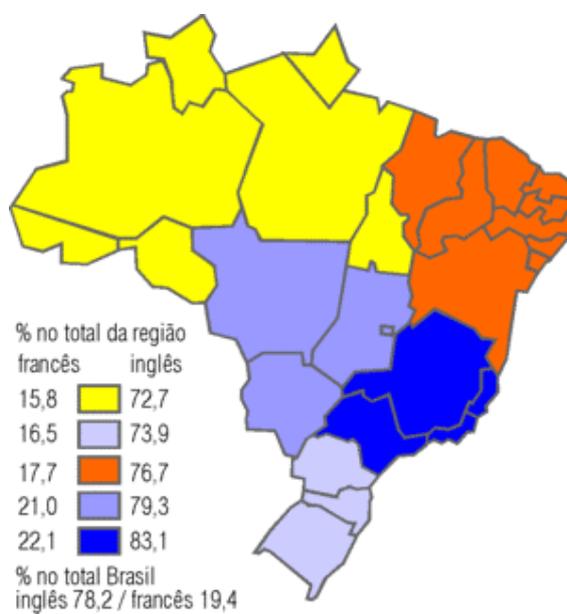
É relevante destacar que 71,3% dos economistas têm domínio, considerado “bom”, de uma língua estrangeira. Isso significa que a importância de domínio de idioma estrangeiro está presente na atividade profissional. Associa-se a profissionais que atuam em mercado financeiro e utilizam umas terminologias internacionais, profissionais que atuam em empresas multinacionais e também têm necessidade em língua estrangeira ou profissional em empresas nacionais que se relacionam com mercado externo. Estas seriam algumas das explicações que justificariam a alta incidência de conhecimento em língua estrangeira.

Conhecimento em Língua Estrangeira – Bom e Muito Bom



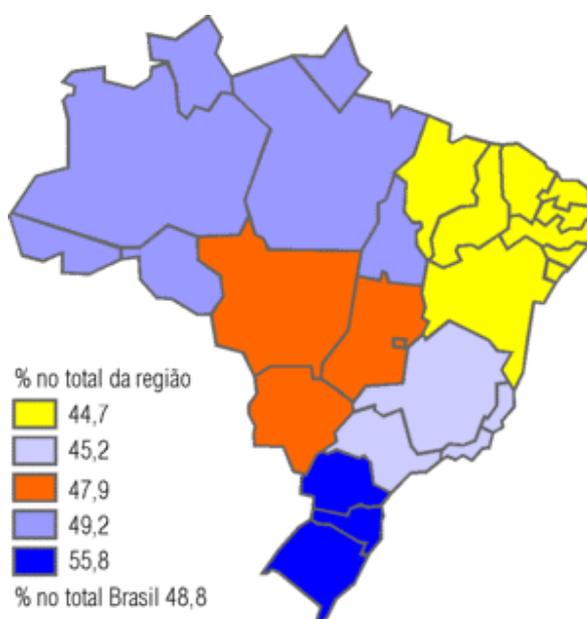
Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Inglês e Francês –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Espanhol –



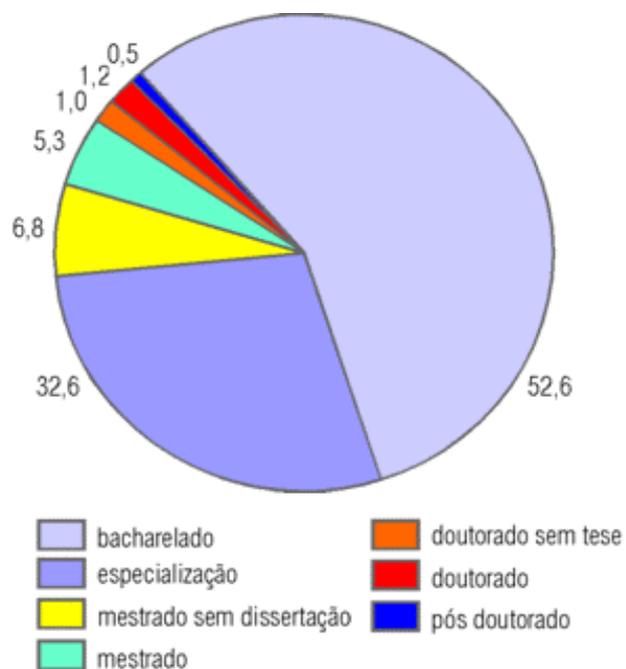
Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Perguntados sobre o motivo que os levaram a escolher o curso de economia, 43% disseram ter afinidade intelectual contra 15,5% (percentual bem inferior) que acreditavam em boas ofertas de emprego e somente 11,3% optaram por facilidade de acesso ao curso. A afinidade intelectual dos candidatos a economistas permitir concluir que a maioria dos economistas tem preocupação social.

Dos economistas, 57,4% fizeram o curso trabalhando. 18,1% trabalharam parcialmente (em algum tempo durante a realização do curso). Apenas 6,1% não trabalharam enquanto fizeram o curso. Seis por cento dos economistas concluíram mestrado. Quase todos fizeram especialização ou pós-graduação *lato sensu*. Os cursos de graduação se dividem entre as instituições públicas e privadas, respectivamente, sendo 46,9% e 53%. Os outros 0,1%, fizeram seus cursos no exterior. Observa-se, aqui, que não há um predomínio entre instituições públicas ou privadas e isto promove um equilíbrio, pois, supostamente, não permite tendência majoritária no pensamento da categoria. O fato de terem sido formados e terem trabalhado ao mesmo tempo também dá isonomia, pois não os vincula a uma classe elitista dominante da sociedade.

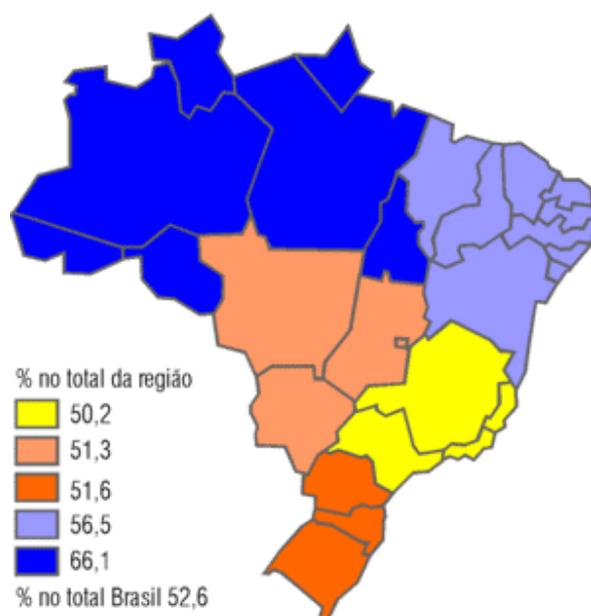
Os economistas têm formação continuada, falam outro idioma, mas não tem origem elitista, pois a participação das formações em instituições privadas e de uma formação acadêmica acompanhada de trabalho durante o curso dão a característica de um curso não elitista.

Maior Grau de Escolaridade –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Bacharelado como Maior Grau de Formação Acadêmica –

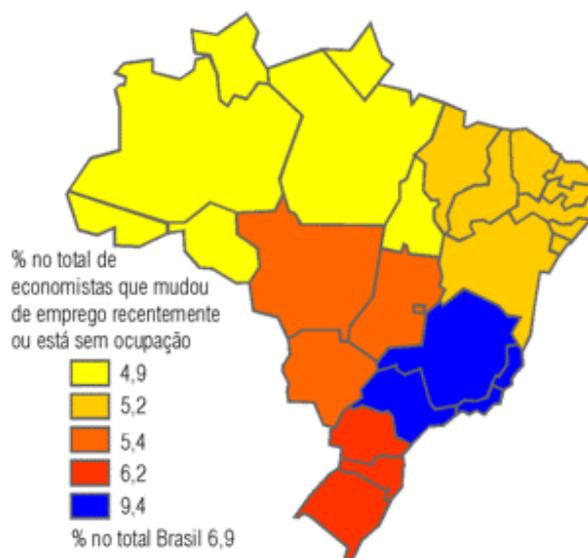


Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Os economistas no mercado de trabalho estão postos da seguinte forma: Do total, 46,3% deles são empregados contra 10,4% que são empregadores. Outros 9,6% são profissionais autônomos. No serviço público civil e militar existem outros 26,9%.

Desses profissionais, 36,4% disseram ter suas profissões altamente relacionadas as questões de Economia; e 44,7% dizem estar suas atividades parcialmente relacionadas. Apenas 18,9% dizem não haver nenhuma relação. Das atividades, 31,3% são gestores de empresas ou gestores financeiros de gestão e planejamento empresarial. As áreas do conhecimento mais freqüentes associam-se a preços e inflação, mercado financeiro, economia regional e finanças públicas. Portanto, controle, expectativas futuras, gestão financeira da remuneração do capital, desenvolvimento econômico regional e gestão de finanças públicas. Todas essas atividades têm uma relevância considerável como tomadora de decisões e de direcionamento dos rumos do processo de acumulação de capital. O profissional de Economia não é apenas um dente de engrenagem de uma grande máquina. É, na verdade, a mola propulsora dos rumos e do ritmo da acumulação de capital.

Demissão devido à Reestruturação ou à Crise Financeira –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Importante, o setor público emprega 45,6% dos economistas; através das empresas públicas, 22,7%; e, no serviço público, 22,9%. As empresas privadas, nacionais e estrangeiras empregam 40,9%. A importância disso, pela conclusão que pode ser feita, está em que o economista não pode ser confundido com o administrador de empresas. São atividades diferentes. O próprio mercado – por incrível que pareça – seleciona, e o setor público emprega mais que o setor privado. É esperada do economista destacada sensibilidade social.

Ocupação Principal –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Empresa de Ocupação Principal –

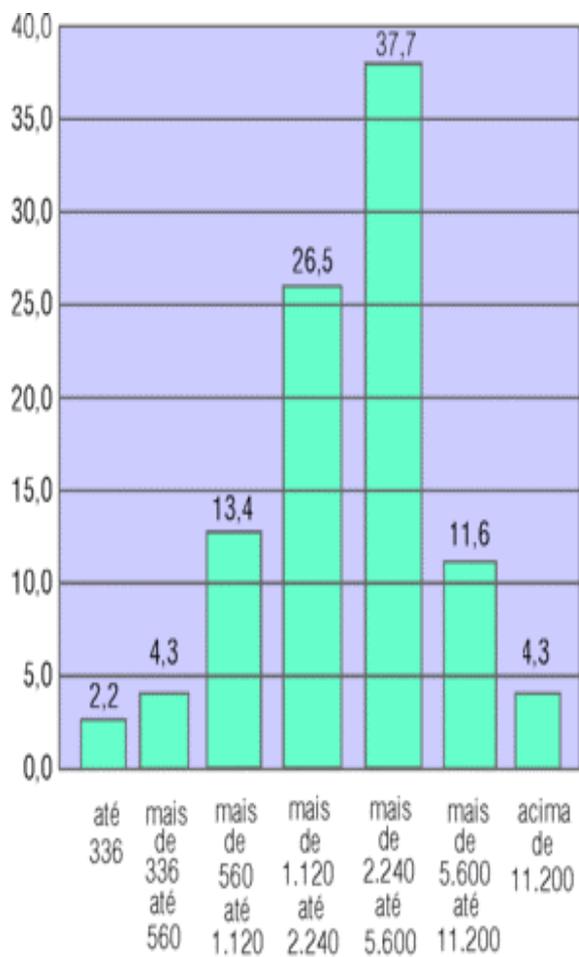


Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

A administração pública emprega 15,4%, a indústria, 12,3, intermediação financeira e seguro, 11,3%, educação e saúde, 8,2%. Estes setores juntos empregam mais de 47% dos economistas.

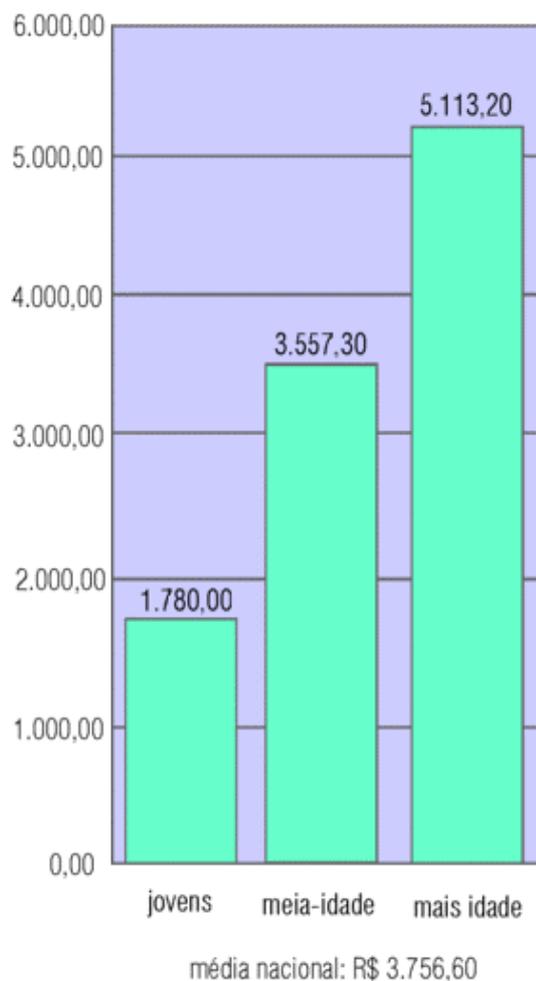
A importância do cargo dentro das empresas e, logo, do poder de participação nas decisões pode ser vista pelo nível salarial. Em média, a remuneração do economista é de R\$ 3.3.756,60. A moda está entre R\$ 2.240, 00 e R\$ 5.600,00, o meio disso, a mediana está em R\$ 2.560,80.

Rendimento Médio Mensal –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

Remuneração Média por Idade –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

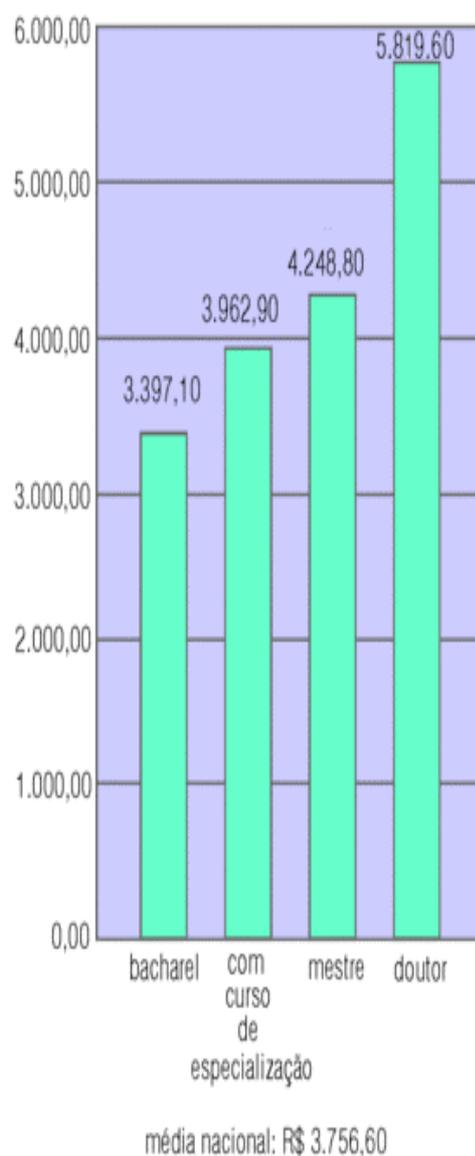
A experiência profissional parece ter também um peso importante na remuneração obtida. Prova disso é que os economistas jovens (até 29 anos) recebem em média R\$ 1.780. Os de meia idade (mais de 30 e até 49 anos) R\$ 3.557,30 e os mais experientes (50 anos e mais) R\$ 5.113,20. Ou seja, o economista de meia idade ganha duas vezes mais do que os

mais jovens. E o economista mais experiente recebe quase 45% acima do profissional de meia idade. O profissional liberal, geralmente, é um consultor, o que lhe garante uma rentabilidade mais alta. Os de meia idade, aqui apresentados, têm influência pela experiência profissional, mas são geralmente os profissionais de mercado financeiro, pois o setor público é representativo e nele não existe relação de idade ou de experiência.

O funcionário público ganha quase 20% menos do que o rendimento médio mensal da categoria.

Uma informação curiosa e otimista para aqueles que pretendem incluir-se na profissão, o grau de formação acadêmica influi no rendimento mensal do economista. Os bacharéis ganham em média R\$ 3.397,10. Os que completaram o mestrado recebem R\$ 4.248,80 e os que concluíram o doutorado alcançam até R\$ 5.819,60 em média. Os mestres ganham em média 25% acima dos bacharéis. E os doutores percebem 37% mais do que os mestres. Esta conjectura é otimista, reforça a carreira do economista, prova que é importante a formação intelectual e que o mercado requisita esse profissional. Novamente não se vai aqui discutir a ideologia desse profissional, mas não se condena a sua formação independentemente da ideologia.

Remuneração Média por Grau de Formação Acadêmica –

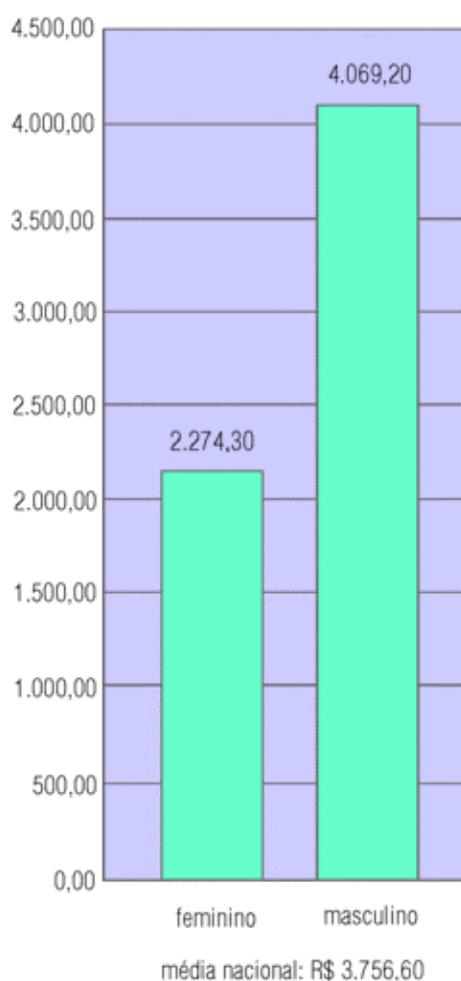


Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

A maioria dos profissionais de economia é composta por homens, as mulheres entraram mais tarde nesse mercado. Já, tendo em foco a pós-graduação, a idade média de formação dos homens e das mulheres se aproxima mais que no caso da graduação. Em ambos os casos a idade média de conclusão do homem é maior que a das mulheres. Predominantemente ambos cursaram no período noturno com uma incidência maior por parte dos homens. Enquanto 95,1% dos homens trabalharam ao fazer a graduação, 88,6%

das mulheres trabalharam. Curiosamente mais mulheres têm mestrado, ao passo que mais homens (numa pequena proporção) têm doutorado.

Remuneração Média Mensal – Por Sexo – 1996 –



Fonte: Conselho Federal de Economia, 2000.

A remuneração das mulheres é menor que a dos homens, parte pode ser explicada pela entrada retardada ao mercado de trabalho e parte, sem dúvida, pela tradição patriarcal de homens nos centros decisórios. Os homens são mais otimistas que as mulheres sobre as perspectivas de melhoras nos empregos que ocupam.

A pesquisa, organizada pelo Conselho Federal de Economia, investigou o que os economistas esperam de suas entidades de classe. A cobrança que fizeram aos órgãos que

os representam foi de um apoio à reciclagem do profissional – oferta de curso, especializações e outras possibilidades de reciclagem. Uma avaliação para elevação da qualidade dos cursos de economia no Brasil também esteve presente nas reivindicações dos economistas. Certamente sentiram alguma deficiência do curso, na atuação prática no dia a dia. E uma outra sugestão interessante foi a de criar um amplo banco de dados, com informações disponíveis para pesquisa por parte dos economistas membros das entidades.

Com relação à interpretação do economista em relação à política econômica brasileira, a grande maioria, representada por 71%, apóia a estabilização da moeda e acredita ser condição pontual para a retomada do crescimento econômico. A crença se dá porque a estabilidade de preços torna mais lúcida a análise de preços relativos, dá condição de previsibilidade e por isso viabiliza investimentos. Este último tópico é importante, pois retrata, apesar de que em linhas gerais, o que de fato pensam os economistas.

Passam uma impressão de crença que as transformações no mercado de trabalho são inexoráveis. Ao mesmo tempo em que assim as consideram supõem-se manifestação de apoio sobre a flexibilidade dos salários e do trabalho, sobre a reestruturação produtiva, a remuneração variável. Tudo isso significa as mudanças no mercado de trabalho do momento e está estreitamente ligado à hegemonia do pensamento liberal que tem o salário como custo empresarial a ser enxugado.

Sessenta por cento acreditam que as elevadas taxas de juros provocam déficit público de difícil administração. Neste momento é importante destacar a hipótese de estarem os economistas, em sua maioria, equivocados ou sujeitos aos discursos dirigentes. Manter déficit público igual a zero, Ter dificuldade em gerir uma economia com déficit e preocupar-se com altas taxas de juros são padrões atuais norteados pelo FMI e outros organismos internacionais. Qual o problema de déficit nas contas do governo? Significa sim que ele está gastando mais do que arrecada e com isso elevando a Demanda Agregada da economia. Quanta às taxas de juros, isso acontece para garantir rentabilidade ao capital estrangeiro e a estabilidade da moeda. E com relação à administração de dívida, a ideologia dos anos pré 80 dizia que dívida não se paga, rola. Então têm-se sinais de que a maioria dos economistas estão, de alguma forma, vendendo o discurso hegemônico dos interesses dominantes, internos e externos.

Boa parte dos economistas, 59,3%, considera que dívida pública e o déficit na balança comercial comprometem as relações externas do país. Não houve, nesse aspecto, uma análise profunda, depende do que o país está importando e gerando de déficit. Se as importações são de máquinas que amanhã promoverão bens para exportação, poderá haver reversão dessa tendência. Mas sem dúvida déficit na balança comercial significa rebaixamento da participação do Brasil no comércio internacional justamente num mundo globalizado cuja regra é integração econômica mundial.

Mais da metade dos economistas acredita que a abertura e a desregulamentação para o capital estrangeiro são alternativas viáveis para a modernização do parque industrial brasileiro. Cinquenta e oito por cento dos economistas apóiam a integração econômica, referida ao Mercosul, pela importância econômica (suspeita) e pela importância geopolítica. Pode ser que a maioria apóie o que é modismo, mas tem-se que considerar que a integração econômica é a única forma aparente de ter a economia situada no conjunto de processos de desenvolvimento econômico dos próximos anos.

Entre 40 e 45% dos economistas criticam as políticas governamentais dizendo serem insuficientes para preparar o país para a retomada do crescimento econômico. Nessas medidas eles incluem as privatizações, embora não refutem as políticas adotadas, apenas as observam.

Com relação à reforma agrária, os economistas (53,7%) pensam ser uma alternativa importante para redução da injustiça social. E que uma medida de governo necessária seria a tributação excessiva sobre terras improdutivas.

2.2. Ensino de Economia e Desenvolvimento -

Neste tópico do trabalho fazemos uma interpretação da relação entre o ensino de economia no Brasil e a ação dos economistas. Esta abordagem é motivada pela necessidade que teve a economia brasileira em criar escolas de economia para que se criasse um profissional capaz de entender e promover tecnicamente o desenvolvimento econômico.

As Faculdades de Ciências Econômicas nasceram entre os anos de 1945 e 1947. Elas vieram para suprir uma lacuna da economia brasileira. Até os anos 30, o Brasil

apresentava um perfil econômico, essencialmente, agrário e exportador. Depois de 30, impulsionado pela própria crise de 29, que rompeu com o modelo e padrão de acumulação, e também por uma crise de superprodução que marcou o mundo capitalista, as economias tiveram um outro modelo de crescimento dentro do próprio capitalismo. Tratou de haver a intervenção do Estado como dinamizador da demanda agregada. As idéias do economista John Maynard Keynes tomaram conta do discurso do crescimento econômico e da superação da crise e contaminou a economia capitalista.

Diante disso e somada a necessidade do Brasil se arrancar por si mesmo, a retórica era um programa sustentável de substituição de importações. Os economistas irão aparecer como os técnicos preparados para a gestão da coisa pública, sobretudo como elaboradores das políticas desenvolvimentistas. Como não existiam economistas no Brasil, os cursos de economia foram influenciados em suas origens, pela engenharia, de onde veio a influência matemática e porque os engenheiros tinham alguma habilidade em planejar, planilhar e visualizar projetos, e pelas faculdades de direito, por seu caráter normativo e legislativo. Uma outra área do conhecimento que influenciou e participou da fundação das escolas de economia foram: Filosofia, Ciências Sociais e Sociologia, pela centralização do pensamento no bem estar do homem.

Os economistas tiveram, por muito tempo, participação relevante na condução da política econômica. Aliou-se o projeto de desenvolvimento a uma estrutura burocrática que pudesse permitir que isso ocorresse. Num regime burocrático e autoritário, como foi parte da história brasileira, período em que os economistas mais puderam exercer o papel de fazedores de políticas econômicas, a tecnocracia atrelou-se ao autoritarismo.

Contudo, o modelo adotado esteve preso a uma relação maior de fidelidade com o capital. Não obstante, não há desenvolvimento econômico possível, num mundo cujo modo de produção esteja dado, que não seja a adoção dos métodos e critérios, valores e conceitos, que estejam dispostos pelo próprio modo de produção.

O Estado promoveu a dinâmica da relação do capital nacional e do capital estrangeiro. As empresas acumulavam com o novo nos países centrais e transferiam posteriormente para a periferia ao esgotar o mecanismo de acumulação ou a possibilidade de acumulação atraente nos países de origem.

Após os anos trinta, a classe dominante nacional se divide em burguesia nacionalista e burguesia do capital monopolista estrangeiro. Essas duas categorias disputavam espaço. Depois de 64, a burguesia, representante do capital monopolista, tornou-se hegemônica nos aspectos econômico e político. No campo político, esta representação veio nas ações e no pensamento de um renomado economista e diplomata, o senhor Roberto CAMPOS.

DELFIM NETO, considerado outro grande ícone do pensamento econômico brasileiro, e de uma responsabilidade moral relevante por ter prestado serviço ao governo militar por muitos anos, coloca o seu pensamento nos seguintes termos:

A discussão entre os regimes socialistas e capitalistas se resume em que o socialista (da forma como se produziu na URSS) tem decisão planejada por um pequeno grupo que indica qual a prioridade de investimento. Da mesma forma, o capitalismo pega o excedente (que é a mesma sobra que o socialista vai aplicar) e toma a decisão de aplicar (reinvestir) ou não seu capital. É uma decisão também tomada pela minoria. Também, no regime socialista, há produção de desigualdades, mas uma desigualdade dirigida por esse pequeno grupo tecnocrático (burocratas) que destinam os excedentes a áreas específicas como a militar, a esportiva, a cultural ou a educacional.

Pelo pensamento de DELFIM NETO, a ciência é a lógica e justificam os atos, enquanto a ideologia é demagogia. O discurso competente é a roupagem que a ciência assume sob o monopolismo. É a racionalidade técnica que atende ou que diz atender a maioria que justifica o discurso economicista.

“É dessa racionalidade que estão imbuídos os técnicos que passaram a compor o executivo (após a contra revolução até nossos dias), técnicos que, já na universidade, tinham concepções mais ou menos definidas sobre os possíveis rumos para o país e que, ao introduzirem essa “racionalidade em si” e todo o instrumental técnico adquirido na universidade, procuraram caracterizar-se por uma neutralidade ideológica, o que veio a ser confortável opção política, perfazendo precisamente o “tecnocracismo”⁴¹.

A posição da tecnocracia que se instaurou no Brasil foi a do capitalismo contra o socialismo. O discurso dos intelectuais afastava a ideologia nacionalista, combatia a rebeldia e a violência da base social creditando, inoportuno, esse tipo de comportamento. O

⁴¹ DELFIM NETO, A. *in* COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A Fala dos Homens - Análise do Pensamento Tecnocrático 1964-1981. Editora Brasiliense. São Paulo: 1983.

discurso apresenta concretamente o ideal já definitivo da integração de interdependência com nações capitalistas, aprioristicamente, considerando natural e correto esse pacto e lançando-se contra o socialismo. Os economistas Roberto CAMPOS e DELFIM NETO lideraram o pensamento intelectual e determinam a ação política, nos anos sessenta e setenta.

O modelo que o regime autoritário e tecnocrático adotou teve sempre um emblema desenvolvimentista a favor do capitalismo e contra as idéias socialistas. Propunha fazer um crescimento econômico rápido, exigiu vultuosos investimentos que foram financiados no exterior. O lado perverso da dívida é o seu crescimento, a acomodação de parte dos juros como principal, e seus sucessivos aumentos. Os defensores dos empréstimos internacionais diziam que dívida não se paga, se rola. Esse era um dos discursos do DELFIM. Para os críticos, a dívida é fonte de enriquecimento e benefícios dos banqueiros estrangeiros. Mas isso (de gerar a dívida) não é uma ação irracional como pode parecer numa primeira análise. Fazia parte de um programa de desenvolvimento interno. É claro que quem importa máquinas e tecnologia hoje, amanhã produzirá com elas e não precisará importar de novo. Os economistas foram duramente criticados por terem permitido o crescimento tão elevado da dívida externa brasileira, mas a ruptura da lógica “não se paga, se rola” foi dada pela crise do petróleo, que foi mundial e não dependeu da estrutura da organização da produção nacional.

O Estado planejador teve um papel fundamental na gestão da política social. Naquela época, o Estado passou cada vez mais a distribuir renda por de sua prática social, pela previdência, pela saúde, pela educação. Não foi feliz na distribuição da renda real direta, através dos salários. Estes foram arrojados. Mas foram arrojados porque se acreditava que era a forma ideal para produzir desenvolvimento. Era com a maior lucratividade, maior acumulação da elite que se produziria poupança suficiente para novos investimento e continuidade do crescimento econômico. O planejamento esteve presente na orientação governamental até o final dos anos 70. O planejamento era técnica organizatória de prover a racionalização, sem ter, supostamente, ideário coercitivo.

"Talvez Galbraith superestime o verdadeiro poder dos homens de ciência, na sua descrição das "Tecnoestruturas". Trata-se de saber, afinal, até que ponto eles verdadeiramente influem nas decisões sobre o tipo de sociedade que se deve construir, como se deve distribuir os frutos do trabalho, etc. Contudo, mesmo com esta ressalva, poucos negariam que hoje eles desfrutam de um

prestígio praticamente inédito e que mesmo entre as decisões de consequência política, muitos se baseiam, realmente, em considerações de caráter técnico. ... O Brasil já alcançou aquele estágio em que os técnicos e os cientistas passam a ser mais ouvidos e mais procurados. Entre eles, o economista desfruta de um prestígio singular, que demorou longamente a ser construído. Em abril de 1947, ... o extinto "Observador Econômico" (afirmava): Está reservado ao economista, nesta fase do pós-guerra, um papel relevante na ordenação da economia mundial, especialmente pela qualidade e pela espécie de serviços que ele pode prestar ao Estado como a iniciativa privada. Em recente artigo, a revista norte-americana Business Week punha em relevo as diversas maneiras como os técnicos em economia podem colaborar, colaboração esta que se torna cada vez mais necessária" ("Ciência, o fator escasso". JT, 20.11.70)⁴².

O autoritarismo e a economia planejada, que são dentes da mesma engrenagem, promoveram, através da racionalidade econômica, uma supressão da luta de classes. Foi bastante eficiente em oferecer para a sociedade um projeto concreto de crescimento econômico. Apesar de ter promovido o cerceamento da liberdade.

A discussão capitalismo livre, capitalismo com planejamento e justiça social e socialismo será sempre o centro do problema econômico. O problema econômico é caracterizado pelo produtivismo *versus* distributivismo. É o conflito, é a luta de classes. Quem produz, quanto produz, para quem produz e qual o excedente e para onde vai o excedente. Esta é a história do homem, esta é a história da economia. O conflito distributivo, a luta de classes.

A partir dela é que surgem argumentações favoráveis ou desfavoráveis, conservadores ou progressistas, de direita ou de esquerda. A lógica do pensamento que produziu no Brasil, que deu sustentação teórica à prática da não distribuição da renda pelo salário foi a crença de que se o excedente gerado fosse distribuído não haveria excedente de volta à produção e isso estancaria o mecanismo de desenvolvimento. Por outro lado, a retórica contrária também esteve sempre presente, embora fora do poder, e falava que a função da economia é a distribuição da renda, a produção do bem-estar social.

"Produção e produtividade não tem sentido senão na medida em que levam ao bem-estar da comunidade, que, por sua vez, é função de respectivo nível de consumo".⁴³

⁴² Afirmação de DELFIM NETO, transcrito in COVRE, A Fala dos Homens, op. Cit., p.112/113.

⁴³ CAMPOS, Roberto. Ensaios de História...citado em COVRE. A Fala dos Homens, op. Cit., p. 135.

De um lado a tecnocracia dizia que o crescimento econômico é bom para todos, todos aproveitarão desse desenvolvimento. Depois, o que se viu foi que a classe operária não se beneficiou. Todos os benefícios seguiram para a classe dominante. Até as linhas de crédito ou financiamento da classe baixa foram destinados à classe média. E, depois, a classe média percebeu que, o que ocorreu, foi o seu próprio empobrecimento.

No processo de abertura da ditadura, para garantir a ausência da luta de classe, o discurso propôs uma associação entre capital e trabalho dando, aos últimos, participação no lucro. É uma forma de cooptação. O Estado foi o interventor do conflito capital / trabalho no final dos anos setenta. A preocupação era não permitir o conflito. A greve seria o último recurso. Os dirigentes sindicais tornaram-se também burocratas e estavam muito mais mediando o trabalho e obedecendo ao Estado.

O sindicato foi loteado, o programa do capitalismo social frustrou-se ao gerar desemprego nos anos oitenta, mas o discurso do capital internacional e do crescimento continuou justificado como forma de impedir mais crise social.

Enquanto isso, o governo lançou mão de outros mecanismos de conciliação e arrefecimento das forças do trabalho ampliando ofertas que faziam acreditar numa possibilidade de ascensão social. Só para citar, a educação entra como direito social, supõe ser mecanismo de suprimento de demanda por mão-de-obra mais apropriada exigida pela evolução tecnológica da produção inserida no pensamento tecnocrático dominante. A pretensão era conciliar humanismo e tecnologia. Com Jarbas Passarinho, a partir dos anos setenta, a função da educação era mais que educar era, sobretudo formar homens para o trabalho. O objetivo era um tratamento apolítico ao estudante envolvendo-o em programas sociais e formando um estudante bem diferente dos pré-64. Os projetos educacionais, longe de processos emancipatório, resultavam em reproduzir, sobre a classe trabalhadora, um papel tecnicificante e conformador.

No capitalismo recente outras formas de conciliar capital e trabalho entraram em cena. Mecanismos talvez mais perversos, pois não estabelecem nada de concreto, representam uma participação sutilmente maior do trabalho no resultado da produção embora o sistema conviva com crescente redução dos níveis de emprego. Como exemplo, pode-se citar a participação nos lucros das empresas; esta proposta até anula as tentativas de disputa entre trabalho e capital que poderiam elevar à emancipação humana.

Após tratar o discurso dos intelectuais na sua ação política dentro da conformação do Estado Capitalista, faz-se, agora, uma leitura e interpretação de como pensam os principais economistas deste país. O que eles entendem pela função de economista, seus depoimentos por ações tomadas quando estiveram ocupando cargos no governo, os limites de ação do sujeito, a formação que tiveram e que deram nas universidades, pois que a ação política respeita limites dados por condicionantes econômicos que estão acima dos interesses pessoais dos intelectuais no poder.

Enfim é uma coletânea de vários discursos, textos e debates em torno do papel do economista e também da formação do economista, inclusive com depoimentos em congressos que discutiram a formação acadêmica do economista. Os textos foram retratados no trabalho de LOUREIRO⁴⁴ (1997).

É possível perceber que importantes ações políticas tiveram influência do pensamento econômico e dos economistas. Essas ações sempre tiveram, ao fundo, intenções promissoras ao desenvolvimento econômico da sociedade, embora, nem sempre, tenham conseguido êxito. Muitas vezes, as políticas econômicas alcançaram resultados indesejados. As intenções eram positivas, mas, limitadas pelo nível de conhecimento científico disponível. Correspondia ao máximo de consciência possível que o economista técnico podia atuar em benefício da coletividade. Apesar disso, é ponderável frisar, que o papel do Estado atende, primordialmente, ao interesse do capital.

Este texto aborda o desenvolvimento dos estudos econômicos, o surgimento dos cursos de pós-graduação, as correntes de pensamento, a participação no governo, conflitos com outros autores políticos. Até meados dos anos sessenta as escolas de economia eram fracas e o aprendizado se dava na prática política, em organismos governamentais como o Banco Central (SUMOC), CEPAL, Institutos de Pesquisa – IBRE, IPEA. Em 1966 uma grande reunião discutiu o ensino de economia criticando a tendência que tinha para a contabilidade e para o direito, pois estas influências descaracterizavam o profissional. Sugeriram-se, para correção disso, que fossem criados cursos de pós-graduação em economia. E cresceram o mestrado e doutorado na área de economia.

A reforma veio num momento que significava internacionalização dos estudos de economia (e de seus cursos) e houve uma forte influência para que se seguisse orientação

⁴⁴ LOUREIRO, Maria Rita (org.). 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996). Editora Vozes. Petrópolis: 1997.

de cursos (escolas) de economia de países desenvolvidos. Isso polarizou a organização originando a partir daí cursos ortodoxos e heterodoxos (resistentes) que podem ser comprovados pelo teor das respectivas produções científicas.

Nem com a discussão e essa reforma do final dos anos sessenta e a influência, que certamente foi exercida pela prática adotada nos países centrais, conseguiu produzir, no Brasil, uns ensinamentos positivistas, neutros, imparciais ou técnicos.

A noção que norteia o problema aqui exposto é sempre a relação entre a organização produtiva e a orientação acadêmica. Luiz Carlos BRESSER PEREIRA faz uma interessante análise desse processo:

“A produção intelectual e o desenvolvimento da formação social brasileira são naturalmente dois fenômenos profundamente interligados. Os intelectuais tentam analisar (e orientar) a sociedade, interpretando-a, mas nesse processo são condicionados por essa própria realidade, que reflete o estágio de desenvolvimento do país, os interesses de classe envolvidos e a forma de inserção do país na economia capitalista internacional, e influenciados pelas ideologias e teorias econômicas vigentes no mundo desenvolvido. (Bresser faz uma) análise centrada não no desenvolvimento da formação social brasileira, mas na evolução das interpretações fundamentais sobre essa realidade. Ao invés de examinar (a) o pacto populista e sua crise, (b) a aliança autoritária tecnoburocrático-capitalista e seu colapso que levou à transição democrática de 1984, e (c) a grande crise dos anos 80 e o novo pacto político social-liberal que tem início em 1994 com a eleição de Fernando Henrique Cardoso - os três grandes”. pactos políticos que marcaram o Brasil a partir de 1930 -, (e tenta) analisar as interpretações intelectuais ligadas a essas realidades e às suas transformações”⁴⁵.

BRESSER PEREIRA (que tem seus discursos retratados por LOUREIRO, 1997) analisa interpretações intelectuais que são oriundas de pactos políticos, alianças de classe e, muitas vezes, expressam a ideologia dominante. É um movimento cíclico que inicia do pacto pós uma crise. Para BRESSER, dos anos 30 aos anos 60, domina o populismo nacional-desenvolvimentista. Com a revolução ou contra-revolução militar de 1964 um novo pacto substitui o anterior; trata-se do técnico-burocrático-capitalista com modernizantes de um lado, e os esquerdistas de outro.

No período pré anos 40, a vocação agrária foi hegemônica através do poder da classe que representava. Foi muito forte até os anos 30 e enfraquecida no tempo que se

⁴⁵ PEREIRA, L. C. Bresser. Em LOUREIRO, M.R. “50 Anos de Ciência Econômica no Brasil”, op. Cit., p. 17.

estende até 1945/50, quando perdeu espaço para a burguesia nacional. Para BRESSER⁴⁶, existiram fatores curiosos de aspecto cultural que fortalecia um ou outro sistema. A própria Semana de Arte Moderna que apresentava o novo, na verdade, reafirmava o Brasil agrário. O Brasil Agrário é aquela nação vista como país do futuro. É vislumbrado e louvado quando, na verdade, é racista, antidemocrático e de uma cultura segregada, elitista e desvinculada da produção em massa.

A sociedade nacional-burguesa, por sua vez, tem um respaldo acadêmico, *cult*. Um grupo de intelectuais (de esquerda) desenvolveu trabalhos a partir do Instituto Superior de Estudos Brasileiros: entre eles, economistas e sociólogos que sofrem influencia marxista. Essa interpretação emerge, com a crise do agrário, por ser considerada amorfa, ornamental, com complexo de inferioridade. A sociedade se dividiu entre os que queriam manter o *status*, ficando “semifeudais”, e os progressistas, com ênfase para os governos VARGAS e JK. A ideologia nacional-burguesa representava a modernização. Nessa época, Celso Furtado interpreta a formação econômica do Brasil e propõe a industrialização por substituição de importações. Isto contribuiu para os ideais da burguesia nacional que também caminhavam nesta direção.

Nesse novo momento do pensamento econômico, quem mais se sobressai é Roberto CAMPOS. CAMPOS defende a tecnocracia como essencial pela capacidade de visão de longo prazo, visão que a iniciativa privada não tem. Ele defende o capital internacional pelo volume de investimento que é capaz de lançar no Brasil e assim proporcionar desenvolvimento interno.

Apesar de hegemônico o modelo em defesa do desenvolvimentismo nos em parceria com o capital estrangeiro, outros setores da economia, liderados por economistas como Fernando NOVAES, Francisco de OLIVEIRA e João Manuel CARDOSO DE MELLO⁴⁷ lideravam correntes em defesa de uma outra proposta política. Para sustentação da crítica, seus defensores haviam de negar o subdesenvolvimento brasileiro do período pré anos 50 sobre o qual justificavam os discursos da necessária superação do subdesenvolvimento brasileiro a qualquer preço e, sobretudo através do capital estrangeiro. Propunham uma

⁴⁶ PEREIRA, L. C. Bresser. Em LOUREIRO, M.R. “50 Anos de Ciência Econômica no Brasil”, op. Cit., p. 17.

⁴⁷ LOUREIRO, M. R. (org) 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil. Vozes. Petrópolis: 1997. p. 29.

política voltada aos interesses da classe dominada e por um capitalismo sustentado sobre as bases produtivas internas.

Entre as críticas, a considerada da superexploração capitalista, culpava o imperialismo como provocador do subdesenvolvimento do Brasil e estende essa interpretação a todos os países da América Latina. A solução única seria o socialismo. Criou-se toda uma teoria que marcou um desenvolvimento dependente, desenvolvimento este que levava a burguesia interna a se tornar repressora, subordinada ao imperialismo, e que conduziu a sociedade a uma extremada luta de classes.

A Teoria da Dependência é a única vez que um sociólogo e não um economista desenvolve um trabalho consistente e de expressão internacional a partir da realidade brasileira e América Latina que pode ser considerada uma teoria do desenvolvimento econômico. Fernando Henrique CARDOSO esclarece a teoria da dependência ao publicar “Dependência e Desenvolvimento da América Latina”, com Enzo FALETTO. A preocupação é centrada no novo padrão de acumulação de capital do Brasil, não mais na formação pré-capitalista. Para esta interpretação, a consolidação da indústria elimina o conflito de classes. São fatos reais, históricos que determinam o desenvolvimento nacional. Fatos novos que propiciam novas interpretações, novo contexto, são: 1) consolidação da indústria; 2) decadência da agricultura; 3) entrada de capital externo; 4) revigoração da atividade sindical.

Ao final dos anos setenta, diante de uma nova crise econômica esse debate se esgota e abre espaço para um novo ciclo, o da abertura democrática. Pactuou-se no modelo da transição democrática algo que atenderia a interesses mais diversos:

- 1) Democracia, que interessa a todos;
- 2) Manutenção do capitalismo, que interessa a classe burguesa, e;
- 3) Distribuição moderada de renda, para atender a classe de trabalhadores.

Esta pequena menção ratifica a afirmação marxiana de que a história da sociedade é a história da luta de classes.

A social democracia vem trazida pelo PMDB que faz oposição àquele cenário conservador. O avanço da democracia e a abertura econômica levariam, inexoravelmente, à globalização, globalização que desde o seu início recebeu contundentes críticas. Entre os críticos que as construíram destacam-se: BELUZZO e Luciano COUTINHO (1997), entre

outros. A crítica considera que a ética da eficiência suplantou a ética da solidariedade e que a globalização dispensou o Estado de sua função social, de praticar políticas sociais. A ideologia liberal expulsou as idéias keynesianas e com elas o Estado. A falha da crítica deste movimento social-desenvolvimentista é considerar que tudo que não é nacional desenvolvimentista significa neoliberalismo⁴⁸. Propõe fim das privatizações sem avaliar a eficiência da produção, propõe política social sem apresentar origem do financiamento.

A interpretação social-desenvolvimentista está ligada a uma idéia de esquerda indignada com a injustiça. O debate concentra-se na observação das instituições públicas como responsáveis por políticas sociais e na má gestão com que são praticadas. Enquanto o que ocorre nos países subdesenvolvidos é um Estado que promove a acumulação capitalista, nos países desenvolvidos, um Estado que garante a justiça social e controla os excessos.

É possível observar que apesar das correntes ideológicas serem definitivamente distintas elas tem em comum a perseguição ao desenvolvimento econômico e a busca do ideal de justiça social.

A crise dos anos oitenta, iniciada em fins de 70, foi para a região da América Latina e Brasil muito mais grave que a dos anos 30. Essa crise é marcada pela crise do Estado: a do Estado social-burocrático, a do comunista e a do bem estar social, respectivamente: países pouco desenvolvidos, países comunistas e países desenvolvidos. Essa crise do Estado intervencionista possibilita a elevação dos ideais neoliberais, do individualismo, da eficiência de mercado. É, portanto, das cinzas de um modelo econômico, que brota uma nova ideologia. Não o seu contrário, ou seja, uma imposição pura e simples de uma classe social específica.

Para Furtado (1997), os ideais socialistas estão vivos, mas não mais podem ser confundidos com intervenção do Estado. O próprio modelo liberal prevê um Estado enxuto, com reformas administrativas e tributárias que mesmo se no curto prazo permitir concentração, no médio ou longo prazo produzirá justiça social. É uma aposta (mais uma).

“A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente, isto é: quando ainda não se há realizado a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas que caracteriza

⁴⁸ SOUZA, Paulo Renato de in LOUREIRO, M. R.(org). op. Cit., p.50.

as regiões desenvolvidas... A predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais; à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional”⁴⁹.

A Interdependência Social-liberal parte crise do Estado diante da globalização da economia mundial. É social porque solicita o Estado fazedor de política social. E também não aceita a idéia do completo individualismo. Um grupo de economista desponha nesse momento interpretando a crise do Estado, a hiperinflação e a estabilidade, a dívida externa. Esses economistas interpretaram a crise econômica e propunham modelos inovadores que romperam ou ao menos colocaram sob estudo teorias monetárias e keynesianas ao mesmo tempo. Daí surgiu tanto o modelo para a tentativa de estabilização dos anos 80 com Dílson Funaro quanto do plano de estabilização pela neutralização da inflação inercial a partir de uma outra moeda referência de retirasse essa prática, que foi o Plano Real, em 1994 com Pedro Malan. Na verdade, com Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente presidente da república e ministro da economia da implantação do plano.

A crise do Estado é crise da relação entre demandas sociais e capacidade de oferta pelo Estado e também na política, na instituição pública, nos partidos políticos, na coisa da corrupção. Havia que se garantir a prática da democracia.

Com o governo Fernando Henrique (1994-2002), apresentou-se um novo momento para o Estado a partir da estabilidade econômica, o que levou alguns intelectuais a acreditar que o problema do Estado não está só em fatores exógenos, do imperialismo, do globalismo, do capitalismo mundial, mas tem fatores internos também. Cabe ao país a criação de condições de governabilidade. É disso que o Estado precisa. Do lado do trabalho a relação capital trabalho passa a se modificar com sindicatos mais brandos e muito mais próximos ao capital, pela negociação, pela integração e abre espaço para negociações coletivas entre trabalhadores e empresários. Mas reforça o neoliberalismo e o capitalismo quando o trabalho é inegavelmente mais frágil que o capital.

Paulo Renato de SOUZA⁵⁰ resume o período de 30 a 1996 de variadas propostas de desenvolvimento produzidas pelo pensamento econômico. Estas teorias variam da direita

⁴⁹ FURTADO, Celso. Transcrito por SOUZA, Paulo Renato de in 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil, p. 53.

⁵⁰ LOUREIRO, M. R. (org). 50 Anos de Política Econômica no Brasil. 1997.

para a esquerda, progressistas e saudosistas. Umas olham para o futuro, outras para o passado. Parte daquela arraigada na agricultura passando para a de aporte do Estado desenvolvimentista, da relação centro periferia e finda com o social liberal que olha para a economia do século XXI.

Uma forte corrente que pensa o desenvolvimento econômico no Brasil a partir de suas próprias contradições está presente na CEPAL. Para esta corrente é necessária a presença do Estado na economia, inclusive como investidor direto.

Este trabalho se divide nas fases do pensamento econômico brasileiro, não é um estudo sobre a natureza do Estado, é sobre a literatura econômica. Os economistas brasileiros foram fortemente influenciados pela CEPAL, sobretudo com a teoria do desenvolvimento periférico. Várias correntes contribuíram para elevar o debate sobre a superação do subdesenvolvimento brasileiro. São elas: a socialista, três correntes desenvolvimentistas e a neoliberal. Isto dos anos 30 aos 60. A neoliberal: esta corrente se posicionava da seguinte forma:

- 1) Partidários da intervenção do Estado
- 2) A favor das políticas monetárias e financeiras
- 3) Não apoiavam medidas ao projeto de industrialização

Era, na verdade, a corrente liberal de antes de 30, que a partir da crise de 29 e do keynesianismo faz alguma concessão, mas não abre mão do livre mercado. E por fazer concessões e, portanto, rever o liberalismo recebeu o prefixo “neo”.

Dentre os economistas de idéias liberais se destacam: Octávio Gouvêa de Bulhões e Eugênio GUDIN. Para GUDIN, a economia Brasileira não estava preparada (até os anos 50) para a industrialização e prova disso era que forças de mercado não a fazia avançar.

Na corrente desenvolvimentista existiam os economistas ligados ao setor privado e outros ligados ao setor público. Estes últimos, também, distinguiam-se entre os que preferiam o Estado fora da produção e aí abria espaço para capital diretor estrangeiro na DI (departamento produtor de bens de capital) e os nacionalistas, que preferiam o Estado na capitania da base do desenvolvimento.

As idéias desenvolvimentistas surgem com a crise de 30. É no período de crise que surgem novas ideologias. Dois grandes líderes marcam a história dos economistas no Brasil

desenvolvimentista: Celso FURTADO (nacionalista) e Roberto CAMPOS (não nacionalista).

Quanto ao setor privado, a crise de trinta deu aos empresários industriais um espaço jamais imaginado. O espaço de decidir e planejar o panorama futuro visto que naquele momento só a indústria seria um nicho potencial. Roberto SIMONSEN foi o grande intelectual do desenvolvimentismo. Porém seu conteúdo analítico foi superado pelo pensamento da CEPAL.

Três grupos de pensamento interpretavam mecanismos de desenvolvimento econômico. Um deles entendia que o capital estrangeiro estava montado numa categoria imperialista e para defender dessa imposição o Estado deveria conduzir o desenvolvimento evitando a invasão do capital externo. Um outro grupo, mais moderado, aceitava o capital estrangeiro e creditava ao Estado o papel de coordenador e norteador da entrada de capital. E uma terceira corrente que via, no capital estrangeiro, aporte fundamental para alavancar o desenvolvimento nacional.

Os economistas de idéias desenvolvimentistas nacionalistas defendiam a subordinação da política monetária à política de desenvolvimento econômico. Também davam muita ênfase às políticas sociais. Celso Furtado foi o grande intelectual do nacional desenvolvimentismo. Suas idéias: o Estado na promoção do desenvolvimento; política monetária e cambial submetidas às políticas de desenvolvimento; uma reforma com conteúdo social que pudesse se dar pela tributação progressiva ou, a reforma agrária...

A corrente socialista no Brasil tinha os mesmos ideais dos desenvolvimentistas em relação a industrialização como forma de superação da miséria, de controle ao capital estrangeiro, mas sempre analisavam pensando numa forma de se dar a revolução socialista.

O que os permitiam pensar assim era a lógica histórico-materialista de que a economia vive fases e que já havia passado todas as etapas que constituem no desabrochar da sociedade socialista, já havia superado a fase do feudalismo ao capitalismo, passando pelo mercantilismo, restando agora o socialismo. Era muito mais um esforço sem muito teor analítico de buscar razões para a revolução socialista. Os trabalhos que melhor se destacavam tratavam da concentração da propriedade e das políticas econômicas, que para esta corrente, atendia interesses do capital internacional.

Ignácio RANGEL, segundo registro de LOUREIRO⁵¹, inaugura um pensamento independente. Rangel foi privilegiado por participar de vários núcleos e não estar vinculado ideologicamente a nenhum. Isto lhe deu maior lucidez que o tornou o mais sensato dos desenvolvimentistas. Trabalhou com a forma de integração do Brasil na economia mundial. Destacou a dualidade que havia entre o lado interno e externo da economia. Internamente, uma economia latifundiária (pós 30) e externamente um mundo industrial. Era esse o desafio.

Idéias de apoio à indústria apareceram antes de 30, muito tímidas, e proclamavam contra o liberalismo, a favor de políticas de defesa da indústria nacional e do ideal de progresso econômico. Somente após a crise de 30 e da segunda guerra mundial é que o apoio a indústria se fortaleceu. Foi a crise de 30 que propiciou espaço para um pequeno grupo na elite dirigente brasileira elevar sua ideologia de superação do subdesenvolvimento brasileiro pelo nacional desenvolvimentismo.

A consolidação dessa proposta passa por alguns momentos que vão dando-lhe contornos. A disputa ideológica que se cruzou no imediato pós-guerra, vislumbrando um momento novo se foi entre o liberalismo e o desenvolvimentismo pelo Estado iniciado em 30. O desenvolvimentismo se fortaleceu na prática política. Houve intensificação da interferência do governo na economia, criação de indústrias de base, CSN, Petrobrás entre outras. O investimento em indústria no Governo Vargas da década de 50 foi uma compensação da expectativa de desenvolvimento que não ocorreu no governo Dutra, que o antecedeu. A preocupação do fortalecimento da maquinaria no pós-guerra para propiciar o crescimento da indústria levou a um pensamento de planejamento que diferenciava do pensamento liberal que tinha no país uma forte corrente. A CEPAL foi o grande centro produtor de teses e instrumentos analíticos que reforçavam os ideais do desenvolvimentismo sob a tutela do Estado.

A ideologia desenvolvimentista avançou no governo Juscelino Kubitschek, muito embora é de importância fundamental frisar que no período JK o desenvolvimento foi muito ostensivo, porém assentado sobre capital do exterior, o que promove o desenvolvimento, mas não pelo capital nacional, apesar de o plano de metas ter sido o mais ousado plano de desenvolvimento econômico da história do Brasil no tocante a velocidade

⁵¹ LOUREIRO, M. R. (org.) 50 Anos de Política Econômica no Brasil. Vozes. Petrópolis: 1997.

de concretização. Era o apogeu do pensamento econômico desenvolvimentista. E o (neo) liberalismo nesse momento ficou abafado. Concomitante, salientaram ideais de igualdade e distribuição de renda pelas forças socialistas que resistiam.

Segundo Ricardo BIELSCHWESKY⁵², existia, nesse período, uma divisão de pensamento entre a CEPAL e o FMI, a primeira defendendo que a crise do desenvolvimento desequilibrado era uma questão estrutural que devia ser corrigida e que era temporária e a segunda (o FMI) defendendo já um crescimento equilibrado para países como o Brasil. JK foi resistente e não seguiu as indicações do FMI promovendo uma política mais competente.

Mas com a consolidação da indústria, o encanto da ideologia desenvolvimentista, ficou abafado. Emergiu crise no balanço de pagamentos, inflação e deficiência na área social (ausência de reforma agrária), tudo isso levou a crise daquele modelo e novas propostas menos otimistas surgiram. Culminou com a revolução militar de 64.

BIELSHWESKY demonstra ter sido importantíssimo o debate das ideologias, pois foi democrático e permitiu a prática política dos discursos. Destaca que só nos anos sessenta as questões sociais tomam vulto, mas, são interrompidas pelo golpe militar. Sempre que interrompe um ciclo do desenvolvimento econômico, novas ideologias surgem, tornam hegemônicas ou no mínimo dominadoras e conseguem impor seus ideais na prática política.

Após esse período o pensamento econômico entra numa nova fase, os anos de 60 a 80 foi uma época de grande produção científica da economia brasileira e da economia latino americana. Buscava-se interpretar o processo que ocorria nessa região que se diferenciava dos países centrais e ao mesmo tempo não queria copiar o cabedal teórico dos países avançados.

Para Guido MANTEGA⁵³ as correntes se dividem em desenvolvimentistas e depois autoritária (foi a que guiou durante o regime militar), internacionalistas (que vem depois da desenvolvimentista), neomarxista, uma outra marxista melhor articulada e uma corrente

⁵² LOUREIRO, M. R. (org.) 50 Anos de Política Econômica no Brasil. Vozes. Petrópolis: 1997.

⁵³ MANTEGA, G. in LOUREIRO, op. Cit. 1997.

final que tentava explicar a inflação inercial dos anos 80 e que desembocou na corrente liberal dos anos 90. Nos anos noventa a produção caiu consideravelmente.

Após 64, o Brasil imprimiu um desenvolvimento dependente, orientado por teorias do desenvolvimento equilibrado, políticas adotadas pelos economistas Delfim Neto, Roberto Campos e Afonso Celso Pastore. O contraponto desta teoria era a teoria marxista de SWEEZY que norteou a tese da resistência da esquerda.

Da nova esquerda que surgia diversos temas foram profundamente estudados. A questão do desenvolvimento retardatário – por Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello-, distribuição de Renda – por Albert Fishlow, Malan, Beluzzo -, Industrialização – por Cano, Suzigan, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa, Guido Mantega -, a questão da nova dependência externa – por Davidoff Cruz, Regis Bonelli, Paulo Nogueira Batista Jr., a questão do Estado – por Luciano Coutinho, José Luiz Fiori, e a inflação – por Francisco Lopes, Bresser Pereira, Pérsio Arida, André Lara Resende. Estes são alguns nomes que se destacam entre os estudiosos que interpretaram o Brasil nesse período, todos de postura crítica de esquerda.

A análise que faz Guido MANTEGA concentra no desenvolvimentismo autoritário, no neomarxismo e na nova esquerda.

“O leitor pode questionar a utilidade de se fazer uma arqueologia do pensamento econômico brasileiro das últimas três décadas, ao invés de concentrarmo-nos no conhecimento da atualidade. Com tantas interrogações e incertezas sobre o presente, afinal, qual é a utilidade de investigar a interpretação dos fatos passados e fazer reviver as teorias que estavam em voga a 20, 30 ou mesmo 40 anos atrás? Certamente não é por mera nostalgia mas porque o entendimento do passado revela os fundamentos do presente. A destruição da memória, diz Eric Hobsbawn, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX.2 Portanto, a reconstituição da história do pensamento econômico é o primeiro passo para saber como a economia brasileira tornou-se o que ela é hoje e para onde ela pode ir.”⁵⁴

A partir do golpe militar o pensamento econômico brasileiro se divide em dois, abre uma crise no nacional desenvolvimentismo. Os defensores do Estado condutor do desenvolvimento mais preocupado com a continuidade da industrialização e a corrente marxista preocupada com a distribuição de renda e políticas sociais.

⁵⁴ MANTEGA, Guido. In LOUREIRO, Maria Rita. 50 Anos de Política Econômica no Brasil. Vozes. Petrópolis: 1997. P.110.

A provocação do golpe, entre outros motivos, ocorreu pela ansiedade do povo e elevação das reivindicações das camadas populares. A intervenção foi freio a isso, prosseguindo com o processo de industrialização. O nacional desenvolvimentismo baseava nas idéias da CEPAL de Furtado influenciado pelo marxismo e keynesianismo. No poder agora retomava a direita, com Roberto CAMPOS, e enquanto do lado de fora FURTADO pedia aumento da massa salarial para provocar demanda agregada, Campos pressionava os salários para produzir poupança necessária ao financiamento da produção. Esta receita funcionou de certa forma elevando a rentabilidade do capital através da sangria dos salários e possibilitou uma aproximação com o capital estrangeiro.

O desenvolvimento econômico autoritário dos anos 60 recebeu muita influência do pensamento keynesiano que era predominante naquele tempo. Havia dois grupos, um com maior preocupação com o social ligado ao *Welfare State*, e outro menos ligado às questões sociais, de visão mais liberal e que aceitava sim intervenção estatal para acelerar o desenvolvimento econômico.

Dois núcleos dominavam pairavam no pensamento liberal, Rio e São Paulo, respectivamente com, Roberto CAMPOS e DELFIM NETO. O liberalismo recebeu um grande influencia dos países desenvolvidos através da ONU. Estas influências vieram como receita de governo, que embora liberalizantes, existiam sob o controle e ação do Estado. Entre as principais “receitas” estão aquelas que foram pilares para as ações do governo brasileiro do período militar. A crença em que é necessário poupança para que exista investimento e que só o investimento possibilita desenvolvimento, permitiu a redução dos salários e a concentração de renda, uma vez que as camadas de nível de renda mais baixo a propensão marginal a consumir é maior e as camadas de nível de renda mais alto a propensão a poupar é maior, isto justifica a concentração de renda para promoção da poupança interna necessária.

A ONU propunha também mecanismo de intervenção do Estado que permitisse criar um ciclo de desenvolvimento interno onde um primeiro empreendimento provoca demanda a outro e assim sucessivamente. O governo estaria presente para provocar e impedir a interrupção desse mecanismo. Outro ponto interessante diz respeito à produtividade interna, dizia-se que o problema das economias periféricas é da produtividade. E é da produtividade que se gera lucro e daí renda e demanda. Portanto é na

produção. Para recuperar a produtividade propunha-se a criação de ciclos de investimentos, apresentados acima, que seriam financiados por poupança a partir da redução dos salários (concentração de renda) e também por poupança de outros países (investimentos externos: essa foi a lógica adotada).

O próprio Roberto CAMPOS defende como necessária a participação no Estado para cobrir a ineficiência do setor privado. Para a criação de poupança e investimentos de longo prazo o Estado tem que estar presente. O setor privado tem objetivos imediatistas de retorno rápido ou objetivam consumo. Os investimentos de longa data ficam a cargo do Estado, que endivida interna ou externamente para isso, causando debilidade no setor externo ou inflação. Nesse caso é bem vindo o capital por investimento direto estrangeiro para cobrir essa lacuna.

Mário Henrique SIMONSEN, economista que estudou profundamente a economia brasileira, combina ingredientes keynesianos com o ideal do crescimento equilibrado num intervencionismo moderado. Seu receituário que estão nos livros que publicou e na história em sua participação no governo foi com vista a reduzir a inflação. Pelo receituário do FMI seria utilizada política ortodoxa de elevar juros, cortar drasticamente gastos do governo e pressionar para baixo os salários para conter a demanda, posição radical que Simonsen não concordou. Nem tampouco, congelamento de preços e salários como propunham os adeptos da heterodoxia. Ele mesclava um pouco de cada apresentando ingredientes heterodoxos que não agradava o FMI.

Roberto CAMPOS, BULHÕES e SIMONSEN vieram da escola FGV do Rio de Janeiro, contribuíram com suas teorias reproduzindo o ideal em voga do crescimento equilibrado, com redução de salários/consumo e concentração de renda.

De São Paulo, veio DELFIM NETO, sua grande contribuição para a teoria econômica foi sobre análise de desenvolvimento econômico a partir de dados econométricos. Mas em verdade, seu pensamento é o de que o desenvolvimento econômico depende do excedente gerado na economia. Esse excedente não deve ser conduzido para o consumo pois se dissolve nele. Deve sim ser conduzido para novas inversões. Sobretudo em investimentos que tenham maior teor tecnológico, pois faz avançar o progresso. É com mais tecnologia que se avançam a produção e a produtividade. O objetivo então é elevar o nível de investimento e investimento em tecnologia. Abriu espaço assim para elevação de

produção de bens de DI (departamento de bens de produção). Para que o saldo para investimento aparecesse Delfim concordava com seus antecessores (Campos e Simonsen) apostando no arrocho salarial que significava pressão sobre o consumo para que o saldo aparecesse como poupança.

Um outro grupo, o neomarxista, é de visão bastante crítica. Um de seus principais intelectuais é André GUNDER FRANK, defende a idéia de que economias periféricas sempre estarão subjugadas perante as desenvolvidas. A relação centro periferia é uma constante. Sempre os países centrais expropriariam os periféricos através do trabalho. O máximo que se conseguirá é um desenvolvimento do subdesenvolvimento e não a superação deste. E mais grave, a prática da expropriação do trabalho é reproduzida para o interior da economia periférica criando regiões desenvolvidas e outras subdesenvolvidas. O desenvolvimento tecnológico central sempre fará produzir mais valia na periferia através das produções complementares que deixa aos subdesenvolvidos uma parte pouco rentável. E ainda, pela prática da expropriação não permite a elevação do consumo das massas na periferia impossibilitando sempre a elevação do nível da renda e o próprio desenvolvimento dessas nações.

Para os autores desta corrente o que restava aos países subdesenvolvidos era a revolução socialista. Mas por serem de certa forma arraigados e presos a alguns conceitos que não mudavam, foram surpreendidos pela continuidade da acumulação capitalista que ocorria no Brasil.

Uma nova esquerda surge. Caracterizado por tardio de onde se desenvolveu a “Teoria da Dependência”. Seus principais autores dessas teses são: FURTADO e SUNKEL, de um lado, e de outro, Fernando Henrique CARDOSO e Enzo FALETTO. Esta nova esquerda baseava-se nos condicionantes internos da economia brasileira, a luta de classes, a estrutura de dominação. É uma interpretação do capitalismo dependente, mas de um capitalismo nacional com condicionantes internos relevantes e não apenas um apêndice do capitalismo central.

Os novos intelectuais vieram todos do Rio ou de São Paulo, as grandes escolas que os produziam era USP e FGV. Estes intelectuais tiveram alguma vantagem com relação aos esquerdistas anteriores, pois neles se apoiavam. Tinham um referencial para nortear.

Esta esquerda quis enxergar mais longe, quis trazer para a prática a criação da teoria. E o fizeram a partir de seminários com produções científicas que davam a realidade brasileira por uma visão marxista. O desafio foi discutir economia e política e traçar uma interpretação que diferenciava da esquerda mundial presa ao imperialismo. Os intelectuais estrangeiros enxergavam o desenvolvimento dos países periféricos pela ótica dos países avançados. Era necessária uma visão do capitalismo periférico, propriamente.

Pautados pela dialética marxista tiveram que encontrar a origem do conflito e que no Brasil a formação de classes sociais não é clássica como a teoria apontava e nem a classificação dos países avançados fazia-se observar aqui com toda propriedade.

Fernando Henrique CARDOSO se propôs estudar a emergência da classe burguesa no Brasil para verificar se ela se enquadra ao modelo que quer o desenvolvimento, e dessa forma estaria aliada do proletariado contra a aristocracia rural. Mas o que se verificou é que era uma classe oriunda da rural, não progressista, que esperava o capital estrangeiro para se aliar a ele. Para este autor, a burguesia brasileira era amorfa. Não era de liderança, brotou da estrutura agrária. FHC então definiu um perfil específico para as classes sociais no Brasil. A classe burguesa brasileira não tinha um perfil revolucionário. Foi o Estado ligado a classes de intelectuais fundamentalmente que proporcionou os impulsos da industrialização.

Em Dependência e Desenvolvimento na América Latina, FH CARDOSO e Enzo FALETTO desenvolvem uma teoria do desenvolvimento das economias periféricas que rompe com os modelos do crescimento apenas dependente dos países centrais numa relação imperialista. Neste texto, os países periféricos tinham sim marcadamente uma relação de dependência, porém tinham também um capitalismo próprio e assim o seu desenvolvimento era também uma decisão política.

Acompanhando o desenvolvimento intelectual dos estudos econômicos da economia brasileira, encontra-se em Paul SINGER desenvolve um pensamento que identifica o capitalismo brasileiro a partir dos ciclos de crescimento econômico endógeno de acumulação. Define-se, que a crise dos anos 60, é uma crise oriunda do crescimento que vinha dos anos 50 e que, por ter crescimento diferenciado, teve alguns desajustes que provocaram a crise pela diversificação dos investimentos privados. Assim, também, o crescimento forçado, dos anos do milagre econômico, iria provocar um desajuste porque a produção interna não iria acompanhar a demanda e haveria crescimento da inflação e

aumento de importação. A demanda interna crescente por investimentos diversificados esbarrava na possibilidade interna de produção pressionando importação de bens que não poderiam ser importados. Juntou-se a isso a crise do petróleo e enterrou esse ciclo desenvolvimentista.

José SERRA e Maria da CONCEIÇÃO TAVARES identificaram na economia brasileira uma ampliação crescente da base industrial que leva a uma geração interna de novos ciclos de expansão. E aponta que a partir de 1967, como governo Castelo Branco, um novo ciclo se abria, assentado sobre o capital estrangeiro e sobre o Estado. O governo facilitou a entrada de capital estrangeiro e, a possibilidade de obtenção de renda pelos capitais internos estava favorecida pela política de arrocho salarial.

Antônio BARROS DE CASTRO faz um estudo sobre a agricultura no Brasil criticada como atrasada e apresenta um discurso desvinculado da direita ou da esquerda dizendo que a agricultura não é atrasada, pois cumpre a sua função de produzir excedentes em alimento, suprir a indústria com matéria-prima e disponibilizar mão-de-obra a medida que são dispensadas do campo. Ele reconhece os problemas sociais oriundos da estrutura agrária, mas não pretende confundir questões sociais com econômicas.

Apoiado na leitura marxista de verificar a acumulação de capital a partir da exploração do trabalho, da mais-valia, Francisco de OLIVEIRA⁵⁵ identificou que o Estado, através da organização do mercado de trabalho e legislação trabalhista, deu horizonte estável desse fator de produção (trabalho) à economia. Ele examinou o modelo endógeno de acumulação de capital no Brasil.

A agricultura teve papel importante fornecendo excedente de sua mão-de-obra do campo para a cidade, e fornecendo produtos primários a baixos preços para a indústria, e alimentos para a sociedade. Fez sobre a CEPAL é que a lógica da industrialização brasileira funda-se pelo consumo, importação substitutiva é importação do que se pretende e não se tem. E não é demanda para o processo de acumulação. Então industrializou bens de luxo para atendimento de demanda interna e aí associada a distinção de classes sociais e não se fez uma industrialização com vistas a condição para efetiva acumulação de capital, o que

⁵⁵ Os relatos das principais discussões feitos por estes economistas estão presentes no livro de Loureiro. Nós aqui pretendemos apontar eixos essenciais dos trabalhos desses economistas, da ética e de suas funções.

demonstra que o capitalismo que é remuneração do capital e não de fato um mecanismo de desenvolvimento econômico.

O capitalismo tardio, teoria desenvolvida por João Manoel CARDOSO DE MELLO e Conceição TAVARES, marca uma nova interpretação dos ciclos de desenvolvimento econômico brasileiro e reforça a tese de que o capitalismo brasileiro tem uma dinâmica própria. Concorda com teses anteriores (de Furtado) que o capital cafeeiro foi o grande projetor do desenvolvimento industrial, pois criou mercado de trabalho, mercado de consumo, assalariamento, estrutura financeira através dos bancos, meios de financiamento, enfim toda a estrutura capitalista. E a indústria começa a crescer como complementar a essa lógica na cobertura da demanda interna. Mas João Manoel Cardoso de MELLO aprofunda sua interpretação ao tratar que a relação com a indústria de substituição de importações não pára no atendimento da demanda, mas sim avança para a formação de sua própria forma de acumulação. E aí periodiza a indústria em suas fases de restringida até 1955, e pesada de 55 a 61. A sua visão não está na demanda, mas na reprodução ampliada do capital.

Posteriormente, um outro grupo dedicou-se ao estudo da concentração de renda no Brasil, destacam: Albert FISHLOW, Edmar BACHA e Pedro MALAN. Diante do crescimento econômico durante o regime militar o debate acerca de meios de desenvolvimento saíram de pauta e entrou outro tema, a concentração de renda e a exclusão social.

A luta para conter períodos inflacionários, e a preocupação em dar rentabilidade ao capital, exigiram políticas de arrocho salarial no período militar. Esta é a maior causa da desigualdade de renda e concentração de renda no Brasil. Apenas um grupo da classe média foi muito beneficiado que são os gerentes que se enquadravam quase que como capitalista pela proximidade e porque eram os responsáveis diretos pelo desenvolvimento das empresas num período em que o ideal administrativo era representado pelo burocrata.

Nos anos 80 o pensamento econômico brasileiro deu uma contribuição grandiosa à própria economia como também ao pensamento econômico internacional ao desenvolver a teoria da inflação inercial que afetava grande parte dos países não desenvolvidos.

A ciência econômica se constitui como forma de sistematizar a reprodução material da sociedade. Através das mudanças nas relações de produção e troca é que intensificaram os conceitos de dinheiro, moeda, valor, mercadoria, trabalho e riqueza.

“A história do capitalismo, das marchas e contramarchas de seus processos de expansão e de dominação de formas pretéritas de organização material, bem como de seus crises e de sua própria dinâmica, vai assim acompanhando e, em certa medida, determinando, a história mesma da formação disto que se conhece hoje por “Ciência Econômica””⁵⁶.

O problema da inflação dos anos 80 fez travar um debate entre ortodoxos e heterodoxos. Tratava-se de analisar a inflação inercial e de combatê-la. Pois a inflação, para muitos, representava a impossibilidade de retomada do crescimento econômico. Tanto os ortodoxos quanto os heterodoxos aceitavam o termo inercial para identificar uma inflação que se mantinha sem fortes alterações de um mês a outro e que tinha suas causas em fatores mantenedores (indexação) e aceleradores.

Os ortodoxos propunham choques brutos na demanda para cortar o vício da inércia. Os heterodoxos viam que o problema estava no conflito distributivo da renda, e que em busca de garantia de renda futura os agentes provocavam inflação.

Conhecimento e o diagnóstico do tipo de inflação e maneiras para combatê-la vem do dois grupos, mas vão se assemelhando. A idéia de moeda indexada veio depois, mas tinha o objetivo de fazer arbitrariamente o que as pessoas faziam espontaneamente que era, a partir de inflação passada prever a inflação futura. É da teoria da inflação inercial que apareceu o plano real. Único Plano capaz de estabilizar a economia. Enquanto o Brasil fez isso, pouco tempo antes Argentina também fez, mas ao não criar uma moeda própria, caiu no erro de dolarizar sua economia. A adoção da URV no plano real caracterizou uma prática correspondente a uma realidade puramente brasileira, e dessa forma credenciou as interpretações de inflação inercial no Brasil como uma teoria da história econômica brasileira. Pêrsio ARIDA, André de LARA RESENDE e Francisco LOPES foram os principais intelectuais a produzir a teoria da inflação inercial. Os dois primeiros com posturas mais ortodoxas, e LOPES, mais heterodoxo.

Com esta última digressão sobre a evolução do pensamento econômico no Brasil, a produção científica de seus intelectuais, e dos reflexos sobre a economia concreta é possível compreender o esforço e as contradições das correntes ideológicas.

⁵⁶ PAULANI, Leda Maria in LOUREIRO, Maria Rita. 50 Anos de Política Econômica no Brasil, op. Cit. p. 159

Reafirmar-se o compromisso do economista e o problema do desenvolvimento econômico como tema principal de sua formação. Mas do que isso reforçam as afirmativas das variadas correntes de pensamento. O esforço e a crença nos modelos defendidos.

Alguns interesses estão alinhados, outros completamente opostos. Mas, concretamente, se deu um tipo de desenvolvimento sujeitado à exigência da acumulação capitalista, que teve o aceite de uma parte dos economistas e ao mesmo tempo sofreu crítica de outros, mais lúcidos, que propunham uma intervenção política mais forte e incisiva na busca da elevação dos interesses nacionais.

Com esses elementos iniciaremos o próximo capítulo tratando do pensamento dos economistas acerca de sua função social.

Capítulo III

PENSAMENTO E FORMAÇÃO DO ECONOMISTA

Este capítulo sintetiza a idéias de destacados economistas brasileiros que estiveram a frente dos principais institutos de pesquisa em economia. Estes mesmos profissionais são, na maioria deles, professores de economia e por isso são responsáveis pela formação ideológica e das escolas de pensamento em economia no Brasil. Além disso, por muitas vezes se revezaram em cargos públicos de alta envergadura política e foram promotores de decisões essenciais que marcaram o destino e a constituição da estrutura econômica desta nação.

Primeiramente, então, tratar-se-á desta síntese do pensamento destes economistas. No segundo momento deste capítulo far-se-á um destaque, pequeno, sobre a constituição de ensino continuado em economia e dos institutos de pesquisa.

Finalmente será apresentada uma análise das estruturas curriculares das Universidades selecionadas nessa pesquisa, buscando encontrar alguma influencia da base da estrutura econômica brasileira sobre as variações no ensino de economia no Brasil.

Antes de iniciarmos a discussão sobre as tendências ideológicas marcantes que diferenciam as concepções e atuações sociais dos economistas no Brasil, cabe anunciar alguns pontos que marcam, notadamente, as tendências das grandes escolas de Economia recentes.

São consideradas como grandes tradições teóricas as seguintes escolas de economia: a Clássica; a Keynesiana; a Monetarista; a escola denominada Neokeynesiana; a Nova Clássica e a intitulada escola Não Convencional, assumida como de inspiração marxista.

O principal elemento definidor da ciência econômica das diversas tradições teóricas tem sido sua concepção ou teoria macroeconômica. Trata-se do estudo dos agregados econômicos pelos quais é possível fazer política econômica. A tese central que prevalece é que, no funcionamento do capitalismo, pelo uso do dinheiro, a macroeconomia já tem seus elementos estabelecidos. A intervenção política através dos governos, a partir de protocolos

de intervenção, pode levar a constituições mais eficientes para cobrir os anseios e os desequilíbrios do sistema.

A primeira teoria data de antes de 1930, é a teoria marginalista neo-clássica. Antes dela apenas era considerada a teoria clássica fundada por Adam Smith e seus seguidores. Ela foi rompida pela tradição nascida do pensamento e das categorias de Karl Marx (1818-1883) que criou novas perspectivas, mas não se ateve em modelos econômicos como as outras correntes propuseram.

Com a crise de 1929 de superprodução e desemprego a economia neo-clássica deu lugar à keynesiana. Esta última considerava a intervenção do governo, pela política fiscal de gastos, como dinâmica e necessária para manter a eficiência do sistema capitalista.

Somente nos anos sessenta e que essa corrente perde força para uma nova, a monetarista, que centraliza o volume de moeda em circulação como elemento crucial do controle de crises, preços, salários e emprego.

Depois destes, uma nova corrente vinculada as idéias keynesianas, os neokeynesianos, e finalmente a corrente nova clássica. Esta última, com maior hegemonia, é responsável por esta onda liberal em que a economia global representa.

Vamos utilizar o trabalho realizado por KLAMER⁵⁷, por dar alguns apontamentos sobre as correntes de pensamento econômico contemporâneo sob uma perspectiva mais clássica, mais fiel às tendências. Destaca no trabalho de KLAMER que nenhuma das correntes representa uma verdade sobre as outras. Todas elas têm limites. O empirismo, realizado através de trabalhos econométricos, pode confirmar as hipóteses. Os limites das teorias são ampliados pela impossibilidade de haver uma real reprodução das organizações econômica e as condições propostas exigindo alguns ingredientes constantes.

O que há de mais interessante e que podemos destacar no trabalho de KLAMER é a tipificação que ele dá ao economista. Para este autor o economista é imbuído de uma paixão, paixão em defender seus argumentos e convencer as pessoas da verdade que ele traz.

O economista trabalha fortemente a persuasão. Seu discurso tem uma linguagem técnica quando fala com outros economistas ou para outros economistas. E tem uma

⁵⁷ KLAMER, Arjo. *Conversas com Economistas: os novos economistas clássicos e seus opositores falam sobre a atual controvérsia em macroeconomia*. Tradução A. Zoratto Sanvicente. Pioneira, ed. Da USP. São Paulo: 1988.

linguagem alegórica, recheada de assertiva e exemplos convincentes para aumentar a capacidade de persuasão.

Eles têm dificuldade de discutir entre eles mesmo, nas várias correntes. Para eles, a dificuldade em mudar de opinião é limitada, pois exigiria, no limite, mudança também de comportamento. Todas as correntes usam fortes argumentos em defesa de suas idéias. Todos têm apego às questões sociais, mas recebem influencia da organização econômica, e por isso, os grandes nomes mundiais em economia que estão nos Estados Unidos, na maioria, são favoráveis ao capitalismo em detrimento de uma ruptura com este regime.

De certa forma, essas correntes influenciam os economistas brasileiros de quem falaremos em seguida.

3.1. A discussão recente dos Economistas que Fizeram e Fazem parte da História do Desenvolvimento Nacional –

O ensino de economia no Brasil e o papel do economista foram discutidos em dois grandes congressos brasileiros de economia. O primeiro, nos anos sessenta, e o outro em 1996. Nosso objetivo aqui é reproduzir de uma forma mais elaborada a tendência dos discursos que ocorreram nestes dois encontros. A fonte que utilizamos é o trabalho de Maria Rita Loureiro, que cuidou de reproduzir estes debates em seu livro já mencionado.

Reunidos na USP, trinta anos depois do primeiro encontro que analisou o ensino de economia no Brasil, conhecido como “Encontro de Itaipava”, estavam Denisard Alves, Delfim Netto, Paulo Haddad, Wernes Baer, Bresser Pereira, Álvaro Zini, entre outros. Discutiram a formação dos cursos de pós-graduação de economia. Exala um aspecto interessante, a relação: realidade e função social do economista.

DELFIN NETO discursa que a teoria e a crença no mercado é equivocada. A economia de mercado livre pode produzir muita coisa, mas não tudo que o homem deseja, “a igualdade, por exemplo”, e teorias demonstram condições ideais, que não se encontra efetivamente, o que dá variações de aplicação. O economista, segundo Delfim Netto, foi “construído” para produzir o desenvolvimento.

No discurso de BRESSER PEREIRA⁵⁸, a formação do economista segue a seguinte escalada: Primeiro os economistas são juristas-contadores, se originam das escolas de direito ou de contabilidade. É a partir dali que se interessam e partem o estudo da economia. Depois, segundo, vem os economistas formados no Brasil, os autodidatas, que incluem Delfim e Bresser. E em terceiro lugar vêm os economistas formados no exterior, que são os alunos daqui, enviados ao exterior, para fazer complementação de ensino, pós-graduação na Europa e E.U.A.

BRESSER afirma que nos anos setenta a prática de formar economistas nos países desenvolvidos não aconteceu apenas para o Brasil, mas de forma genérica. Este programa formou uma geração muito conservadora e até alienada. Acrescenta-se a isso a crise do Estado dos anos 70 destacava paulatinamente as idéias estruturalistas e progressistas, sobrepondo as idéias liberais.

BRESSER defende a ampliação de cursos de doutoramento em economia internamente no Brasil. Diz que houve um equívoco em ampliar o mestrado e deixar o doutorado para fazer no exterior. O economista é economista quando faz o doutorado. O mestrado serve para atividade profissional prática equivalente ao MBA da administração. Mas fazer o doutorado no exterior não interessa. Precisa-se de pensar o Brasil, pensar o Brasil no mundo e pensar o Mundo olhando para o Brasil. Isso só é possível produzindo os intelectuais internamente.

Paulo HADDAD e BRESSER PEREIRA concordam que da América Latina a formação de economista mais completa foi realizada no Brasil.

Guido MANTEGA destaca o baixo teor científico da economia brasileira da atualidade. Talvez seja pela hegemonia neoliberal ou pelo programa de privatização, segundo MANTEGA. De forma geral a economia preocupa-se agora com temas de curto prazo não tendo mais um horizonte longo com o qual se preocupar. Comparado com anos anteriores a retórica e o interesse dos programas de mestrado e doutorado tinham uma dinâmica muito mais agressiva.

⁵⁸ LOUREIRO, M. R. 50 Anos de Política Econômica no Brasil. As opiniões dos economistas citados nesta parte do texto foram extraídas dos seus próprios discursos registrados na obra citada. A nossa pretensão é registrar vários discursos de economistas com origens intelectuais diferentes e posturas políticas também diferentes para daí extrair as semelhanças ou divergências de pensamento.

DELFIN responde a questão colocada por MANTEGA e procura justificar a argumentação numa interpretação através da realidade concreta:

“Acho que realmente o que aconteceu é que depois da crise do petróleo, da primeira, da segunda, da correção feita no mundo pela política monetária americana, o mundo inteiro foi envolvido em política de curto prazo. Não é só o Brasil. Você não vê ninguém pensando o desenvolvimento (ou o crescimento, para o Zini), ninguém está pensando isso mais, as pessoas perderam essa capacidade de pensar. Quem ficou com essa capacidade de pensar? Quem ficou com ela foram os asiáticos. Agora os economistas estão redescobrendo a teoria do desenvolvimento que haviam jogado fora! E estavam certos, não tínhamos produzido nada que prestasse mesmo! Certo. Com o Barro e esse professor que eu nem sei pronunciar o nome...: Xavier Sala-i-Marti, eles estão reconstruindo a teoria.

O que me irrita é que isso devia ter ficado na nossa agenda o tempo todo. Nós arrancamos da agenda e foi para os apêndices dos livros de macroeconomia americanos e perdemos o problema. Agora os americanos estão redescobrendo, simplesmente, por quê? Simplesmente porque esgotou-se a capacidade de fazer milagre com antecipação racional. Com todos estes modelos, com toda essa sofisticação. Esgotou! Não tem mais o que fazer. O ganho marginal é desprezível. Estamos entrando em "deseconomia" de escala. Tem tanta matemática, que estamos produzindo uma coisa terrível. Não chegamos a ser matemáticos e somos péssimos economistas. Entre os matemáticos, somos economistas, e entre os economistas somos matemáticos. Perdeu-se o objetivo geral!

*...O que é mais grave é que tivemos problemas muito sérios - até hoje estamos atrás de um tipo de economia que surgiu depois dos anos 70, com o floating da taxa cambial, com a negação daquele keynesianismo de pé quebrado; qualquer déficit era benéfico, era formidável. Com a superação daquilo, veio esse monetarismo que tem coisas fundamentais mesmo e sabemos disso, mas perdemos o problema. Não perdemos a teoria, mas perdemos o problema. Os economistas perderam o problema. O desenvolvimento deixou de ser problema para os economistas.*⁵⁹

DELFIN responde fazendo uma distinção de dois períodos que tiveram influenciadores diferentes e que por estas influências produziram-se políticas diferentes. Delfim tem uma postura admirável. Já ouvimos falar de grandes contemporâneos dele que o

⁵⁹ DELFIM NETTO, A. discurso USP in LOUREIRO, M.R. Op. Cit., p. 256.

admiram e não haveria mal nenhum em admirá-lo também. Ao falar do mercado financeiro que nos anos 80 levou boa parte dos economistas e os remunerou muito bem ele lamenta, mas acredita que isso pode acontecer, levar gente inteligente para o mercado financeiro, mas o importante é a produção de bens. As produções, real e financeira, ao final, têm de ser iguais, é uma questão de tempo, de solvência dos papéis. Mas o importante é a produção material. E não há mal nenhum nessa corrida de profissionais desde que alguns bons fiquem para olharem para os problemas sociais.

BRESSER PEREIRA, com otimismo, aponta que a produção científica brasileira de economia contribuiu para a produção científica do mundo. Destaca as idéias da CEPAL do conceito de periferia; A Teoria da Dependência; A Teoria da Inflação Inercial, dos anos 80. Agora a questão em voga é a teoria do Estado, o seu afastamento, as privatizações, esse é o tema. É assim que volta à questão do desenvolvimento econômico.

Com relação ao economista no mercado de trabalho convencional Paulo HADDAD destaca que nos anos recentes, com o advento da globalização, um novo mercado se abriu. Antes o economista tomava o espaço do administrador de empresas em casos em que era necessário maior conhecimento teórico. Hoje não rouba mais este espaço. Criou-se um novo, o da previsibilidade, da interpretação da conjuntura econômica. Do comércio internacional. Das relações da situação interna de diversas economias. Este é o novo mercado para o economista.

No “Seminário Da USP – “Cinquenta Anos De Ciência Econômica No Brasil”, ocorrido em 1996, na sessão sobre hegemonia ou pluralidade ao ensino de economia, os autores discutiram o perfil a ser adotado aos cursos de economia. Houve divergências sobre pontos de resistência, profunda análise crítica e conteúdo teórico de um lado e, de outro, a necessidade de atendimento à demanda de mercado, neste caso seguindo a lógica do modelo vigente no país e fora dele.

Os primeiros preocupavam-se mais com a ética e os contornos do economista, por uma educação mais plural, enquanto que a outra linha defendia que é uma questão de sobrevivência o próprio curso a sua atualização e atendimento ao mercado. Caso seja atual e dentro dos padrões de acumulação estarão dadas as condições para a demanda correr para outras áreas do conhecimento.

Antônio Maria da SILVEIRA se coloca a favor da formação pluralista e esclarece como ela é constituída. É uma tricotomia de conhecimento que reconhece a ciência pura, a ciência aplicada e a arte da ciência.

A ciência pura trabalha o conhecimento pelo conhecimento, é lógica formal, é a teoria em formato hipotético-dedutivo. Ela tem relação sim com a realidade, mas seu ponto de ação é sobre a lógica. A elaboração da ciência pura se dá fora da realidade e é composta também por interesses próprios, egoístas. Por correrem os riscos de conter elementos de interesses individuais eles não pode ser levada à realidade. Embora não possa ser ignorada.⁶⁰

A ciência aplicada interessa-se também pelo saber, mas seu compromisso é com a aplicabilidade. A ciência aplicada vai investigar um método de fazer valer a ciência pura, com as ressalvas que as circunstâncias permitirem. A ciência pura trabalha com casos em circunstâncias ideais. Nesse caso a interpretação dos fatos – do fenômeno - transcende a teoria. Há que se conciliar e compreender – no caso da economia - não somente elementos econômicos, mas elementos ideológicos, sociológicos, institucionais.

O que para Antônio Maria da SILVEIRA é concreto é o fato do economista quanto no nível mais elevado de sua formação teórica ter que atuar em atividades reais, contraditórias e que muitas vezes contrariam os princípios da teoria pura.

Sérgio WERLANG discorda de Antônio Maria da Silveira porque acredita que *“O que tem de dominar o mercado de pesquisa e o mercado de economistas graduados, certamente, são as demandas de trabalho que existem”*⁶¹.

Portanto o curso deve ser direcionado para a demanda de mercado, é a lógica hegemônica que dita a estrutura de produção teórica.

A ausência de uma discussão sobre a formação para atendimento do mercado, levou, em certa época, a excessiva oferta de economistas voltados para atividades de gestão pública. Reproduz a definição do economista feita por DELFIM NETO:

“A tarefa básica do economista consiste em introduzir grau crescente de racionalidade nas decisões políticas que envolvem a utilização de fatores escassos de uso alternativo, quer no

⁶⁰ LOUREIRO, M. R., op. Cit., p 284/5.

⁶¹ LOUREIRO, M. R., op. Cit., p. 292.

setor público quer no setor privado. Quando no setor público, ele [o economista] tenta o estabelecimento de condições que conduzem à otimização no sentido global da sociedade. Quando no setor privado ele vai olhar para a otimização, dentro das restrições impostas pela primeira otimização. Ou seja: primeiro vinha lá um planejador, escolhia a alocação ótima da sociedade, e tudo o que tinha à fazer. Daí vinha o setor privado, sujeito àquela restrição, e ele tinha de escolher lá o que vinha.”⁶²

Sérgio WERLANG defende que escolas menores, mesmo que não tenham uma profundidade teórica grande e atendam ao seu mercado regional contribuem para elevação das condições de vida de seus estudantes e estes contribuem com a sociedade em que estão inseridos, e é ideal que essas escolas incluam em seus currículos disciplinas voltadas às demandas regionais. Para ele o economista, como qualquer profissional, é avaliado pela média, não pela excelência.

Defende, também, que a inadequação dos currículos de economia às condições hegemônicas do mercado tornam, cada vez mais, desatualizados e descartados os profissionais de economia em relação a seus pares no mercado mundial. Deve-se também, preservar a diversidade de correntes de pensamento nos curso, mas não pode desprezar o mercado.

BELLUZO faz uma intervenção em defesa da pluralidade. Mas, mais do que isso, em poucas palavras, interpreta toda a questão. Admite que o processo econômico (hegemônico) exerce um processo de auto-reforço sobre as estruturas sociais, a universidade. Mas uma sociedade fundada na razão convive com uma gama de opiniões e interferências, e nenhum paradigma exerce poderes absolutos sobre outros. A crítica é uma constante. Assim, a pesquisa econômica transita por várias instâncias, a menos que o mercado seja a instância máxima, fim de todas as coisas. Faz parte de um ciclo do mundo. Apesar da pressão do que é hegemônico existem resistências. Mesmo na Europa, “berço” do liberalismo, há grupos que elevam a preocupação das questões sociais, e todos têm formação teórica de qualidade.

Antônio Maria da SILVEIRA combate as críticas defensoras da aplicação para o mercado afirmando que se dependesse do mercado não haveria espaço para o físico puro, e

⁶² LOUREIRO, M. R., op. Cit., p.292.

sem a física pura o nível de desenvolvimento científico estaria muito atrasado. A mesma lógica se aplica à economia.

Neste ponto há espaço para uma consideração importante. Quando Antônio Maria fala da física, obviamente está implícito que se o mercado não pagou para aquela produção científica o Estado foi quem financiou. Para as teorias econômicas “de esquerda” o Estado é sempre o Estado da classe dominante. Ele [o Estado] está a serviço da classe dominante, seja qual for a sua prática. O economista, na maioria das vezes é o agente burocrata que define, que determina, que atua efetivamente na prática da ação do Estado, do recurso público, da política pública. Voltando, o mercado não bancou a física, mas bancou o próprio mercado que exigiu mais tecnologia. Quem concedeu a tecnologia enquanto prioridade econômica foi o Estado, mesmo que em sacrifício de condições ideais de sobrevivência para toda a humanidade.

João SAYAD se preocupa em travar uma discussão sobre o que se deve dar efetivamente em sala de aula. Defende também um ensino pluralista e crítico. Defende também um debate aberto entre as várias escolas de economia. E não cada qual com a sua igreja. Econometrista deve falar com marxista, que deve falar com os marginalistas e assim sucessivamente. Os debates deveriam acontecer abertamente e juntos.

Sérgio WERLANG volta a insistir que tem que haver concordância com o hegemônico, e afirma que nos EUA que a linha é toda da hegemonia econômica. O número de publicações e produção científica é muito grande e de boa qualidade. Enquanto que, publicar temas, que não são hegemônicos, é muito mais difícil. Mais uma vez incorre em uma contradição interna. É claro que no país capital do modelo econômico temas contrários a hegemonia tem maior dificuldade de divulgação. E só não tem proibição pela defesa da democracia, para não comprometê-la. Isto não implica que o tema fora da área da moda seja menos importante, menos interessa, ou até mesmo, menos demandado.

O que levou a hegemonia a sua posição foi o sucesso que teve de responder a algumas crises, sobretudo a da estabilidade econômica e ao processo de globalização, quem que associa-se ao elemento pós-modernidade. Mas não deixa de ter o pilar da acumulação, portanto, a economia como eixo central, em comparação a outras tentativas heterodoxas. Volta então a afirmação feita no início desse capítulo que uma nova onda ideológica surge a partir da crise de uma outra, antes hegemônica.

Um outro momento histórico da discussão sobre o papel do economista havia acontecido há trinta anos atrás. O Encontro de Itaipava, no Rio de Janeiro, aconteceu em meados dos anos 60, quando crescia o número de oferta de cursos no Brasil, inclusive ao nível de pós-graduação. Participaram daquele encontro, entre outros, Maria da Conceição Tavares, Delfim Netto, João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen. A preocupação da qual se ocupavam era a de dar à formação do economista algo sólido, rigoroso e específico. Para eliminar aquele conceito de economista autodidata. Entre as medidas tomadas foi a de criação de uma organização nacional para a pós-graduação. Agora, neste segundo encontro, os economistas fazem um balanço dos dois encontros.

A formação do economista está entre a pluralidade e a hegemonia. Existe um plano positivo que é o concreto mercado de trabalho, demanda por teses e artigos, produções científicas de outros autores que influenciam o pensamento atual e levam os economistas em atividades concretas a utilizarem desses textos e, portanto dessa linha, que refere-se à hegemonia. A hegemonia e a pluralidade podem conviver juntas.

Se o economista é, enquanto cientista, resultado de lei de mercado, ou seja, se o curso de economia deve atender às exigências do mercado, é claro que nos anos 60 os economistas (sobretudo da pós-graduação) eram formados para atender o Estado intervencionista.

A sofisticação de elementos de análise, de que dispõem os cursos de economia, desviam, segundo DELFIM, o economista do centro de atenção que deve ter. Ao aprofundar o estudo da matemática e outras fórmulas de cálculo, o economista corre o risco de tirar os olhos do problema social, que é o do desenvolvimento econômico.

Ao discutir sobre os cursos de pós-graduação em economia, Wagner BAER e BRESSER PEREIRA concordam que trazer economista do exterior para lecionar aqui no Brasil é uma tarefa cara e não produz resultados satisfatórios porque estes profissionais não se dedicam a conhecer a realidade brasileira. Mas salientam que o Brasil tem que ter produção (pós-graduação) própria. E essa produção deve inclusive servir ao mundo exterior. E realça a teoria da inflação produzida no Brasil nos anos 80⁶³.

“A noção de pluralidade e seus equivalentes (pluralismo, por exemplo) não circunscreve à coexistência entre a teoria pura, a teoria aplicada e a arte. Ela deve ser

⁶³ LOUREIRO, M. R. (org.). 50 Anos de ..., p. 326.

estendida ao embate, em cada um desses níveis e num mesmo período de tempo, de perspectivas teóricas incomensuráveis, porque seus núcleos rígidos contêm premissas incompatíveis. É claro que o pesquisador isolado não precisa abraçar diferentes concepções teóricas; basta que a comunidade acadêmica o faça, e que ele esteja aberto ao diálogo com outros pontos de vista”⁶⁴.

“Complexidade é grande, e suas dimensões incluem: o fortalecimento da crença na formação acadêmica como pré-condição para a obtenção de status profissional; a disseminação de textos didáticos produzidos de forma relativamente homogênea; uma matematização crescente, que ajuda a romper barreiras lingüísticas; o acesso generalizado às principais revistas de economia; a adoção do inglês como idioma de comunicação científica na área; e um aumento na mobilidade de estudantes e pesquisadores, dentro e fora da academia”.

A tensão universal/local também está bastante presente na maneira como ciência econômica é atualmente produzida na Europa.. São grandes os paralelismo no desenvolvimento institucional dessa área acadêmica e desse segmento profissional na Europa Continental e no Brasil. Lá como aqui os economistas estão mais próximos do poder, e têm papel mais ativo na definição do conteúdo das decisões tomadas no âmbito da política governamental. Dito de outra forma, a articulação entre ciência pura, ciência aplicada e arte é mais freqüente e intensa”⁶⁵.

Existe uma pressão que as escolas recebem, tanto dos próprios alunos como dos professores que têm formação no exterior, para mudança (atualização) dos currículos aos padrões internacionais. Isso passa por um grande risco que é o do modismo. Adoção de algumas teorias periódicas que passam a normatizar e servir de referência ao economista, sobretudo no ensino de pós-graduação. Os autores que discutiram o ensino de economia no encontro da USP alertam para que idéias novas são sempre bem vistas, mas é mais importante analisar a possibilidade de erros e rever erros passados, pois, afastar do problema da realidade nacional pode custar muito caro⁶⁶.

João Paulo dos REIS VELLOSO, ex-ministro, fala sobre o IPEA (instituto de pesquisas econômicas aplicadas). É um órgão de suporte ao ministério do planejamento. Os

⁶⁴ LOUREIRO, M. R. (org.). Op. Cit., p. 327.

⁶⁵ LOUREIRO, M. R. (org.). Op. Cit., p. 329.

⁶⁶ LOUREIRO, M. R. (org.). Op. Cit., p. 330.

PND's foram muito utilizados para os planos de desenvolvimento econômico no Brasil. Os planos de desenvolvimento tiveram tanta relevância que eram, segundo REIS VELLOSO⁶⁷, planejados em um período e cumpridos em período posterior, quando já empossado um outro presidente. Era então os economistas quem administravam a política pública social e desenvolvimentista. Depois disso vieram outros órgãos de suporte e análise para o desenvolvimento como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A ação política tinha um berço acadêmico, eram as escolas de formação de economistas, onde destacam o Rio de Janeiro (pela Universidade Federal, e a USP em São Paulo) Maria da Conceição Tavares esclarece que a Faculdade de economia do Rio de Janeiro nasceu para formar servidores públicos e a elite empresarial. Era uma escola liberal de curso diurno. Compunha de professores oriundos da engenharia e do direito, além é claro dos economistas autodidatas e práticos em atividades do governo. Eram na maioria técnicos do governo federal. Conceição TAVARES declara que a economia no Brasil começou e cresceu entre os anos 50 e 60. O DELFIM NETO era muito progressista, segundo ela, e deu contribuições importantíssimas ao pensamento econômico no Brasil. O BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) era o grande formador de economistas, na prática.

CONCEIÇÃO faz uma leitura inusitada do economista que sobe ao poder. Ele é moderado até ocupar um cargo de decisão, lá torna-se autoritário. Cita Roberto Campos, que liberal depois de velho, quando não atinge ninguém mais, foi o maior responsável pela estatização do Brasil. Sempre existiram dois eixos de formação de economista para o governo, os mais de esquerda que acreditavam no desenvolvimentismo e os mais de direita, que pensavam a partir do equilíbrio monetário, do déficit público, da inflação.

Para M. C. TAVARES a escola de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro sempre foi uma escola marcadamente estruturalista, industrializante e desenvolvimentista, da mesma forma, a PUC do Rio de Janeiro. Mas esta última tinha em seu escopo, a preparação para o mercado de trabalho privado, como a USP. A Unicamp, mais jovem, passou a ser a bandeira de resistência. Os dois pólos, São Paulo e Rio sempre ofertaram técnicos para o governo. O Rio concentrou a maioria entre a Federal e a PUC. A

⁶⁷ LOUREIRO, M. R. (org.). Op. Cit., p. 339/40.

USP vem depois, com o regime militar. E em seguida vem a Unicamp fazendo oposição à USP, em São Paulo.

Conceição TAVARES salienta que a grande maioria, quase todos os economistas, que participou do governo, teve origem na esquerda. Principalmente os do governo pós-80. E lá, no governo, se transformaram, agindo com medidas da direita. Vieram das principais escolas, são elas: PUC Rio, Unicamp, USP e UFRJ. Entre as importantes destaca a FGV Rio.

Para Maria Conceição Tavares os economistas puderam sair da academia para o governo porque houve uma tecnificação, e este profissional tornou-se um ícone. O único capaz de dar solução ao problema social. Os economistas estavam acima do “bem e do mal”, mas mesmo assim não conseguiu, nos anos 80 pós-regime militar, dar solução ao problema. O problema não estava na economia, mas sim na falência do Estado. A influência dos economistas no governo é tão grande que destacam-se inclusive como presidentes de república, como aconteceu no México e em Portugal.

Segundo Conceição TAVARES, Delfim Neto é um marco por ter sido o primeiro economista de fato com plenos poderes no governo federal. Foi puxado pelo regime militar. Hoje, o economista que tenha formação destinada para o serviço público está em desuso. Só a escola do Rio de Janeiro mantém esta linha. A PUC Rio também, mas com menos intensidade. A grande maioria das escolas, ou melhor, dos acadêmicos, se preocupam agora com o liberalismo, com mercado financeiro e com possibilidade de ganhar dinheiro. O serviço público não tem mais espaço para ninguém.

Um economista nunca é neutro. Sobretudo no Brasil. A sua formação ao longo do tempo sempre pautou por uma forte e presente politização. Nos EUA isso não é assim. Os serviços públicos de lá são na verdade ocupados por representantes de segmentos de interesse. O Banco Central, o Federal Reserve, por exemplo, é uma criação dos bancos privados com gente dos bancos privados para defender os interesses do capital. No Brasil não⁶⁸.

Para Conceição TAVARES, o Estado se desmantelou durante o regime militar. No Estado aconteceram privatizações, concessões, desrespeito do que é público. Misturou-se o público e o privado e não há mais compromisso dos tecnocratas de hoje. Antes podia-se ser

⁶⁸ LOUREIRO, M. R. (org.). 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil, op. Cit., p. 359. Entrevista de Maria da Conceição Tavares.

de direita ou esquerda, mas era a favor do Estado. Agora o interesse é mesquinho, individual, imediatista. Não se volta atrás no tempo. Mas é preocupante ver a sociedade, indignada com esse Estado incapaz, frágil, corrupto, dispensá-lo a toda prova em nome de um tal mercado. O mercado não é uma organização real, é uma soma de interesses privados. É o regime de oligopólios. Onde o capital é mais concentrado é mais fácil apontar a exploração e controlá-la. No Brasil onde a concentração não é visível, apesar de estar se tornando, esse controle é menos provável e o mercado é mais perverso.

Maria Conceição TAVARES aponta inclusive um desvio de conduta do BNDES que recentemente financia o setor privado e não mais o setor público. A crença é a de que o privado nacional é fraco contra o privado estrangeiro e o estatal que são fortes. Mas, mais recente ainda é que o setor privado nacional se mistura com o privado estrangeiro e quem fica sem financiamento é só o estatal. Há uma derrocada do público e elevasse ainda mais a lógica do privado e o apoio a ele e sua hegemonia. É de novo uma decisão política com um fundo de boas intenções.

O Estado no Brasil está sendo privatizado e há todo um discurso que sustenta esta prática em nome da modernização. Acontece que o mesmo não ocorre nos EUA, no Japão, na Europa. Nos países avançados há protecionismo e defesa dos interesses nacionais. Aqui se destrói o Estado e apenas interesses particulares lobistas se beneficiam de algumas práticas. O Estado, para TAVARES, tem de estar na economia conciliando interesses. Intervindo na distribuição da renda porque a iniciativa privada e o mercado não são capazes de promover o bem social.

Quanto às privatizações, TAVARES faz a crítica sobre a forma como é realizada. A venda do que é lucrativo e a adoção do que é sucata. É uma privatização sem uma reestruturação do setor que se privatiza. Esquece-se que tudo é um bem público e que tem função social. Em nenhum dos países desenvolvidos que passaram por processo de privatização se fez como no Brasil. Todos reestruturaram os setores e os compromissos como privado a partir do Estado. Fica claro o pensamento da Tavares com relação a necessidade do Estado estar presente na economia e de Ter um compromisso maior com o social, a distribuição de renda e com o desenvolvimento. A negação que faz do liberalismo é sem dúvida pela clareza que tem em relação à incapacidade do mercado organizar a economia.

Avança a crítica ao dizer que no Brasil se quer liberalismo, mas toda a elite está pendurada no Estado, nos benefícios do Estado. Está-se destruindo o Estado e ao mesmo tempo sugando-o. Isto tem um limite. Tem que haver reestruturação dos setores da economia para dar sustentação para o desenvolvimento. Isto tem que o correr ou não se saberá para onde o país vai. O Estado é necessário, o Estado tem que existir sempre porque não somos um eu, tem o outro, e tem que haver conciliação de interesses.

3.2. Conhecimento Ampliado e Ação Pública –

As próximas duas páginas estão inseridas neste trabalho com o propósito único de demonstrar a preocupação e a vinculação entre crescimento e desenvolvimento econômico com a formação do economista. Esta formação preocupada em cuidar de elaborar um técnico suficiente \mente capacitado para contribuir na elaboração de planos estratégicos para os fins propostos.

Desta feita, além dos cursos de graduação, que denotam uma relação estreita na propositura de gerar um técnico suficientemente capacitado para a ação desenvolvimentista, cuidou-se também de aprofundar esta relação com a criação de cursos de pós-graduação, com a criação de institutos específicos para estudar o desenvolvimento econômico brasileiro. E cuidou-se também de realizar convênios para formação continuada de economistas no exterior.

Entre os anos sessenta e setenta cresceu consideravelmente a oferta de cursos de pós-graduação em economia, mestrado e doutorado. E havia duas vertentes que opinavam sobre esse crescimento. Uma delas, composta por economistas mais velhos, que incluía Delfim e Bresser, defendia a idéia de que a função do economista é pensar a economia brasileira. O outro grupo, mais jovem, apoiava cursos mais universalistas, para aproximar e equivaler aos das nações desenvolvidas.

Entendido como bem público, pois vislumbra o desenvolvimento econômico, a oferta de pós-graduação em economia passou por “análise econômica”. Propôs-se relacionar custo e benefício. Instalar cursos de pós onde já havia outras estruturas básicas para ganhar em economia de escopo. Também, importante era conciliar a economia de

escala com a economia de escopo, ou seja, os custos efetivos das instalações, capacitando concentração de maior número de profissionais e ao mesmo tempo a conciliação disso com a produção científica dos profissionais.

A produção científica pura e simples não é sinal de valorização ou de evolução da ciência econômica. Há que se observar qual o método usado para a CAPES avaliar os cursos. Se um curso tem maior produção, mas está ligado ao pensamento dominante pode não estar produzindo, necessariamente um bom economista. O bom economista é aquele cuja sua taxa de retorno, contribuição à sociedade, seja positiva⁶⁹.

Três grandes e importantes institutos formaram profissionais para compreensão e atuação dos problemas da economia brasileira. São eles: IPEA (instituto de pesquisas econômicas aplicada do Ministério do Planejamento, o IBRE (instituto brasileiro de economia, da FGV) e a FIPE (fundação instituto de pesquisas econômicas da USP). Esses institutos, no Brasil, como similares em outros países, produzem profissionais para ocuparem cargos de comando como gestores de políticas públicas. É importante que tenham vínculo com estas instituições que produzem trabalhos e de fato interpretam a realidade e problemas da economia. Um outro papel destes institutos é o prestarem, à sociedade, uma interpretação das políticas e da realidade econômica).

LOUREIRO⁷⁰ afirma que no Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos como Japão e EUA, o economista ganhou muita projeção. Atua aqui como dirigente, governante e atua em alto escalão. Nos países desenvolvidos apenas assessoram políticos. Aqui a sua ascensão não se deveu a intervenção do estado na economia, foi de fato uma expressão ganha a partir do trabalho da instituição da classe, dos organismos de pesquisa aplicada, do expoente de seus integrantes e por atuações em meios governamentais e acadêmicos⁷¹. Os institutos de pesquisa contribuíram para a formação e preparo dos economistas para galgarem postos elevados no comando da direção política da economia nacional.

O IBRE (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) foi criado para produzir elementos para projetos de gestão econômica. Depois transformou-se num centro de pesquisa e foi criador de uma série de produções importantes para a análise

⁶⁹ LOUREIRO, M. R., op. Cit. Citação de Anuatti Neto, p. 201.

⁷⁰ LOUREIRO, M. R., op. Cit.

⁷¹ LOUREIRO, M. R., op. Cit., p. 205.

econômica. Foi responsável pela criação de alguns elementos importantes, como as contas nacionais e a técnica de indexação da economia que depois veio a ser um instrumental essencial para conviver com inflações altas e manter participação na renda. Quando a elaboração de tabulações de dados sobre a economia nacional foi instrumental importante para decisões macroeconômicas.

Criou posteriormente convênio com instituições de ensino no exterior (Europa e EUA) para enviar estudantes daqui a fim de complementarem seus estudos. E foi responsável pelas publicações de importantes revistas na área de economia como a conjuntura econômica e a revista de economia política. Ainda dentro do regime militar este instituto teve muito dinheiro e pode produzir muito. Na história mais recente, o IBGE tomou seu lugar. Perdeu importância. Este instituto sofre perda de poder na abertura econômica. Naquele momento o governo começou dirigir sua demanda para o IBGE.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento e Orçamento - IPEA/MPO teve sua criação para satisfazer as necessidades imediatas das políticas econômicas de governo. Este instituto elevou o conceito dos economistas.

O IPEA foi bastante forte, mas enfraqueceu no início dos anos 90. Como advento do neoliberalismo a coisa do planejamento foi caindo por terra. Foi um grande centro de estudos e de produção científica.

O Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (IPE/FIPE/FEA/USP) foi criado em 64 e também é detentor de uma grande variedade de temas, fez uma série de convênios. A convivência com estes institutos prepara com muita qualidade os economistas. Foram então estes institutos produtores de homens preparados para a atuação prática.

3.3. Análise sobre as Grades Curriculares do Ensino de Economia no Brasil –

Tratamos de delinear aspectos da função social do economista, tendo em vista sua responsabilidade dado que muitas vezes esteve no centro decisório da condução política.

Queremos, além disso, relacionar a interface presente entre a ação do profissional e sua prática política com elementos da sua formação educacional.

A formação educacional na sociedade capitalista está inserida e é produto da relação infraestrutura e superestrutural da sociedade. Este elemento provém da teoria marxista.

Considerando assim, pretendemos, neste tópico, fazer alguns apontamentos acerca dos cursos de economia do Brasil. Para isto, selecionamos quatro universidades brasileiras e observamos as mutações de suas grades curriculares. Com a finalidade de identificar algum remanejamento ou tendência influenciada pelas transições na ordem político-econômica, sobretudo na ruptura do advento da globalização, que marca o nosso trabalho.

A Universidade de São Paulo – USP realizou uma análise sobre o ensino de economia da USP entre os anos de 46 e 69, e depois uma comparação do resultado deste trabalho com o currículo de 1981. Tratou a Consolidação: O Corpo Docente, Os Departamentos e a Estrutura Curricular, 1946/69⁷².

A faculdade de economia da USP nasceu da necessidade do Brasil criar um programa de desenvolvimento econômico. Surgiu no final da Segunda guerra mundial embora suas idéias principais já vinham sendo discutidas desde a crise dos anos 30. Houve naquela época uma ruptura do modelo de crescimento econômico e procurava-se uma nova saída. A substituição de importações parecia razoável.

As Faculdades de Engenharia, Direito e Filosofia tinham todas elas um núcleo de estudos de economia. Foi a partir dessas três faculdades que se deu origem à faculdade de Economia. Daí foi foram sendo criados docentes autodidatas e depois formados pela própria faculdade. E o objetivo principal, a missão do curso era a de formar capacitação para traçar o desenvolvimento econômico nacional. Foram recebidos também professores estrangeiros, primeiro da França e depois dos estados unidos. Dos estados unidos vieram também os graduados aqui que lá se especializaram.

A faculdade de economia da USP passou por uma crise no seu início. Teve anos de formar pouquíssimos alunos, cerca de 13 ou 07⁷³. Para correção dessa crise foram sugeridas mudanças como a união da primeira série dos cursos de economia, contabilidade e

⁷² História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – 1946/81. Coordenação e Organização Profª. Dra. Alice Piffer Canabrava. Edição Comemorativa 35º aniversário FEA/USP (1946/1981) Cinquentenário da USP (1934-1984). Editor Prof. José Augusto Gaugliardi. Colaboraram CNPq, Nossa Caixa, FEA/USP.

⁷³ Idem, p. 44.

administração. A introdução de disciplinas mais voltadas ao mercado de trabalho para atrair mais alunos. E uma coisa importante. Ainda o governo não havia imprimido o modelo concreto de liderança da organização produtiva.

Com a melhora do curso nos anos 50, principalmente na Segunda metade da década, e a especialização de seus professores, estes foram logo recrutados para os serviços públicos. Foi sim a partir de 55 que começou a demanda por economistas como planejadores e assessores dos governos. Mas principalmente a partir de 64, no modelo militar-burocrático que isso se intensificou e elevou a carreira do economista. O mesmo ocorreu na iniciativa privada. Lá também houve grande recrutamento de economistas como planejadores e assessores das empresas privadas.

Em 1969 uma nova discussão sobre o curso da USP foi realizada e definiu-se então um modelo novo par o curso. Definiu-se que a formação do economista até 1955 era interpretativa passando depois disso para um caráter de que não basta interpretar a economia, tem é que transformá-la. São as reformas ocorridas pós-57 e a reforma de 1969. Afirma: *“tiveram importante aspecto positivo: provocaram o esforço conjunto de docentes, ex-alunos e alunos, no sentido de reestruturar o curso de Graduação de Ciências Econômicas, adequando-o a uma concepção mais técnico-profissionalizante”*⁷⁴.

Com a reforma de sessenta e nove, as disciplinas eletivas tiveram o objetivo de humanizar a concepção do ensino de economia. Importante salientar que as disciplinas de Macroeconomia e de Microeconomia, que são eixos centrais de qualquer curso de economia, até 69 estavam distribuídos da seguinte forma: as disciplinas Formação de Preços e Economia das Empresas Industriais e Agrícolas compunham o núcleo de Microeconomia. As disciplinas Contabilidade Nacional, Teoria da Repartição da Renda, e Moeda e Bancos compunham o núcleo de Macroeconomia.

Este novo formato da economia capitalista elimina aquele economista que previa e sugeria processos de integração econômica e de desenvolvimento. Na economia globalizada o economista está limitado na sua ação, e muito mais procura saídas para problemas presentes. O mercado, com intensificação, estabeleceu outra dinâmica nas relações sociais.

⁷⁴ Idem, p. 52.

Quando agora os dados estatísticos permitem colher os cacos dos erros passados é que a reflexão se torna mais lúcida, e daí sim dá para olhar pelo retrovisor e ter tido uma postura diferente. Mas é tarde demais.

Não se devem condenar a priori todas as decisões tomadas. A economia brasileira vista pela produção interna bruta, está entre as principais economias do mundo. Mas ocupa o sexagésimo nono lugar no índice de desenvolvimento humano⁷⁵. Mais grave ainda é observar neste mesmo relatório da ONU, que da renda produzida, os dez por cento mais pobres brasileiros participam com apenas 1%, enquanto para os dez por cento mais ricos ficam 46,7% da renda. E a desigualdade na participação da renda não é só nos pólos: os vinte por cento mais pobres apropriam-se de 2,6%, enquanto aos 20% mais ricos, a apropriação é de outros 63,0%. Isso quer dizer que não existe apenas um grupo extremo e pequeno de pobres, os pobres, em larga escala, não participam da grande parte da renda gerada.

Nas principais obras de economia da atualidade, isto é resultado das políticas de arrocho salarial produzidas pelos economistas. Principalmente durante o regime militar. Mas não bastou aquele período. A década perdida – os anos 80 – de elevada inflação, provocou aprofundamento do que antes já se havia plantado. A inflação é benéfica para aqueles que encontram mecanismos de proteção. É o caso dos mais ricos, por terem saldos monetários mais elevados, por terem relacionamento mais estreito com o sistema financeiro mais desenvolvido e, geralmente, por serem empresários, lucraram muito com variações de preços de estoque e outros negócios inerentes às suas atividades profissionais. Enquanto na outra ponta, os assalariados somavam perdas seqüenciais de poder aquisitivo. Cabe destacar, porém, que a ciência econômica é absolutamente racional, e que lucidez em conhecer que a riqueza é uma soma concreta e existe uma lei do equilíbrio, isso quer dizer que se alguém está ganhando mais do que aquilo que está produzindo, do outro lado tem alguém que está perdendo grande parte daquilo que está produzindo. Se levarmos esta lógica, não para o indivíduo mas, para a classe social, na mesma dinâmica da luta de classes, entre proletário e burguesia, a idéia fica muito clara.

⁷⁵ Indicadores de Desenvolvimento Humano. Organização das Nações Unidas: 2001.

Um dado importante produzido pela ONU é a Tendência de Desenvolvimento Humano. Neste quadro o Brasil obteve os seguintes índices:

Ano	<i>Índice</i>
1975	0,641
1980	0,676
1985	0,690
1990	0,710
1995	0,734
1999	0,750

A evolução dos índices de desenvolvimento humano para o Brasil é muito pequena, mas demonstra uma evolução. O índice varia de zero à unidade, sendo que quanto mais perto da unidade, melhor é o índice de desenvolvimento humano. Este índice corresponde à expectativa de vida do cidadão, ao seu grau de instrução, ao consumo, à renda, enfim, uma medida de qualidade de vida.

O índice de desenvolvimento humano no Brasil atual (último relatório da ONU, 2001) situa em 0,75. A preocupação que hoje toma conta em discursos reticentes sobre a preocupação com a igualdade social, o que não era tão evidente em anos ou décadas atrás. Quando a economia está em expansão ninguém se preocupa salário ou renda. Todos enxergam um horizonte, é quando há retração da economia que os sinais de reivindicação se manifestam. Mas não é por essa razão e nem tampouco por falta de conhecimento ou envolvimento com a questão social que o “economista” com poder de mando produziu o resultado social que aí está. Olhando as grades dos cursos que são analisados observamos uma considerável presença de disciplinas de cunho social.

No curso da USP, ao longo de todo o período destacam-se sociologia, ciência política, geografia e história social brasileira. Também tem as matrizes de qualquer curso de economia com Micro e Macroeconomia.

Dos anos 80 para cá é que aumenta um pouco as disciplinas com características de administração de empresas, como finanças de empresas e administração de recursos

humanos. Ao mesmo tempo, as disciplinas mais voltadas às questões sociais como desenvolvimento econômico e sociologia aplicada à economia tornam disciplinas optativas. Muito embora exista uma exigência de um mínimo de disciplinas optativas que devem ser cursadas, mas não sendo obrigatórias podem se desprezadas.

Currículos mais recentes, como o de 95, são mais ricos em disciplinas do núcleo de matemática, como cálculo diferencial e integral. Na grade de 2002 esta característica, pelas disciplinas obrigatórias, fica bem marcante.

O currículo da FMU é bem tradicional, com as influências do direito, da contabilidade e a matemática que vem da engenharia. A grade da FMU praticamente não sofreu alteração em todo esse tempo. É atribuído ao economista, erroneamente, um forte vínculo com matemática. A matemática é apenas um instrumento para o economista tomar uma ou outra decisão. A estatística, cálculos fáceis e simples de matemática são mais úteis. O excesso de cálculo obstrui a visão ampliada do economista condicionando-o a decidir apenas sobre seus próprios números.

A economia é uma ciência humana. A sua composição é dada por um conjunto de elementos políticos, históricos, sociológicos, filosóficos, econômicos, lógicos e algébricos. A conjunção de todos esses fatores se justifica no sentido de serem elaborados para elevação do bem-estar social. As decisões econômicas não podem se limitar a manipulações numéricas. Corresponde a uma ação científica social.

Praticamente, nenhuma das grades dos cursos sofreu alterações que marcassem a submissão a uma ordem maior de adaptação a critérios mercadológicos. Todas têm uma matriz histórica, um núcleo teórico, uma área de métodos quantitativos, e pouco profundo. Os cursos de economia não são tecnicistas, vistos pelas grades curriculares. É marcante nas áreas de história, formação econômica do Brasil e economia brasileira. Pode-se notar que nos anos 70 a FMU aparece com análise de projetos, a Unicamp, nos anos 80, com uma carga maior de matemática e mais abrangente definição de escolas do pensamento econômico, a PUC com administração financeira e orçamentária e marketing em final dos anos 80 e nos anos 90. Mas, em geral, um eixo teórico, um eixo histórico e algumas ferramentas de capacitação para trabalho.

A comparação pode ser feita em duas etapas, a primeiro, de 1950 até 1975, quando as universidades amostradas que oferecem o curso de economia são apenas a USP e a PUC

Campinas. É também um período marcado pela forte presença do Estado na economia como planejador além de coincidir com o nascimento dos cursos de economia no Brasil que tiveram origem entre os anos de 1944 e 1946.

Os currículos de 1950 da USP e PUC são bastante parecidos embora a USP ofereça mais disciplinas. Mas no em geral são similares tratando finanças, moeda, sistemas econômicos, repartição da renda, administração e comércio exterior, entre outras. No curso da PUC existia uma disciplina chamada apologética – é interessante observar a preocupação pelo discurso.

Em 1955 os currículos não sofrem modificações, e em 1960 também não há modificação pontual. Só em 1965 que aparece na USP a disciplina de Contabilidade Nacional que já é uma orientação sobre controle quantitativo da macroeconomia, das contas nacionais do governo – exportações, importações, produto interno. Enquanto na PUC aparece a disciplina de técnicas e métodos de pesquisa. E em ambas, surge a disciplina de política e programação econômica, com nomes um pouco diferentes. Na PUC, política e programação econômica, na USP, programação econômica.

Em 1970, as duas universidades, PUC-Campinas e USP, já apresentam uma estrutura curricular mais moderna com disciplinas de análise microeconômica e macroeconômica. Sem dúvida que são disciplinas absolutamente necessárias ao economista, mas são quantitativistas, corresponde a uma análise da economia um pouco fria. A microeconomia estuda os setores da economia e seus desdobramentos, enquanto a macro, os agregados econômicos, é uma extensão da contabilidade social. Mas de qualquer forma significa que os cursos vão absorvendo contornos mais técnicos e economicistas.

Para a análise do ano de 1975 já podem ser incluídos os currículos da UNICAMP e da FMU, pois já estão em funcionamento estes dois novos cursos. A UNICAMP apresenta um currículo com forte apego em matemática. A FMU apresenta um currículo tradicional, nos moldes das outras duas Universidades. Neste momento o curso de história econômica já está dividido em história e formação econômica do Brasil.

Em 1980 persiste ainda um forte apego matemático na UNICAMP, os cursos têm todas as disciplinas dos outros mas uma carga maior é dada para análise macro e análise microeconômica. Neste momento a USP amplia também o rol de disciplinas colocando

outras como economia do trabalho, economia regional e urbana, economia agrícola e repartindo mais as cadeiras de macro e micro.

Em 1885 a USP e a UNICAMP ampliam a oferta de cursos apresentando disciplinas optativas e mantém o eixo central que já vinha dos anos oitenta.

Os currículos de 90 se diferenciam quando a PUC e a FMU têm uma carga maior de disciplinas de área prática (FMU com administração de empresas e PUC com administração de empresas, marketing, contabilidade de custos) enquanto a USP e a UNICAMP só vão apresentar isso como disciplinas alternativas e numa carga menor que as outras universidades. Consideração deve ser feita porque os currículos da PUC e FMU são do curso noturno e não tem a possibilidade de atender os alunos a não ser por curso obrigatório.

Em 1995, a FMU apresenta um currículo mais arejado, com comércio internacional além de economia internacional, uma disciplina chamada economia de empresas, outra chamada processamento de dados. A PUC pouco altera, apenas distribui mais as disciplinas em parte um e dois aumentando seu número. A USP aprofunda um pouco a área de matemática dos cursos e cria uma opção em mercado de capitais. E a UNICAMP criou vários tópicos especiais de economia.

Em 2000, a USP concentra as disciplinas básicas num eixo obrigatório e abre uma variedade de opções como disciplinas eletivas, das quais alguns créditos devem ser cumpridos. A FMU cria também mercado de capitais como disciplina optativa e também econometria. A UNICAMP mantém a estrutura de 1995 acrescentando, nas disciplinas optativas, marketing e finanças, e a PUC, mantém as características de 1995.

Dessa forma, é possível identificar que os cursos de economia são compostos de um eixo teórico, marcadamente por disciplinas de história do pensamento econômico, macroeconomia e microeconomia, um eixo histórico, de história econômica geral e de formação econômica do Brasil, um eixo de métodos quantitativos que corresponde à estatística, matemática, administração financeira, economia matemática, e, além disso, é rodeado por outras disciplinas que dá contorno diferente em diferentes momentos históricos.

Nos anos cinquenta os cursos tinham a disciplina de teoria do valor; no meio do período surgiu a de surgiu um desdobramento mais forte para economia técnica com macro

e micro e análises dessas além da econometria. O curso foi se tornando mais tecnificado. E no final do período analisado, já nos anos da década de 90 e dois mil, aparecem em todas as universidades a disciplinas, embora que opcionais, de mercado financeiro e de capitais. Os cursos reagem à tendência de mercado embora não abandonem o eixo teórico central. Mas os contornos são reais.

A observância das grades curriculares, contendo alguns apontamentos que indicam a tecnificação dos cursos por todas as universidades e o encaminhamento para atenderão mercado financeiro justamente quando aprofunda a abertura econômica e a desregulamentação financeira, compromete neutralidade e isonomia dos cursos frente as forças de mercado, ou seja, da lógica do capital.

Concomitantemente, o cenário econômico abordado largamente no primeiro capítulo aponta tanto para a organização da produção econômica que se abre para o novo milênio como também o impulso dado pelo simulacro da eficiência de mercado e dos valores éticos e morais que adornam a organização econômica globalizada.

E na consciência de cada um, de objetivos e princípios, sobretudo dos economistas que tiveram formação há mais tempo, o levante de resistência contidos em seus depoimentos e abordados neste capítulo que se encerra.

Entre as principais observações que podemos fazer nestes dois últimos capítulos, destacamos a sensibilidade do economista para as questões sociais que podem ser constatadas pelo comportamento que tiveram ao responderem à pesquisa de opinião exposta no início do capítulo.

É maior a possibilidade de comprovação desta hipótese ao se verificar que os economistas que responderam a pesquisa fazem parte de um universo eclético. Não corresponde a um grupo fechado.

O economista quando atua ou atuou em cargos de decisão, sobretudo na tecnocracia do governo teve um comportamento que atendeu preferencialmente o interesse da acumulação capitalista. Não corresponde, portanto, que se tratou de atender prioritariamente o interesse do capital. Mas era inexorável que isso ocorresse.

Contudo, é importante reforçar a idéia de que em qualquer etapa do desenvolvimento econômico brasileiro e da ação política dos economistas que tiveram poder de decisão nada foi feito sem que estivesse no fundo a idéia de promoção do

desenvolvimento econômico. E sobre essa promoção do desenvolvimento, a esperança de que os conflitos sociais fossem amenizados e que a sociedade alcançasse níveis melhores de sobrevivência material.

Os anos oitenta foram marcados por uma crise de desenvolvimento econômico seguida da crise do Estado – a incapacidade de gerar desenvolvimento e atender às demandas sociais. Ao mesmo tempo em que a globalização dos mercados e a aceleração do consumismo exigem uma nova ordem econômica, com estabilidade de preços e com enxugamento do Estado.

Assim como sempre ocorreu, diversas linhas de pensamento se confrontaram diante de mais uma crise econômica que deveria ser superada em nome do desenvolvimento. E entre essas várias correntes de pensamento emergiu a corrente do Rio de Janeiro que integrou a economia nacional, numa nova relação de subserviência externa, através de elementos neoliberais.

A responsabilidade social do economista é uma constante para a classe, sobretudo para aqueles que estiveram e estão ligados às ações de políticas econômicas e acadêmicas. E é reconhecido o esforço para atender às inquietações da economia. Os economistas no Brasil produziram muito material científico importante. Centros de estudos e pesquisas foram criados.

Da mesma forma, os cursos de economia no Brasil, a partir dos que selecionamos para este trabalho, seguem a mesma tendência. O de atender aos anseios sociais, sobretudo, relacionados ao desenvolvimento econômico. O que os cursos perseguem é a busca de rumos para o desenvolvimento econômico. E mesclam elementos que possibilitem ações práticas concretas.

Persegue-se o desenvolvimento econômico como elemento de superação das desigualdades sociais, mas as posições concretas dos economistas que versam por políticas mais concretas de crítica e superação do capitalismo nunca encontram espaço na ação política. Enquanto isso, as escolas de economia se esforçam para sustentar pilares tradicionais, mas são perturbadas e infectadas, a cada fase do processo de acumulação capitalista, pelos elementos que lhe são propulsores.

Considerações Finais

PROPOSTAS, PERSPECTIVAS, DESAFIOS DA ECONOMIA E DA FORMAÇÃO E FUNÇÃO DO ECONOMISTA.

Iniciamos este trabalho com o propósito de analisarmos a relação existente entre a formação do economista, a sua prática e sua função social e relacionar com a dinâmica da acumulação capitalista. Identificamos alguns pontos que marcam alterações na forma da organização econômica, tratando do caso brasileiro, e procuramos observar variâncias na função da prática profissional do economista e também nas alternâncias no ensino de economia.

A princípio levantamos a hipótese de que o ensino de economia tenderia a curvar-se aos interesses da acumulação capitalista remodelando o profissional de economia às exigências mercadológicas.

A dissertação assenta-se sobre numa metodologia dialética marxista. Os elementos que fundamentam a tese são a infra-estrutura e a superestrutura. A partir deste eixo se desenvolve o raciocínio que tenta provar a influência do modo de produção sobre o economista, sua prática e sua formação.

Como elemento marcante das rupturas do sistema econômico, elegemos a globalização. A globalização tem propriedades e características que, de fato, levam a mudanças mais pontuais sobre a lógica da acumulação capitalista. A globalização, diferentemente de outras adaptações por que passou o capitalismo, representa quebra de certos paradigmas. O seu aparato ideológico é o neoliberalismo. Ideologia que determina nova doutrina de organização social por isso endossa a dinâmica da economia global.

O Brasil tem seu desenvolvimento econômico retardado em relação às outras nações. Por isso, em boa parte de sua história, o capitalismo brasileiro cresce numa relação de dependência externa. Muito embora venha criando bases estruturais sólidas para essa superação.

A teoria da dependência desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e as teorias da CEPAL defendem que o Brasil tem um crescimento depende da região central do capitalismo mundial. Contrariando a CEPAL, João Manoel CARDOSO DE MELLO apresentou em seu trabalho, *O Capitalismo Tardio*, elementos que comprovam que apesar disso, o Brasil, deste o início do século, apresentou dinâmica para um desenvolvimento capitalista próprio e autônomo.

Entre os anos de 45 e 60, nos governos de Getúlio Vargas de Juscelino Kubitschek, o Brasil experimentou um *boom* de desenvolvimentismo. Getúlio Vargas criou as bases estruturais para o desenvolvimento nacional com a implementação da indústria de base. Depois dele, Juscelino Kubitschek acelerou o desenvolvimento com a implantação da indústria de bens de consumo de alto valor agregado.

Após este período, com o regime militar, programas de desenvolvimento foram levados a diante através de capitalização externa. Se olharmos para os modelos de Juscelino Kubitschek e militares veremos que em ambos há um deslocamento de um programa nacionalista para um do capital estrangeiro. E isso distancia possibilidade da marcação de uma economia totalmente autônoma.

Nos anos setenta a economia mundial é marcada pela financeirização. Movimentos de capitais que transacionam entre os países. Este processo financeiro vai deslocando o centro nevrálgico da economia do setor produtivo par ao financeiro. O processo de financeirização da economia se aprofunda e, no final do século, torna-se o elemento dinâmico do capitalismo mundial.

Para o Brasil, a financeirização terá um caráter complicador apenas nos anos noventa. O que antes perturbou a economia brasileira foi a ruptura do padrão de financiamento que o regime militar utilizava para promoção do desenvolvimento nacional. A ruptura se deu com as crises do petróleo, sobretudo a segunda crise, de 1979. A economia nacional perdeu, naquele momento a lógica praticada a te então, a lógica do desenvolvimento econômico. Passou os anos oitenta num processo de intensa inflação dos preços e descontrole da gestão econômica.

Todas as atenções se voltavam pra o problema da inflação e formas de combatê-la. A manutenção das relações externas era realizada com sucessivas desvalorizações cambiais. O governo mantinha sob seu controle o câmbio. Mas foi, para o Brasil, o início

dos anos noventa que detonou uma concreta mudança das relações econômicas. A globalização é que, a nosso ver, rompeu com conceitos e práticas que anteriormente vigoravam.

A globalização econômica vem acompanhada de modificações na esfera dos valores éticos e morais da sociedade e sustentada pela pressão e pela lógica do consumismo. A globalização promove, na nossa hipótese, a aparição de uma nova forma da organização do capitalismo.

Aprofundamento do capitalismo, avanço e disseminação por todos os continentes são marcas da globalização. O Estado-nação é diluído e assim como o feudalismo marcou a regionalização da economia, mercantilismo definiu os limites nacionais, a globalização estende o capitalismo para a superação das nações.

A lógica de acumulação desloca da nação para a empresa e para o capital financeiro. O capital financeiro criou vida própria e se auto-alimenta sem necessitar de relações concretamente produtivas. Mas a produção não foi sucumbida. O capitalismo sobrevive da acumulação no âmbito da produção. À medida que as barreiras dos países são quebradas e que as empresas transnacionais se reproduzem, o consumo e a produção se padronizam, no mundo todo.

O globalismo tanto desafia as ciências sociais como as ideologias. O neoliberalismo é a versão globalizada do liberalismo. É a ideologia da globalização agindo de cima para baixo, pelas corporações, pelo fim das restrições, pela mão-invisível. Escapa do discurso neoliberal a diferença das forças dos detentores do fator trabalho e dos detentores dos meios de produção. Assim como escapa a força que estes últimos exercem sobre as estruturas institucionais, jurídicas e de Estado. E o aprofundamento do globalismo, ao alimentar as forças dos que detêm os meios de produção, amplia a concentração de renda e radicaliza a exclusão social. O neoliberalismo aprofunda o individualismo e as pessoas se isolam buscando proteção. É o reino da intolerância.

Quero fazer uso dessa demonstração para dizer que o capitalismo não é apenas um modo de produção que explora o homem pelo homem. Mas que explora o homem no ato de produzir e o explora no ato de consumir. A necessidade de consumo aparece no capitalismo como uma forma de realização humana. Aparece como uma forma de auto-afirmação. Portanto, a felicidade humana, no limite do sistema, depende do consumo. E quando as

pessoas são exploradas pela ponta, ou seja, no consumo, o nível de insatisfação é maior e ao mesmo tempo funciona como mecanismo de provocação para a intensificação do trabalho. Assim, os homens são lançados à lógica do capital impulsionando e garantido a perpetuação do sistema.

A globalização rompe paradigmas precedentes da organização social para criar um novo modelo dentro do capitalismo. Dessa forma, o capitalismo toma novo fôlego e estende a capacidade de acumulação de capital. Na lógica internacional, as empresas transnacionais ampliam o nível de exploração dos países periféricos a promovem o crescimento da exclusão social.

É neste cenário que pretendemos identificar o economista no cumprimento da sua função social. Para isso, trabalhamos no capítulo II desta dissertação elementos que permitiram-nos fazer tal identificação.

Observamos na leitura do capítulo II que o economista tem sua função impetrada por modificações da organização na produção capitalista. Justificamos isso inclusive quando vemos a destacada importância e penetração do economista no regime militar. Dentro de um regime autoritário os economistas tiveram importante e essencial papel, na condução de políticas de desenvolvimento econômico.

Enquanto isso, a formação do economista, vista pelas grades curriculares que dispomos no apêndice deste trabalho e que analisamos no capítulo anterior, nos mostra que o curso pouco mudou ao longo dos anos. Assim como, nos discursos colhidos dos economistas, a retórica é muito parecida entre todos. Inclusive, as facções políticas não ficam muito distanciadas.

Ciência e doutrina perpassam e justificam ações políticas. O desenvolvimento econômico realizado entre os anos 1950 e 1960 foram marcados pela relação dada entre o capital privado nacional, o capital estatal e o capital privado estrangeiro. Todo o período em que o Estado tem de estar presente na economia, consumindo, mantendo déficits orçamentários, investindo diretamente na produção, guarda características do keynesianismo. A crença e a doutrina são do intervencionismo.

Para o Brasil, o final dos anos oitenta e começo dos anos noventa marca o aparecimento da globalização e da ideologia neoliberal. O neoliberalismo sucumbe o

keynesianismo. Todas as idéias e doutrinas que defendia e acreditava no intervencionismo é vencido pelo ideal do livre mercado.

Foi necessário que o Estado saísse do cenário da prática econômica para que o sistema capitalista pudesse ampliar seu processo de acumulação. Para que isso ocorresse uma nova doutrina, a doutrina liberal retoma a esfera do pensamento econômico dominante e sucumbe, desta vez, o economista, retirando-o do papel de executor de políticas desenvolvimentistas. A acumulação capitalista avança na impulsão da globalização, na ideologia neoliberal e com a aceitação abertura promovida pela cultura do consumo.

A função do economista se deslocou de fazedor de política pública pra fazedor de previsões acerca de riscos e de possibilidades de sobrevivência das empresas e do próprio governo na lógica do mercado. O governo é uma preocupação mesmo no mercado porque ele garante a manutenção de mecanismos de financiamentos bancários através de políticas monetárias e da administração da dívida pública, além do poder que tem de alterar a política cambial.

As empresas e o governo substituíram o profissional que desenhava o projeto de desenvolvimento pelo profissional que se ocupa em prever horizontes de curto, médio e até longos prazos. Agora é o mercado que navega por seus próprios impulsos e ao economista resta corrigir os erros de rota. Acrescenta-se que a previsão não se resume ao conhecimento da nação, mas inclui todas as relações internacionais, as empresas transnacionais, os capitais internacionais e os governos de todas as nações. É a partir da decisão desses agentes que os contornos das economias vão se adaptando.

Estruturas doutrinárias têm absoluta influência sobre a decisão econômica e a ação do economista quando o Brasil cresceu, durante o regime militar, concentrando renda, a crença, orientada pelo pensamento clássico, era a de que a redução dos salários incentivaria mais as inversões capitalistas. Em qualquer tempo histórico os economistas estão buscando alternativas de desenvolvimento ou de crescimento econômico. Numa coisa eles concordam, tem que haver desenvolvimento para que ou distribui depois, ou é a única forma de integrar a sociedade.

Mas em outros pontos eles discordam. Das leituras apontadas nos capítulos precedentes Celso Furtado é taxativo em afirma que a globalização criaria bolsões de miséria, inevitavelmente. É claro que apenas com desenvolvimento é possível promover

justiça social. Onde não há produção ou recursos não é possível. Enfim, onde não há sofisticação dos fatores de produção a sobrevivência humana estará sempre contida.

As lutas ideológicas entre os economistas circundam entre a participação ou não do Estado, o livre mercado, o desenvolvimentismo interno ou o desenvolvimentismo aberto. Os economistas que ocupam cadeiras públicas nunca são os mais resistentes, são quase sempre intelectuais orgânicos do cenário econômico em voga. Então não há qualquer possibilidade concreta do profissional de plantão romper radicalmente com o sistema. Ele pode, na melhor das hipóteses, caso represente interesses não hegemônico, contribuir para a justiça social.

Entretanto, o que falta no debate dos economistas é a deliberada discussão de que não há desenvolvimento econômico ou qualquer outro paliativo que elimine as injustiças sociais se a lógica da acumulação do capital está montada sobre a exploração da mais-valia e a exclusão social.

O ensino de economia manteve uma linha coerente. Poucas alterações aconteceram. E as que ocorreram se deram nos anos mais recentes. É justamente no período que demarcamos como o de ruptura com o antigo modelo. Foi a entrada de disciplinas como as de mercado financeiro que antes não existiam. Mas, no entanto, a economia, por ser uma ciência social, não está presa a um tipo único de exercício. O seu objeto pode se alterar. É essa confusão que poderia tender os cursos de economia. Eles poderiam, equivocadamente, deixar de discutir elementos de satisfação da sobrevivência humana para discutir elementos de sobrevivência da remuneração dos capitais.

Tratamos, em economia, de uma ciência social e não uma ciência exata que tem resultados esperados e definitivos. Enquanto ciência social tem que se ter claro o objeto de investigação. Hoje o objeto pode ser o homem, ontem o desenvolvimento, amanhã o capital financeiro. De quem estamos falando e a quem servimos. Esta é a pergunta, a indagação que as faculdades de economia não podem perder de vista, nunca.

O problema da reforma agrária precisa ser revisto. Depois da evidência das novas formas de produção em grande escala, da mecanização da agricultura, de produção em grandes propriedades, retornar à distribuição de terras com assentamentos em pequenos lotes remete frações da sociedade para uma vida, porém com características de subsistência. O êxodo rural é um movimento de dentro do capitalismo. O discurso de que temos que

assentar o homem no campo pode mais contribuir com a manutenção do sistema do que criar bases concretas de superação.

A observação que faço com relação a reforma agrária, está contida na mesma interpretação que ANTUNES faz em “A Rebeldia do Trabalho”⁷⁶. Naquele texto, Ricardo ANTUNES observa que o enfraquecimento do movimento de greve ocorreu por um deslocamento do interesse da greve. O interesse deve ser sempre o interesse da classe. ANTUNES observa que o movimento de greve de 1980 teve, por parte de seus dirigentes, um deslocamento de interesse. Desviando do interesse da classe para uma disputa ideológica dos dirigentes da greve com o governo e classe dominante. Quero chamar atenção para que o esmo não ocorra com os “Sem Terra”. Pessoas que realmente tem exigências e necessidades de justiça social, serem conduzidas a uma situação e alocação produtiva que não corresponde a um modelo de produção sustentável. Talvez essa reforma agrária também provocará quanto os desterrados perceberem que estão procurando resgatar são conceitos e formas de sobrevivência material já, absolutamente, ultrapassada. A reforma agrária em 1960 ou 1964 tinha total razão de ser, hoje não tem mais.

Da mesma forma, programas de realização do sonho da *casa própria* colocam um conjunto cada vez maior de pessoas na lógica e em defesa da propriedade privada. Com as migalhas que o capitalismo deixa para a classe trabalhadora esta classe se condiciona em defesa da organização dessa forma de produção.

Quando a necessidade da ampliação da acumulação capitalista impôs a transformação da base produtiva para a globalização dos mercados e trouxe a ideologia do neoliberalismo e o movimento da pós-modernidade, ela deslocou a função do economista. A formação do economista nas faculdades tende a sofrer pressões dessa nova ordem para o surgimento de um curso mais moderno, nos moldes das exigências mercadológicas.

É inegável que isso ocorra dado que o próprio surgimento dos cursos de economia aconteceu justamente quando o capitalismo exigia o planejamento e a interferência do Estado como dinamizador do crescimento econômico.

Agora o economista está com uma outra função. A de prevenir o capital e dos riscos impostos pela dinâmica do sistema. Ou está no governo cuidando da organização das contas

⁷⁶ ANTUNES, Ricardo. A Rebeldia do Trabalho. (O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80). Editora da Unicamp. Editora Ensaio. Campinas: 1988.

públicas. Neste caso, a sua função consiste em organizar as estruturas macroeconômicas para que o capital financeiro e os investimentos diretos sintam à vontade para financiar o desenvolvimento econômico. O economista modifica sua ação tática, mas não deixa de ocupar um espaço concreto na atividade econômica. A profissão do economista está aí. Ele é um profissional necessário. Ele tem sua função social. O fato de organizar as contas públicas mesmo que para receber capitais voláteis não perdeu o eixo original de pensar o desenvolvimento econômico e, através, dele, a absorção de um maior número de membros da sociedade a níveis mais elevados de sobrevivência material.

Diante de tudo que foi exposto, acredito que o mais importante ainda não ficou explícito. Que verdadeiramente o economista deve pensar no seu agir? Qual a ética da economia ou a relação entre economia, ética e prática política? Os discursos e debates que apontamos no capítulo II também têm seus limites. Os economistas pensam o desenvolvimento. Discutem o desenvolvimento. Optam pelo desenvolvimento. Entre as opções estão a presença ou não do Estado. Os discursos estão limitados na crença de que só o desenvolvimento confere a ampliação da qualidade de vida da sociedade.

Verificamos em SEN⁷⁷, que existe uma confusão dos objetivos da economia pelo seu distanciamento da ética. Para Amartya SEN a própria teoria Smithiana não foi bem compreendida, pois não diz que somente através do individualismo ou do auto-interesse é possível atingir o bem-estar social. *“De fato, é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea. Esse empobrecimento relaciona-se de perto com o distanciamento entre economia e ética”*⁷⁸.

Muitas vezes o homem na sua escolha individual não atinge o pleno gozo, a plena realização. Talvez decisões cooperativas sejam mais capazes de promover realização humana. O auto-interesse é importante enquanto motivador das ações humanas, a economia tem funcionado assim. Mas ele não se encerra em si mesmo, não é capaz de resolver todas as questões da sociedade.

Assim como está presente na sociedade o neoliberalismo, também existe o neo-socialismo. O neo-socialismo, também vem do globalismo e defende causas sociais.

⁷⁷ SEN, Amartya. Sobre Ética e Economia. Cia das Letras. São Paulo: 1999.

⁷⁸ SEN, Amartya. Sobre Ética e Economia. Cia das Letras. São Paulo: 1999. p. 44.

Combate a exploração do trabalho pelo capital e critica o Estado defensor das corporações. Falta-lhe encontrar o local, onde está a contradição, qual é o palco para o socialismo se orientar. Pois ele é também um processo civilizatório. Projeta de baixo para cima a partir de uma base democrática. É a libertação. Ele, o socialismo, deve brotar no curso da história, nos movimentos sociais que agitam a sociedade global.

Nesse raciocínio a questão da reforma agrária de que tratamos acima e que está presente na preocupação da maioria dos economistas brasileiros faz sentido, não como causa econômica, a nosso ver, mas como ação política.

A ciência econômica deve estar a serviço da elevação da condição de qualidade de vida humana. Esta qualidade não se restringe ao consumo de bens materiais. Cada vez que as teorias econômicas se limitam a interpretar métodos de desenvolvimento econômico tendo como fim o consumo cada vez mais elas contribuem para o aprofundamento do capitalismo, origem da instabilidade social. Como ação política da economia serve a concepção de compreender outros valores de satisfação que não o consumo. Implica dizer que na prática política do economista deverão estar presentes formas de intervenção que interpretem ansiedades diferentes dessas que só servem ao capitalismo.

Verificamos o apego às questões sociais presentes nos depoimentos e entrevistas dos economistas. Verificamos os esforços de ação e de resistência na prática política, na produção científica e próprias escolas de economia. Contudo, se o objetivo final é a elevação da qualidade de vida humana, será necessário ter clareza de que a fonte dos problemas sociais está na organização da produção. Portanto, se ainda não existem condições objetivas para a superação deste modelo, se faz necessário, sobretudo aos cientistas que tem a lucidez dos fatos e o poder de decisão, contestar criticamente, nas suas ações práticas e na formação acadêmica de novos economistas, e resistir às determinações impostas pela volúpia indiscriminada do capital.

Apêndice

Para maior definição estética o apêndice deste trabalho inicia-se na próxima página. Trata da reprodução das grades curriculares das quatro universidades aqui selecionadas: PUC-Campinas; UNICAMP; USP e UFMU.

As grades selecionadas tentam apresentar as alterações que os cursos sofreram ao longo da segunda metade do século XX. A seleção, amostral, teve como critério a um intervalo de cinco anos. Assim, as grades são referentes aos anos de 1959, 1955, 1960 1965, e assim por diante.

Ordem	Estrutura Curricular da USP 1950⁷⁹	
	Disciplinas	Série
1	Complemento de Matemática	1
2	História Econômica Geral e do Brasil	1
3	Geografia Econômica Geral e do Brasil	1
4	Instituições de Direito Público	1
5	Instituições de Direito Privado	1
6	Economia Política	1
7	Contabilidade Geral	1
8	Sociologia Geral e Aplicada	1
9	Análise Matemática	2
10	Matemática Financeira	2
11	Estatística Geral	2
12	Valor e Formação de Preços I	2
13	Estrutura e Análise de Balanços	2
14	Instituições de Direito Social	2
15	Psicologia Geral	2
16	Contabilidade de Custos	2
17	Legislação Tributária e Fiscal	2
18	Psicologia Aplicada à Administração	2
19	Estatística Econômica	3
20	Matemática Aplicada à Economia e à Adm.	3
21	Valor e Formação de Preços II	3
22	Moeda e Crédito	3
23	Estrutura das Organizações Econômicas	3
24	Ciência da Administração	3
25	Finanças das Empresas	3

⁷⁹ Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraído de Histórico Escolar de Aluno formado, do Livro-Documento oficial (original) da USP, página 1228. Conta que o aluno foi aprovado. Tendo ingressado no curso em 1950.

26	Administração da Produção	3
27	Ciência das Finanças	4
28	Política Financeira	4
29	Evolução da Conjuntura Econômica	4
30	Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos	4
31	Economia Brasileira	4
32	História das Doutrinas Econômicas	4
33	Comércio Internacional e Câmbio	4
34	Técnica Comercial e dos Negócios	4
35	Estatística Aplicada à Administração	4
36	Repartição da Renda Social	4

Estrutura Curricular da USP 1960⁸⁰		
Ordem	Disciplinas	Série
1	Complemento de Matemática	1
2	História Econômica Geral e do Brasil	1
3	Geografia Econômica Geral e do Brasil	1
4	Instituições de Direito Público	1
5	Instituições de Direito Privado	1
6	Economia Política	1
7	Contabilidade Geral	1
8	Sociologia Geral e Aplicada	1
9	Análise Matemática	2
10	Matemática Financeira	2
11	Estatística Geral	2
12	Valor e Formação de Preços I	2
13	Estrutura e Análise de Balanços	2
14	Instituições de Direito Social	2
15	Psicologia Geral	2
16	Contabilidade de Custos	2
17	Legislação Tributária e Fiscal	2
18	Psicologia Aplicada à Administração	2
19	Estatística Econômica	3
20	Matemática Aplicada à Economia e a Adm.	3
21	Valor e Formação de Preços II	3
22	Moeda e Crédito	3
23	Estrutura das Organizações Econômicas	3
24	Ciência da Administração	3
25	Finanças de Empresas	3
26	Administração da Produção	3
27	Ciência das Finanças	4

⁸⁰ Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraído de Histórico Escolar de Aluno formado, do Livro Documento oficial (original) da USP, página 381. Conta que o aluno foi aprovado. Tendo ingressado no curso em 1960.

28	Política Financeira	4
29	Evolução da Conjuntura Econômica	4
30	Estudo Comparativo dos Sistemas Econômicos	4
31	Economia Brasileira	4
32	Comércio Internacional e Câmbio	4
33	Técnica Comercial e dos Negócios	4
34	Estatística Aplicada à Administração	4
35	Repartição da Renda Social	4

Estrutura Curricular da USP 1965⁸¹		
Ordem	Disciplinas	Série
1	Introdução à Economia	1
2	Complemento de Matemática	1
3	Sociologia Geral e Aplicada	1
4	Geografia Econômica Geral e do Brasil	1
5	Contabilidade Geral	1
6	Instituições de Direito	1
7	Estatística Geral	2
8	Introdução à Administração	2
9	Matemática Aplicada à Economia	2
10	História Econômica	2
11	Formação de Preços	2
12	Contabilidade Nacional	2
13	História Econômica	3
14	Estatística Econômica	3
15	Teoria da Repartição da Renda	3
16	Economia das Empresas Industriais	3
17	Economia das Empresas Agrícolas	3
18	Moeda e Bancos	3
19	Teoria do Desenvolvimento Econômico	3
20	Finanças Públicas	3
21	Sistemas Econômicos Comparados	3
22	Econometria	4
23	Economia Internacional	4
24	História do Pensamento Econômico	4
25	Economia Brasileira	4
26	Programação Econômica	4
27	Política Econômica	4
28	Evolução da Conjuntura Econômica	4

⁸¹ Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraída de Histórico Escolar de Aluno formado, do Livro Documento oficial (original) da USP, página 1007. Conta que o aluno foi aprovado. Tendo ingressado no curso em 1965.

Estrutura Curricular da USP 1970⁸²		
Ordem	Disciplinas	Série
1	Introdução à Economia	1
2	Complemento de Matemática	1
3	Sociologia Geral e Aplicada	1
4	Contabilidade Geral	1
5	Instituições de Direito	1
6	Introdução à Administração	1
7	História Econômica Geral I	2
8	Complemento de Matemática III	2
9	Estatística Geral I	2
10	Microeconomia I	2
11	História Econômica Geral II	2
12	Estatística Geral II	2
13	Microeconomia II	2
14	Geografia Econômica Geral e do Brasil	2
15	Macroeconomia I	2
16	Estatística Econômica I	3
17	Formação Econômica e Social do Brasil I	3
18	Finanças Públicas	3
19	Moeda e Bancos	3
20	Estatística Econômica II	3
21	Formação Econômica e Social do Brasil II	3
22	Matemática Aplicada à Economia	3
23	Macroeconomia II	3
24	Economia das Empresas Agrícolas	3
25	Sistemas Econômicos Políticos Comparados	4
26	Econometria	4
27	HPE	4
28	Economia Internacional	4
29	Estudo dos Problemas Brasileiros I	4
30	Estudo dos Problemas Brasileiros II	4
31	Política e Programação Econômica	4
32	Análise e Elaboração de Projetos	4
33	Economia Brasileira	4

Estrutura Curricular da USP 1980⁸³		

⁸² Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraído de Histórico Escolar de Aluno formado, do Livro Documento oficial (original) da USP, página 2671. Conta que o aluno foi aprovado. Tendo ingressado no curso em 1970.

⁸³ Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraído do Programa de Graduação em Economia, publicado pela USP em 1980 sendo Reitor da Universidade o professor Waldir Muniz Oliva, Diretor da FEA o professor Sérgio Iudícibus. Obs: Desta Publicação não consta seriação.

Ordem	Disciplinas	
1	Introdução à Economia I	
2	Introdução à Economa II	
3	Análise e Elaboração de Projetos	
4	Aspectos Econômicos e Sociológicos do meio Rural	
5	Desenvolvimento Econômico	
6	Econometria	
7	Economia Brasileira	
8	Economia Internacional	
9	Economia de Recursos Humanos	
10	Economia Regional e Urbana	
11	Economia do Trabalho	
12	Economia Agrícola	
13	Estudo dos Problemas Brasileiros I e II	
14	Estatística Econômica I	
15	Estatística Econômica II	
16	Finanças Públicas	
17	Formação Econômica e Social do Brasil I	
18	Formação Econômica e Social do Brasil II	
19	História econômica Geral	
20	História econômica Geral - Tópicos Especiais	
21	História do Pensamento Econômico	
22	Macroeconomia	
23	Macroeconomia II	
24	Matemática Aplicada à Economia	
25	Matemática Aplicada à Economia TP	
26	Microeconomia I	
27	Microeconomia II	
28	Moeda e Bancos	
29	Organização Industrial	
30	Política e Programação Econômica	
31	Sistemas Econômicos Comparados	
32	Sociologia Aplicada à Economia	
33	Tecnologia e Desenvolvimento	
34	Teoria Econômica I - Microeconomia	
35	Teoria Econômica II - Macroeconomia - Adm	

Estrutura Curricular da USP 1984⁸⁴		
Ordem	Disciplinas	Semestre
1	Introdução à Economia I	1
2	Introdução à História Econômica Geral	1

⁸⁴ Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraído do Programa de Graduação em Economia, publicado pela USP em 1984.

3	Introdução à Administração	1
4	Complementos de Matemática I	1
5	Instituições de Direito Público e Privado	1
6	Introdução à Economia II	2
7	Complementos de Matemática II	2
8	Introdução à Contabilidade	2
9	Sociologia	2
10	Sistemas Ecoômicos Comparados *	2
11	Introdução à Teoria Política *	2
12	Microeconomia I	3
13	Estatística Geral I	3
14	Sociologia Aplicada à Economia I *	3
15	Matemática Aplicada à Economia *	3
16	Teoria do Valor I *	3
17	Microeconomia II	4
18	Macroeconomia I - Contabilidade Nacional	4
19	História Econômica Geral	4
20	Estatística Geral II	4
21	Teoria do Valor II *	4
22	Matemática Aplicada à Economia - Tópicos Esp.*	4
23	Macroeconomia II	5
24	Formação Econômica e Social do Brasil	5
25	Geografia Econômica Geral e do Brasil	5
26	Estatística Econômica I	5
27	Organização Industrial *	5
28	História Econômica Geral - Tópicos Especiais *	5
29	Finanças Públicas	6
30	Moedas e Bancos	6
31	Economia Internacional	6
32	Formação Econômica e Social do Brasil I	6
33	Estatística Econômica II	6
34	Análise e Elaboração de Projetos *	6
35	Economia dos Recursos Humanos *	6
36	Sociologia Aplicada à Economia - Tópicos Esp. *	6
37	Política e Programação Econômica	7
38	Economia Brasileira	7
39	Estudo dos Problemas Brasileiros I	7
40	Metodologia da Economia	7
41	Econometria *	7
42	Economia Agrícola *	7
43	Economia do Trabalho *	7
44	Economia da América Latina *	7
45	História do Pensamento Econômico	8
46	Estudo dos Problemas Brasileiros II	8
47	Educação Física	8

48	Estatística Econômica III *	8
49	Economia Regional e Urbana *	8
50	Desenvolvimento Econômico *	8
51	Tecnologia e Desenvolvimento *	8
52	Crescimento e Ciclos *	8

* Disciplinas Eletivas: O aluno deverá cursar pelo menos 9 eletivas.

Estrutura Curricular da USP 1990⁸⁵			
Ordem	Disciplinas	Créditos	Semestre
1	Introdução à Economia I	4	1
2	Introdução às Ciências Sociais	4	1
3	Complementos de Matemática I	4	1
4	Contabilidade e Análise de Balanços	4	1
5	Instituições de Direito I	2	1
6	Introdução à Economia II	4	2
7	Complementos de Matemática II	4	2
8	Sociologia	4	2
9	Contabilidade Social	4	2
10	História Econômica Geral	4	2
11	Teoria Macroeconômica I - Macro I	4	3
12	Introdução à Probabilidade e Estatística I	4	3
13	Teoria Microeconômica I - Micro I	4	3
14	Matemática Aplicada à Economia *	4	3
15	História Econômica Geral - TP *	4	3
16	Educação Física	4	3
17	Teoria Macroeconômica II - Macro II	4	4
18	Teoria Microeconômica II - Análise Micro	4	4
19	Introdução à Probabilidade e Estatística II	4	4
20	Teoria do Valor I *	4	4
21	Matemática Aplicada à Economia - TP *	4	4
22	Economia do Setor Público - Finanças Públicas	4	5
23	Formação Econômica e Social do Brasil I	4	5
24	Introdução à Estatística Econômica	4	5
25	Metodologia da Análise Econômica - Met. Econ. *	4	5
26	Teoria do Valor II *	4	5
27	Estudo dos Problemas Brasileiros I	1	5
28	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	4	6
29	Formação Econômica e Social do Brasil II	4	6
30	Economia Internacional	4	6
31	Sociologia Aplicada à Economia *	4	6
32	Processamento de Dados *	4	6

⁸⁵ Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraído do Programa de Graduação em Economia, publicado pela USP em 1990.

33	Estudo dos Problemas Brasileiros II	1	6
34	Economia Monetária - Moeda e Bancos	4	7
35	Econometria I *	4	7
36	Política e Programação Econômica	4	7
37	Economia Industrial - Organização Indl. *	4	7
38	Economia Regional e Urbana *	4	7
39	Economia Brasileira Contemporânea	4	8
40	Técnicas de Pesquisa em Economia	4	8
41	Análise e Elaboração de Projetos	4	8
42	Econometria II *	4	8
43	Sociologia Aplicada à Economia - TP *	4	8
44	Monografia I	8	9
45	Desenvolvimento Econômico e Social	4	9
46	Economia Agrícola *	4	9
47	Economia do Trabalho *	4	9
48	Economia da América Latina *	4	9
49	Tecnologia e Desenvolvimento *	4	9
50	Macroeconomia III - TP *	4	9
51	Monografia II	8	10
52	Sistemas Sociais e Econômicos Comparados *	4	10
53	Crescimento e Ciclos *	4	10
54	História do Pensamento Econômico *	4	10
55	Economia dos Recursos Humanos *	4	10
56	Introdução à Administração *	4	10

* Disciplinas Eletivas: O aluno deverá cursar pelo menos 12 eletivas.

Estrutura Curricular da USP 1995⁸⁶			
Ordem	Disciplinas	Créditos	Semestre
1	Introdução à Economia I	4	1
2	Introdução às Ciências Sociais	4	1
3	Contabilidade Social	4	1
4	Cálculo Diferencial e Integral I	6	1
5	Introdução à Economia II	4	2
6	Cálculo Diferencial e Integral II	6	2
7	História Econômica Geral	4	2
8	Processamento de Dados (optativa)	4	2
9	Introdução à Administração (op)	4	2
10	Formação Econômica e Social do Brasil I	4	3
11	Introdução à Probabilidade e Estatística I	4	3
12	Teoria Microeconômica I - Análise Micro	4	3

⁸⁶ Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraído do Programa de Graduação em Economia, publicado pela USP em 1995 sendo Reitor da Universidade o professor Flávio Fava de Moraes, Diretor da FEA o professor Denisard Alves e o chefe do departamento de economia o professor Eleutério da Silva Prado.

13	Teoria Macroeconômica I - Análise Macro	4	3
14	Práticas Esportivas	2	3
15	Formação Econômica e Social do Brasil II	4	4
16	Teoria Microeconômica II - Análise Micro	4	4
17	Teoria Macroeconômica II - Análise Macro	4	4
18	Introdução à Probabilidade e Estatística II	4	4
19	Matemática Aplicada à Economia	4	5
20	Economia do Setor Público - Finanças P.	4	5
21	Economia Monetária - Moeda e Bancos	4	5
22	Contabilidade e Análise de Balanços	4	5
23	História do Pensamento Econômico	4	6
24	Introdução à Estatística Econômica	4	6
25	Instituições de Direito para Economistas	4	6
26	Teoria do Valor (optativa)	4	6
27	Mat. Apl à Eco - topicos Especiais (op)	4	6
28	Estatística Eco e Intr. à Econometria	4	7
29	Análise e Elaboração de Projetos	4	7
30	Economia Internacional	4	7
31	Economia Industrial e Organiz. Indl. (op)	4	7
32	Metodologia da Análise Eco.- Met. Da Eco (op)	4	7
33	Econometria	4	8
34	Política e Programação Econômica	4	8
35	Técnicas de Pesquisa em Economia	4	8
36	Sociologia Econômica I	4	8
37	Economia dos Mercados de Capitais (op)	4	8
38	Monografia	16	9
39	Eco Bras Contemporânea I - Eco Brasileira I	4	9
40	Desenvolvimento Econômico	4	9
41	Economia Agrícola (op)	4	9
42	História Econômica Geral - Tópicos Esp. (op)	4	9
43	Macroeconomia III - Tópicos Especiais (op)	4	9
44	Monografia	16	10
45	Eco Bras. Contemporânea II - Eco Brasileira II	4	10
46	Sociologia Econômica II (op)	4	10
47	Tecnologia e Desenvolvimento (op)	4	10
48	Economia do Trabalho (op)	4	10
49	Economia Regional e Urbana (op)	4	10

(op) disciplina optativa.

Estrutura Curricular da USP 2000⁸⁷			
--	--	--	--

⁸⁷ Não foi oferecida a distribuição serial ou semestral. As disciplinas obrigatórias correspondem a 1.140 horas o aluno deverá cumprir eletivas que somadas as obrigatórias correspondam a 2700 horas. Grade de Disciplinas do Curso de Economia, extraído do Programa de Graduação em Economia, publicado pela USP

Ordem	Disciplinas	Créditos	Tipo
1	Introdução aos Clássicos do Pensamento Econômico	4	obrigatória
2	Introdução à Economia I	4	obrigatória
3	Cálculo Diferencial e Integral I	6	obrigatória
4	Introdução à Probabilidade e Estatística I	4	obrigatória
5	Introdução à Economia II	4	obrigatória
6	Cálculo Diferencial e Integral II	6	obrigatória
7	Introdução à Probabilidade e Estatística II	4	obrigatória
8	Teoria Microeconômica I	4	obrigatória
9	Teoria Macroeconômica I	4	obrigatória
10	História Econômica Geral	4	obrigatória
11	Introdução à Estatística Econômica	4	obrigatória
12	Teoria Macroeconômica II	4	obrigatória
13	Teoria Microeconômica II	4	obrigatória
14	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	4	obrigatória
15	Formação Econômica e Social do Brasil I	4	obrigatória
16	Contabilidade e Análise de Balanço	4	obrigatória
17	Econometria	4	obrigatória
18	Economia Internacional	4	obrigatória
19	Economia do Setor Público - Finanças Públicas	4	eletivas
20	Economia Monetária - Moeda e Bancos	4	eletivas
21	Macroeconomia III - TP	4	eletivas
22	Microeconomia III - Teoria dos Jogos	4	eletivas
23	História do Pensamento Econômico	4	eletivas
24	Formação Econômica e Social do Brasil II	4	eletivas
25	Desenvolvimento Econômico e Social - Des. Eco.	4	eletivas
26	Economia Industrial - Organização Industrial	4	eletivas
27	Análise e Elaboração de Projetos	4	eletivas
28	Economia Regional e Urbana	4	eletivas
29	Economia Agrícola	4	eletivas
30	História Econômica Geral - TP	4	eletivas
31	Economia do Trabalho	4	eletivas
32	Tecnologia e Desenvolvimento	4	eletivas
33	Economia do Mercado de Capitais - Derivativos	4	eletivas
34	Economia Brasileira Contemporânea II - Eco. Bras.	4	eletivas
35	Economia Institucional	4	eletivas
36	Teoria do Valor	4	eletivas
37	Matemática Financeira	4	eletivas
38	Economia Matemática I	4	eletivas
39	Introdução às Ciências Sociais	4	eletivas
40	Metodologia da Economia I	4	eletivas
41	Metodologia da Economia II	4	eletivas
42	Sociologia Econômica I – Fundamentos	4	eletivas

em 2002, anexo A. Disciplinas obrigatórias em vigor a partir do ano 2000. Disciplinas eletivas em vigora partir de 2001.

Estrutura Curricular da FMU 1972⁸⁸			
Ordem	Disciplinas		
1	Introdução à Economia		
2	Matemática		
3	Contabilidade		
4	Estatística		
5	História Econômica Geral e Formação Ec. Do Brasil		
6	Geografia Econômica		
7	Instituições de Direito (Público e Privado)		
8	Introdução à Administração		
9	Sociologia		
10	Análise Macroeconômica		
11	Análise Microeconômica		
12	Contabilidade Nacional		
13	Economia Internacional		
14	Moeda e Bancos		
15	História do Pensamento Econômico		
16	Finanças Públicas		
17	Política e Programação Econômica		
18	Processamento de Dados		
19	Sistemas Administrativos e Logísticos		
20	Teoria do Desenvolvimento Econômico		
21	Matemática e Estatística Aplicada à Economia		
22	Administração Financeira e Orçamento		
23	Administração da Produção		
24	Econometria		
25	Economia Brasileira		
26	Projetos Econômicos		
27	Sociologia Aplicada à Economia		
28	Direito Tributário		
29	Estudo de Problemas Brasileiros		

Estrutura Curricular da FMU 1975⁸⁹			
Ordem	Disciplinas	Série	
1	Língua Portuguesa	1	
2	Metodologia Científica	1	
3	Sociologia	1	

⁸⁸ Grade extraído do Regimento aprovado 1972. Reconhecimento pelo Decreto Federal nº 70.656 de 30.05.1972

⁸⁹ Grade extraído do Regimento aprovado 1975.

4	Economia (Introdução)	1	
5	Administração (Teoria Geral e Introdução)	1	
6	Matemática	1	
7	Contabilidade (Geral)	1	
8	Instituições de Direito (Público e Privado)	1	
9	Matemática	2	
10	Estatística	2	
11	Geografia Econômica	2	
12	História Econômica Geral	2	
13	História do Pensamento Econômico	2	
14	Microeconomia	2	
15	Contabilidade Nacional	2	
16	Economia das Empresas	2	
17	Estudo de Problemas Brasileiros	2	
18	Moeda e Bancos	3	
19	Macroeconomia	3	
20	Matemática e Estatística Aplicada à Economia	3	
21	Finanças das Empresas	3	
22	Formação Econômica do Brasil	3	
23	Matemática Financeira	3	
24	Administração da Produção	3	
25	Elaboração e Análise de Projetos	3	
26	Econometria	4	
27	Economia Brasileira	4	
28	Economia Internacional	4	
29	Política e Programação Econômica	4	
30	Teoria do Desenvolvimento Econômico	4	
31	Finanças Públicas	4	
32	Economia Urbana e Regional	4	

Estrutura Curricular da FMU 1983⁹⁰			
Ordem	Disciplinas	Carga Horária	Série
1	Introdução à Economia	216	1
2	Sociologia	72	1
3	Introdução à Administração	72	1
4	Matemática I	144	1
5	Instituições de Direito	72	1
6	Contabilidade	72	1
7	História Econômica Geral	72	1
8	Análise Microeconômica	144	2

⁹⁰ Grade extraído do Regimento aprovado 1983.

9	Matemática II	144	2
10	Estatística	144	2
11	Contabilidade Nacional	72	2
12	Economia de Empresas	144	2
13	Matemática Financeira	72	2
14	Moeda e Bancos	72	3
15	Análise Macroeconômica	144	3
16	Finanças de Empresas	742	3
17	Matemática e Estatística Aplicadas à Economia	144	3
18	Formação Econômica do Brasil	72	3
19	História do Pensamento Econômico	72	3
20	Teoria do Desenvolvimento Econômico	72	3
21	Geografia Econômica	72	3
22	Econometria	72	4
23	Finanças Públicas	72	4
24	Economia Brasileira	72	4
25	Economia Internacional	72	4
26	Política e Programação Econômica	72	4
27	Economia Urbana e Regional	72	4
28	Elaboração e Análise de Projetos	144	4
29	Estudo dos Problemas Brasileiros	36	4

Estrutura Curricular da FMU 1990⁹¹			
Ordem	Disciplinas	Carga Horária	Série
1	Introdução às Ciências Sociais	60	1
2	Introdução à Economia	120	1
3	História Econômica Geral	60	1
4	Matemática I	120	1
5	Instituições de Direito	60	1
6	Contabilidade e Análise de Balanços	60	1
7	Sociologia	60	1
8	Teoria Microeconômica	120	2
9	Administração	60	2
10	Estudo dos Problemas Brasileiros	30	2
11	Economia de Empresas	120	2
12	Introdução à Estatística Econômica	120	2
13	Matemática II	60	2
14	Contabilidade Social	60	3
15	Teoria Macroeconômica	120	3

⁹¹ Grade extraído do Regimento aprovado pelo parecer 272/90.

16	Economia Monetária	60	3
17	História do Pensamento Econômico	60	3
18	Metodologia de Análise Econômica	60	3
19	Técnica de Pesquisa em Economia	60	3
20	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	120	3
21	Economia Internacional	60	4
22	Formação Econômica do Brasil	60	4
23	Economia do Setor Público	60	4
24	Processamento de Dados	120	4
25	Desenvolvimento Sócio-econômico	60	4
26	Elaboração e Análise de Projetos	120	4
27	Organização e Estrutura Financeira	60	4
28	Economia Regional e Urbana	60	5
29	Economia Brasileira Contemporânea	120	5
30	Política e Planejamento Econômico	60	5
31	Economia Industrial ou Economia Agrícola	60	5
32	Monografia	240	5
33	Comércio Internacional	60	5
34	Econometria	60	5

Estrutura Curricular da FMU 1995⁹²			
Ordem	Disciplinas	Carga Horária	Série
1	Introdução às Ciências Sociais	60	1
2	Introdução à Economia	120	1
3	História Econômica Geral	60	1
4	Matemática	120	1
5	Instituições de Direito	60	1
6	Contabilidade e Análise de Balanços	60	1
7	Administração	60	1
8	Contabilidade Social	60	2
9	Teoria Microeconômica	120	2
10	Matemática Financeira e Organização Financeira	60	2
11	Introdução à Estatística Econômica	120	2
12	Matemática II	120	2
13	Sociologia	90	2
14	Formação Econômica do Brasil	60	2
15	Economia de Empresas	120	3
16	Teoria Macroeconômica	120	3
17	Metodologia de Análise Econômica	60	3
18	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	120	3

⁹² Grade extraída do Diário Oficial da União de 23.12.94. Curso a ser Oferecido a partir de 95.

19	Processamento de Dados	120	3
20	Economia Monetária	60	4
21	Economia Internacional	60	4
22	Economia do Setor Público	60	4
23	Técnicas de Pesquisa em Economia	60	4
24	Desenvolvimento Sócio-econômico	60	4
25	Elaboração e Análise de Projetos	120	4
26	Econometria	60	4
27	Optativa	60	4
28	Economia Brasileira Contemporânea	120	5
29	História do Pensamento Econômico	60	5
30	Política e Planejamento Econômico	60	5
31	Optativa	60	5
32	Comércio Internacional	60	5
33	Monografia	240	5
34	São Disciplinas Optativas:		
35	Economia Regional e Urbana		
36	Economia do Trabalho		
37	Economia Industrial		
38	Economia Agrícola		

Estrutura Curricular da FMU 2001⁹³			
Ordem	Disciplinas	Carga Horária	Série
1	Metodologia da Pesquisa Científica	80	1
2	Administração	80	1
3	Contabilidade	160	1
4	Matemática I	160	1
5	Introdução à Economia	80	1
6	Instituições de Direito	80	1
7	Sociologia - Introdução às Ciências Sociais	80	1
8	Matemática II	80	2
9	Introdução à Estatística Econômica	80	2
10	Análise de Balanços	80	2
11	História Econômica Geral	80	2
12	Formação Econômica do Brasil	80	2
13	Teoria Microeconômica	160	2
14	História do Pensamento Econômico	80	3
15	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	160	3
16	Matemática Financeira	80	3
17	Teoria Macroeconômica	160	3

⁹³ Grade extraída do Diário Oficial da União de 11.01.2001. Curso a ser Oferecido a partir de 2001.

18	Contabilidade Social	80	3
19	Economia Internacional	160	4
20	Desenvolvimento Sócio-Econômico	80	4
21	Optativa I	80	4
22	Elaboração e Análise de Projetos	80	4
23	Economia Monetária	80	4
24	Técnica de Pesquisa em Economia	80	4
25	Economia do Setor Público	80	5
26	Economia Brasileira Contemporânea	80	5
27	Optativa II	80	5
28	Economia e Ética Profissional	80	5
29	Monografia	240	5
30	São Disciplinas Optativas:		
31	Econometria ou Política e Planejamento Econômico		
32	Mercado Fin. e de Capitais ou Economia Industrial		

Estrutura Curricular da UNICAMP 1970⁹⁴	
Ordem	Disciplinas
1	Lingüística Geral I
2	Introdução A Economia
3	Política I
4	Sociologia I
5	Antropologia I
6	Epistemologia
7	Lingüística Geral II
8	Introdução A Economia II
9	Política II
10	Sociologia II
11	Antropologia II
12	Contabilidade Nacional I
13	Análise Macroeconômica I
14	Análise Macroeconômica I
15	Epistemologia I
16	Historia III
17	Contabilidade Nacional II
18	Análise Microeconomia II
19	Análise Macroeconômica II
20	Epistemologia II. Historia IV
21	Análise Microeconomia III

⁹⁴ Catálogo de disciplinas de Ciências Econômicas constando disciplinas de núcleo comum.

* disciplinas optativas.

Informações coletadas na Diretoria Acadêmica da UNICAMP em 02-02-2002.

22	Análise Macroeconômica III
23	Moedas E Bancos I
24	Economia Internacional I
25	Econometria I
26	Política E Programação Econômica I
27	Análise Microeconomia IV
28	Análise Macroeconômica IV
29	Moedas E Bancos II
30	Economia Internacional II
31	Econometria II
32	Política E Programação Econômica II
33	Elaboração E Avaliação De Projetos I
34	Teoria Do Desenvolvimento Econômico I
35	Finanças Públicas I
36	História Do Pensamento Econômico I
37	Política E Programação Econômica III
38	Elaboração E Avaliação De Projetos II
39	Teoria Do Desenvolvimento Econômico II
40	Finanças Públicas II
41	História Do Pensamento Econômico II
42	Política E Proa. Econômica IV
43	Inglês I
44	Francês I
45	Alemão I
46	Matemática I
47	Matemática II
48	Estatística
49	Metodologia
50 *	Metodologia e Técnicas de Pesquisa
51 *	Parent. Casam e Organização Social
52 *	Geografia Humana Econômica
53 *	História Econômica, Política e Social do Brasil
54 *	Antropologia III
55 *	Introdução ao Processamento de Dados
56 *	Introdução à Ciência da Computação

	<i>Estrutura Curricular UNICAMP 1975⁹⁵</i>
Ordem	Disciplinas

⁹⁵ Núcleo de Disciplinas Comuns. Coletado na Diretoria Acadêmica da Unicamp em 02-02-2002.

1	Política I – Intr. A Ciência Política
2	Introdução A Sociologia
3	Introdução A Antropologia Social
4	Introdução A Epistemologia
5	Hist. Econ., Pol. Soc. Geral (Moderna) I
6	Hist. Econ. Pol. E Soc. Geral (Mod.) II
7	Introdução A Economia
8	Contabilidade Nacional
9	Análise Microeconômica I
10	Contabilidade Geral
11	Análise Macroeconômica I
12	Introdução A Administração
13	Análise Microeconômica II
14	Análise Macroeconômica II
15	Instituições De Direito
16	Moeda E Bancos
17	Economia Internacional
18	Econometria I
19	Política E Programação Econômica I
20	Teoria Do Desenvolvimento Econômico
21	Finanças Públicas
22	Econometria II
23	Política E Programação Econômica II
24	Geografia Econômica
25	Elaboração E Avaliação De Projetos
26	História Do Pensamento Econômico
27	Hist. Geral E Formação Econômica Do Br.
28	Linguística Para Ciências Humanas
29	Inglês I
30	Inglês II
31	Matemática Para Ciências Humanas I
32	Matemática Para Ciências Humanas II
33	Matemática Para Economia I
34	Matemática Para Economia II
35	Matemática Para Economia III
36	Estatística Metodológica
37	Estatística Econômica
38	Estudo De Problemas Brasileiros
39	Estudo De Problemas Brasileiros

<i>Estrutura Curricular UNICAMP 1980⁹⁶</i>	
Ordem	Disciplinas
1.	Geografia Econômica
2.	Introdução A Economia
3.	Sistemas Econômicos I
4.	Contabilidade Geral
5.	Introdução A Economia II.
6.	Sistemas Econômicos II.
7.	Instituições De Direito
8.	Contabilidade Nacional
9.	Análise Microeconomia I
10.	Análise Macroeconômica I
11.	Análise Microeconomia II.
12.	Introdução A Administração
13.	Análise Macroeconômica II.
14.	Economia Internacional
15.	Econometria I
16.	Historia Geral E Formação Econ. Brasil I
17.	Moeda E Bancos
18.	Finanças Publicas
19.	Política E Programação Econômica I
20.	Econometria II.
21.	Historia Geral Form. Econ. Brasil II.
22.	Teoria Do Desenvolvimento Econ. I
23.	Historia Do Pensamento Econômico I
24.	Historia Geral E Form. Econ. Brasil II.
25.	Elaboração E Avaliação De Projetos
26.	Antropologia-Introducao
27.	Sociologia - Introdução
28.	Política II.
29.	Teoria Do Estado I
30.	Matemática Para Ciências Humanas I
31.	Matemática Para Ciências Humanas II.
32.	Matemática Para Economia I
33.	Matemática Para Economia II.
34.	Matemática Para Economia II.
35.	Estatística Metodológica
36.	Estatística Econômica
37.	Estudo De Problemas Brasileiros
38.	Estudo De Problemas Brasileiros
39. *	Direito Comercial e Tributário

⁹⁶ Núcleo de Disciplinas Comuns. Coletado na Diretoria Acadêmica da Unicamp em 02-02-2002.

* Além das disciplinas de núcleo comum é obrigatório o cumprimento de 16 dentre estas disciplinas.

40. *	Teoria das Organizações
41. *	Política e Programação Econômica II
42. *	Economia de Empresas
43. *	Teoria do Desenvolvimento Econômico II
44. *	História do Pensamento Econômico II
45. *	Economia Agrícola
46. *	Finanças de Empresas

	<i>Estrutura Curricular UNICAMP 1985⁹⁷</i>
Ordem	Disciplinas
1.	Instituições De Direito
2.	Introdução A Economia I
3.	Historia Econômica Geral
4.	Contábil. E Anal. De Balanço
5.	Introdução A Economia II.
6.	Contabilidade Social
7.	Sistemas Econômicos
8.	Teoria Microeconomia I
9.	Economia Matemática I
10.	Teoria Macroeconômica I
11.	Teoria Microeconomia II.
12.	Economia Matemática II.
13.	Estat. Econ. E Introd. A Econometria
14.	Teoria Macroeconômica II.
15.	Economia Internacional
16.	Formação Econômica Do Brasil
17.	Técnicas de Pesquisa em Economia
18.	Economia Monetária
19.	Economia Brasileira Contemporânea I
20.	Desenvolvimento Sócio Econômico
21.	Econometria I
22.	Historia Do Pensamento Econômico I
23.	Economia Brasileira Contemporânea II.
24.	Elaboração E Analise De Projetos
25.	Monografia I
26.	Monografia II.
27.	Política e Planejamento Econômico
28.	Economia Do Setor Publico

⁹⁷ Núcleo de Disciplinas Comuns. Coletado na Diretoria Acadêmica da Unicamp em 02-02-2002.

* Além das disciplinas de núcleo comum é obrigatório o cumprimento de 12 dentre estas disciplinas. Cada disciplina corresponde a quatro créditos.

29.	Introdução A Ciências Sociais
30.	Ciência Política
31.	Introdução à Estatística Econômica
32.	Matemática Para Economia I
33.	Estudo De Problemas Brasileiros
34.	Estudo De Problemas Brasileiros
35. *	Economia Política I
36. *	Economia Política
37. *	Teoria Do Desenvolvimento I
38. *	Teoria Do Desenvolvimento II.
39. *	Sistema Monetário Internacional
40. *	Introdução A Administração
41. *	Economia Agrícola
42. *	Economia Industrial
43. *	Economia Regional E Urbana
44. *	Economia Do Trabalho
45. *	Teoria Monetária E Financeira
46. *	Econometria II.
47. *	Economia Das Empresas
48. *	Pens. Econômico No Século XX
49. *	Finanças Das Empresas
50. *	Tópicos Especiais De Economia
51. *	Economia Das Empresas
52. *	Economia Agrícola

	<i>Estrutura Curricular UNICAMP 1990⁹⁸</i>
Ordem	Disciplinas
1.	Instituições De Direito
2.	Introdução A Economia I
3.	Historia Econômica Geral
4.	Contábil. E Anal. De Balanços
5.	Contabilidade Social
6.	Economia Política I
7.	Sistemas Econômicos
8.	Economia Política II.
9.	Economia Neoclássica I
10.	Macroeconomia I

⁹⁸ Núcleo de Disciplinas Comuns. Coletado na Diretoria Acadêmica da Unicamp em 02-02-2002.

* Além das disciplinas de núcleo comum é obrigatório o cumprimento de 12 dentre estas disciplinas. Cada disciplina corresponde a quatro créditos.

11.	Economia Matemática I
12.	PROBLEMAS ECONOMICOS Atual
13.	Economia Neoclássica II.
14.	Macroeconomia II.
15.	Formação Econômica Do Brasil I
16.	Economia Matemática II.
17.	Estat. Econ. E Introd. À Econometria
18.	Microeconomia I
19.	Macroeconomia II.
20.	Economia Internacional I
21.	Formação Econômica Do Brasil II.
22.	Técnicas De Pesquisa Em Economia
23.	Economia Monetária
24.	Microeconomia II.
25.	Economia Brasileira Contemporânea
26.	Desenvolvimento Sócio Econômico
27.	Economia Internacional II.
28.	Econometria I
29.	Historia Do Pensamento Econômico I
30.	Economia Brasileira Contemporânea II.
31.	Elaboração E Análise De Projetos
32.	Monografia I
33.	Monografia II.
34.	Política E Planejamento Econômico
35.	Economia Do Setor Público
36.	Introdução A Ciências Sociais
37.	Ciência Política
38.	Tópicos De Matemática Para Ecônomo
39.	Estatística Econômica I
40. *	Demografia E Urbanização
41. *	Matemática Financeira
42. *	Teoria Do Desenvolvimento I
43. *	Teoria Do Desenvolvimento II.
44. *	Sistema Monetário Internacional
45. *	Introdução A Administração
46. *	Economia Agrícola
47. *	Economia Industrial
48. *	Economia Regional E Urbana
49. *	Economia Do Trabalho
50. *	TEORIA MONETARIA E Financeira
51. *	Econometria II.
52. *	Economia Das Empresas
53. *	ECONOMIA E ESTRATEGIA Das Empresas
54. *	Finanças Das Empresas
55. *	Tópicos Especiais De Economia

56. *	Tópicos Especiais De Economia I
57. *	Tópicos Especiais De Economia II.
58. *	Tópicos Especiais De Economia II.
59. *	Tópicos Especiais De Economia VI

<i>Estrutura Curricular UNICAMP 1995⁹⁹</i>	
Ordem	Disciplinas
1.	Instituições De Direito
2.	Introdução A Economia I
3.	Historia Econômica Geral
4.	Contábil. E Anal. De Balanços
5.	Contabilidade Social
6.	Economia Política I
7.	Sistemas Econômicos
8.	Ciência Política
9.	Economia Política II.
10.	Economia Neoclássica I
11.	Macroeconomia I
12.	Economia Matemática I
13.	Problemas Econômicos Atuais
14.	Economia Neoclássica II.
15.	Macroeconomia II.
16.	Formação Econômica Do Brasil I
17.	Economia Matemática II.
18.	Estat. Econ. E Introd. A Econometria
19.	Microeconomia I
20.	Macroeconomia II.
21.	Economia Internacional I
22.	Formação Econômica Do Brasil II.
23.	Técnicas De Pesquisa Em Economia
24.	Economia Monetária
25.	Microeconomia II.
26.	Economia Brasileira Contemporânea I
27.	Desenvolvimento Sócio Econômico
28.	Economia Internacional II.
29.	Econometria I
30.	Historia Do Pensamento Econômico I
31.	Economia Brasileira Contemporânea I

⁹⁹ Núcleo de Disciplinas Comuns. Coletado na Diretoria Acadêmica da Unicamp em 02-02-2002.

* Além das disciplinas de núcleo comum é obrigatório o cumprimento de 12 dentre estas disciplinas. Cada disciplina corresponde a quatro créditos.

32.	Elaboração E Análise De Projetos
33.	Monografia I
34.	Monografia II.
35.	Política E Planejamento Econômico
36.	Economia Do Setor Público
37.	Introdução A Ciências Sociais
38.	Tópicos De Matemática Para Economia
39.	Estatística Econômica I
40. *	Demografia E Urbanização
41. *	Matemática Financeira
42. *	Teoria Do Desenvolvimento I
43. *	Teoria Do Desenvolvimento II.
44. *	Sistema Monetário Internacional
45. *	Introdução A Administração
46. *	Economia Agrícola
47. *	Economia Industrial
48. *	Economia Regional E Urbana
49. *	Economia Do Trabalho
50. *	Teoria Monetária E Financeira
51. *	Econometria II.
52. *	Economia e Estratégia das Empresas
53. *	Finanças das Empresas
54. *	Tópicos Especiais De Economia
55. *	Tópicos Especiais De Economia I
56. *	Tópicos Especiais De Economia II.
57. *	Tópicos Especiais De Economia II.
58. *	Tópicos Especiais De Economia VI

	<i>Estrutura Curricular UNICAMP 2000¹⁰⁰</i>
Ordem	Disciplinas
1.	Instituições De Direito
2.	Contábil. E Anal. De Balanço
3.	Introdução A Economia
4.	História Econômica Geral
5.	Economia Política I
6.	Ciência Política
7.	Contabilidade Social
8.	Sistemas Econômicos
9.	Introdução A Microeconomia
10.	Fundamentos De Hist. Econômica Do Brasil

¹⁰⁰ Núcleo de Disciplinas Comuns. Coletado na Diretoria Acadêmica da Unicamp em 02-02-2002.

* Além das disciplinas de núcleo comum é obrigatório o cumprimento de 12 dentre estas disciplinas. Cada disciplina corresponde a quatro créditos.

11.	Economia Política II.
12.	Economia Matemática I
13.	Microeconomia I
14.	Macroeconomia
15.	Economia Internacional I
16.	Estatística Econômica I
17.	Economia Matemática II.
18.	Estat. Econ. E Introd. A Econometria
19.	Microeconomia II.
20.	Macroeconomia II.
21.	Economia Internacional II.
22.	Formação Econômica Do Brasil I
23.	Técnicas De Pesquisa Em Economia
24.	Microeconomia II.
25.	Macroeconomia II.
26.	Economia Internacional II.
27.	Formação Econômica Do Brasil II.
28.	Economia Brasileira Contemporânea I
29.	Economia Brasileira Contemporânea I
30.	Desenvolvimento Sócio Econômico
31.	Econometria I
32.	Economia Neoclássica I
33.	Economia Monetária
34.	Economia Internacional VI
35.	Metodologia De Analise Econômica I
36.	Monografia I
37.	Historia Do Pensamento Econômico
38.	Metodologia De Analise Econômica
39.	Monografia II.
40.	Economia Do Setor Publico
41.	Política E Planejamento Econômico I
42.	Política E Planejamento Econômico II.
43.	Introdução A Ciências Sociais
44.	Tópicos De Matemática Para Economia
45. *	Demografia E Urbanização
46. * (a)	Matemática Financeira
47. * (b)	Problemas Econômicos Atuais
48. *	Economia Neoclássica II.
49. *	Teoria Do Desenvolvimento I
50. *	Teoria Do Desenvolvimento II.
51. * (c)	Met. Quanta. Aplic. Admin. Empresas
52. *	Sistema Monetário Internacional
53. * (c)	Met. Quanta. Aplic. Admin. Empresas
54. *	Introdução A Administração
55. *	Economia Agrícola

56. *	Economia Industrial
57. *	Economia Regional E Urbana
58. *	Economia Do Trabalho
59. *	Teoria Monetária E Financeira
60. *	Econometria II.
61. *	Economia E Estratégia Das Empresas
62. *	Elaboração E Análise De Projetos
63. *	Finanças Das Empresas
64. *	Tópicos Especiais De Economia
65. *	Tópicos Especiais De Economia I
66. *	Tópicos Especiais De Economia II.
67. *	Tópicos Especiais De Economia III.
68. *	Tópicos Especiais De Economia IV
69. *	Tópicos Especiais De Economia V
70. *	Tópicos Especiais De Economia VI
71. *	Tópicos Especiais De Economia VII
72. *	Tópicos Especiais De Economia VIII
73. *	Gestão De Marketing
74. *	Gestão Financeira

Obs: (a) disciplina de dois créditos; (b) disciplina de um crédito; (c) disciplina de três créditos. As demais possuem quatro créditos cada.

Esta grade está em vigor neste ano de 2002., data da coleta de dados.

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1950¹⁰¹</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Complemento de Matemática
2.	1	Economia Política
3.	1	Valor e Formação de Preços I
4.	1	Contabilidade Geral
5.	1	Instituição de Direito Público
6.	1	Estatística Metodológica
7.	1	Apologética
8.	2	Política Financeira
9.	2	História das Doutrinas Econômicas
10.	2	Estudo Comparado
11.	2	Estatística Econômica

¹⁰¹ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

12.	2	Sociologia
13.	2	Valor e Formação de Preços II
14.	2	Ética Profissional
15.	3	Estrutura e Análise de Balanços
16.	3	Geografia Econômica
17.	3	Estrutura das Organizações Econômicas
18.	3	Instituição de Direito Privado
19.	3	Moeda e Crédito
20.	3	Evolução da Conjuntura
21.	3	Apologética
22.	4	Repartição da Renda Social
23.	4	Comércio Internacional
24.	4	Estatística Metodológica
25.	4	História Econômica
26.	4	Ciência das Finanças
27.	4	Ciência da Administração
28.	4	Filosofia Moral

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1955¹⁰²</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Complemento de Matemática
2.	1	Economia Política
3.	1	Valor e Formação de Preços
4.	1	Contabilidade Geral
5.	1	Instituição de Direito Público
6.	1	Cultura Religiosa
7.	2	Geografia Econômica
8.	2	Instituição de Direito Privado
9.	2	Estrutura e Análise de Balanços
10.	2	Estrutura e Organização Econômica
11.	2	Moeda e Crédito
12.	2	Valor e Formação de Preços
13.	2	Cultura Religiosa
14.	3	Ciência da Administração
15.	3	Comércio Internacional
16.	3	Estatística Metodológica
17.	3	Ciência das Finanças
18.	3	Repartição da Renda Social
19.	3	História Econômica Geral e do Brasil
20.	3	Cultura Religiosa

¹⁰² Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

21.	4	Evolução da Conjuntura Econômica
22.	4	Política Financeira
23.	4	História das Doutrinas Econômicas
24.	4	Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos
25.	4	Estatística Econômica
26.	4	Sociologia Econômica
27.	4	Ética Profissional

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1960¹⁰³</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Complemento de Matemática
2.	1	Economia Política
3.	1	Valor e Formação de Preços
4.	1	Instituição de Direito Público
5.	1	Contabilidade Geral
6.	1	Cultura Religiosa
7.	2	Geografia Econômica
8.	2	Instituição de Direito Privado
9.	2	Estrutura e Análise de Balanços
10.	2	Estrutura e Organização Econômica
11.	2	Moeda e Crédito
12.	2	Valor e Formação de Preços
13.	2	Cultura Religiosa
14.	3	Ciência da Administração
15.	3	Comércio Internacional
16.	3	Estatística Metodológica
17.	3	Ciência das Finanças
18.	3	Repartição da Renda Social
19.	3	História Econômica Geral e do Brasil
20.	3	Cultura Religiosa
21.	4	Evolução da Conjuntura Econômica
22.	4	Política Financeira
23.	4	História das Doutrinas Econômicas
24.	4	Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos
25.	4	Estatística Econômica
26.	4	Princípios Sociológicos Aplicados à Economia
27.	4	Ética Profissional

¹⁰³ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1965¹⁰⁴</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Matemática
2.	1	Contabilidade
3.	1	Instituição de Direito Público
4.	1	Geografia Econômica
5.	1	Introdução à Economia
6.	1	Introdução à Administração
7.	1	Métodos e Técnicas da Pesquisa
8.	1	Cultura Religiosa
9.	2	Matemática
10.	2	Estrutura e Análise de Balanços
11.	2	Estatística Metodológica
12.	2	Sociologia
13.	2	História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil
14.	2	Instituição de Direito Privado
15.	2	Cultura Religiosa
16.	3	Finanças Públicas
17.	3	Moeda e Bancos
18.	3	Contabilidade Nacional
19.	3	Análise Microeconômica
20.	3	Estatística Econômica
21.	3	Previdência Social
22.	3	Doutrina Social da Igreja
23.	3	Economia Rural
24.	4	Política e Programação Econômica
25.	4	Análise Macroeconômica
26.	4	História do Pensamento Econômico
27.	4	Econometria
28.	4	Economia Internacional
29.	4	Legislação Econômica
30.	4	Ética Profissional

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1970¹⁰⁵</i>		
---	--	--

¹⁰⁴ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

¹⁰⁵ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Matemática
2.	1	Contabilidade Geral
3.	1	Instituições de Direito
4.	1	Geografia Econômica
5.	1	Introdução à Economia I
6.	1	História Econômica Geral
7.	1	Estatística I
8.	1	Cultura Religiosa
9.	2	Matemática II
10.	2	Introdução à Economia II
11.	2	Estatística II
12.	2	Estrutura e Análise de Balanços
13.	2	História Econômica Geral – Formação Econômica do Brasil
14.	2	Sociologia
15.	2	Instituições de Direito Privado – Complementação
16.	2	Cultura Religiosa
17.	2	Introdução à Administração ou Teoria Geral da Administração
18.	3	Análise Microeconômica
19.	3	Métodos Quantitativos
20.	3	Pesquisa Econômica
21.	3	Contabilidade Nacional
22.	3	Moeda e Bancos
23.	3	Finanças Públicas
24.	3	Doutrina Social da Igreja
25.	3	Estatística II – Complementação
26.	4	Análise Macroeconômica
27.	4	Política e Programação Econômica
28.	4	Econometria
29.	4	Economia Internacional
30.	4	Desenvolvimento Econômico
31.	4	História do Pensamento Econômico
32.	4	Ética Profissional
33.	4	Estudo dos Problemas Brasileiros

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1975¹⁰⁶</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Matemática Aplicada I
2.	1	Estatística Metodológica

¹⁰⁶ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

3.	1	Contabilidade Geral
4.	1	Introdução à Economia (semestral)
5.	1	História Econômica Geral (semestral)
6.	1	Instituições de Direito (semestral)
7.	1	Teologia I
8.	1	Iniciação Filosófica (semestral)
9.	1	Estudo dos Problemas Brasileiros I
10.	1	Educação Física I
11.	2	Matemática Aplicada II
12.	2	Estatística Econômica
13.	2	Análise de Balanços
14.	2	Introdução à Análise Econômica (semestral)
15.	2	Formação Econômica do Brasil (semestral)
16.	2	Sociologia (semestral)
17.	2	Geografia Econômica (semestral)
18.	2	Introdução à Administração e Teoria Geral da Administração
19.	2	Teologia II
20.	2	Educação Física II
21.	3	Análise Microeconômica
22.	3	Contabilidade Nacional (semestral)
23.	3	Finanças Públicas
24.	3	História do Pensamento Econômico (semestral)
25.	3	Administração Financeira e Orçamento
26.	3	Doutrina Social da Igreja
27.	3	Educação Física III
28.	4	Análise Macroeconômica
29.	4	Política e Programação Econômica
30.	4	Econometria, Programação Linear e Análise Interindustrial
31.	4	Economia Internacional
32.	4	Desenvolvimento Econômico
33.	4	Ética Profissional
34.	4	Estudo de Problemas Brasileiros II
35.	4	Educação Física IV

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1980¹⁰⁷</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Contabilidade Geral
2.	1	Estatística Metodológica
3.	1	História Econômica Geral

¹⁰⁷ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

4.	1	Instituições de Direito
5.	1	Introdução à Economia
6.	1	Matemática Aplicada I
7.	1	Iniciação Filosófica
8.	1	Estudo dos Problemas Brasileiros I
9.	1	Teologia I
10.	1	Seminário de Matemática
11.	1	Educação Física I
12.	2	Estrutura e Análise de Balanços
13.	2	Estatística Econômica
14.	2	Formação Econômica do Brasil
15.	2	Geografia Econômica
16.	2	Introdução à Administração e Teoria Geral da Administração
17.	2	Matemática Aplicada II
18.	2	Sociologia
19.	2	Teologia II
20.	2	Educação Física II
21.	3	Administração Financeira e Orçamentos
22.	3	Análise Microeconômica
23.	3	Contabilidade Nacional
24.	3	Finanças Públicas
25.	3	História do Pensamento Econômico
26.	3	Moeda e Bancos
27.	3	Doutrina Social da Igreja
28.	3	Pesquisa de Mercado
29.	3	Educação Física III
30.	4	Análise Macroeconômica
31.	4	Desenvolvimento Econômico
32.	4	Econometria, Programação Linear e Análise Interindustrial
33.	4	Economia Internacional
34.	4	Ética Profissional
35.	4	Política e Programação Econômica
36.	4	Estudo de Problemas Brasileiros II
37.	4	Noções de Organização e Adm. de Centro de Proc. De Dados
38.	4	Estágio
39.	4	Educação Física IV

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1985¹⁰⁸</i>		
Ordem	Série	Disciplinas

¹⁰⁸ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

1.	1	Contabilidade Geral
2.	1	Introdução à Estatística Econômica
3.	1	Introdução às Ciências Sociais
4.	1	História Econômica Geral
5.	1	Iniciação Filosófica “B”
6.	1	Instituições de Direito
7.	1	Introdução à Economia I
8.	1	Matemática
9.	1	Noções de Matemática Financeira
10.	1	Antropologia Teológica “A”
11.	1	Educação Física I
12.	2	Introdução à Econometria
13.	2	Análise de Balanços
14.	2	Formação Econômica do Brasil
15.	2	Geografia Econômica
16.	2	Introdução à Análise Econômica
17.	2	Introdução à Administração e Teoria Geral da Administração
18.	2	Introdução à Economia - Matemática
19.	2	Sociologia Aplicada
20.	2	Antropologia Teológica “B”
21.	2	Educação Física II
22.	3	Administração Financeira e Orçamentos
23.	3	Análise Microeconômica
24.	3	Contabilidade Nacional
25.	3	Finanças Públicas
26.	3	História do Pensamento Econômico
27.	3	Moeda e Bancos
28.	3	Pesquisa de Mercado
29.	3	Elaboração e Avaliação de Projetos
30.	3	Antropologia Teológica “C”
31.	4	Análise Macroeconômica
32.	4	Desenvolvimento Econômico
33.	4	Econometria, Programação Linear e Análise Interindustrial
34.	4	Economia Internacional
35.	4	Estudo dos Problemas Brasileiros II
36.	4	Ética Profissional
37.	4	Laboratório de Econometria
38.	4	Noções de Organização e Administração de CPD
39.	4	Política e Programação Econômica

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1990¹⁰⁹</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Antropologia Teológica A
2.	1	Contabilidade Geral
3.	1	História Econômica Geral
4.	1	Iniciação Filosófica B
5.	1	Instituições de Direito
6.	1	Introdução à Economia I
7.	1	Introdução à Estatística Econômica
8.	1	Introdução às Ciências Sociais
9.	1	Matemática B
10.	1	Noções de Matemática Financeira
11.	2	Administração
12.	2	Análise de Balanços B
13.	2	Antropologia Teológica B
14.	2	Economia de Recursos Naturais
15.	2	Estatística Econômica e Introdução à Econometria
16.	2	Formação Econômica do Brasil
17.	2	Introdução à Economia II
18.	2	Introdução à Economia Matemática
19.	2	Sociologia
20.	2	Teoria Geral da Administração
21.	3	Administração Financeira e Orçamentária
22.	3	Antropologia Teológica C
23.	3	Contabilidade de Custos
24.	3	Contabilidade Social
25.	3	Economia do Setor Público
26.	3	Economia Monetária
27.	3	Elaboração e Análise de Projetos
28.	3	História do Pensamento Econômico
29.	3	Introdução ao Marketing
30.	3	Metodologia da Pesquisa Científica
31.	3	Teoria Microeconômica I
32.	3	Teoria Microeconômica II
33.	4	Desenvolvimento Sócio-econômico
34.	4	Econometria, Programação Linear e Análise Interindustrial
35.	4	Economia Brasileira Contemporânea
36.	4	Economia e Ética
37.	4	Economia Internacional
38.	4	Estudo de Problemas Brasileiros
39.	4	Laboratório de Econometria

¹⁰⁹ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

40.	4	Monografia
41.	4	Noções de Organização e Administração de CPD
42.	4	Política e Planejamento Econômico
43.	4	Técnicas de Pesquisa em Economia
44.	4	Teoria Macroeconômica I
45.	4	Teoria Macroeconômica II
46.	5	Economia Brasileira Contemporânea
47.	5	Elaboração e Análise de Projetos
48.	5	Monografia
49.	5	Técnicas de Pesquisa em Economia
50.	-	Educação Física I
51.	-	Educação Física II

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 1995¹¹⁰</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
1.	1	Contabilidade Geral
2.	1	História Econômica Geral
3.	1	Instituições de Direito
4.	1	Introdução às Ciências Sociais
5.	1	Introdução à Economia I
6.	1	Antropologia Teológica A
7.	1	Iniciação Filosófica B
8.	1	Introdução à Estatística Econômica
9.	1	Noções de Matemática Financeira
10.	1	Matemática B
11.	2	Administração
12.	2	Análise de Balanços
13.	2	Formação Econômica do Brasil
14.	2	Introdução à Economia II
15.	2	Metodologia da Pesquisa Científica
16.	2	Sociologia
17.	2	Teoria Geral da Administração
18.	2	Antropologia Teológica B
19.	2	Introdução à Economia Matemática
20.	2	Economia dos Recursos Naturais
21.	2	Estatística Econômica Introdução à Econometria
22.	3	Administração Financeira e Orçamentária
23.	3	Contabilidade de Custos A
24.	3	História do Pensamento Econômico

¹¹⁰ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

25.	3	Elaboração e Análise de Projetos
26.	3	Introdução ao Marketing
27.	3	Teoria Microeconômica I
28.	3	Contabilidade Social
29.	3	Economia Monetária
30.	3	Economia do Setor Público
31.	3	Teoria Microeconômica II
32.	3	Técnicas de Pesquisa em Economia
33.	4	Econometria, Programação Linear e Análise Interindustrial
34.	4	Economia Internacional
35.	4	Laboratório de Econometria
36.	4	Noções de Organização e Administração de CPD
37.	4	Antropologia Teológica C
38.	4	Teoria Macroeconômica I
39.	4	Teoria Macroeconômica II
40.	4	Desenvolvimento Sócio-econômico
41.	4	Política e Planejamento Econômico
42.	4	Economia e Ética
43.	4	Economia Brasileira Contemporânea
44.	4	Monografia

<i>Estrutura Curricular PUC-Campinas 2000¹¹¹</i>		
Ordem	Série	Disciplinas
45.	1	Contabilidade Geral
46.	1	História Econômica Geral
47.	1	Instituições de Direito
48.	1	Introdução às Ciências Sociais
49.	1	Introdução à Economia I
50.	1	Antropologia Teológica A
51.	1	Iniciação Filosófica B
52.	1	Introdução à Estatística Econômica
53.	1	Noções de Matemática Financeira
54.	2	Matemática B
55.	2	Administração
56.	2	Análise de Balanços
57.	2	Formação Econômica do Brasil
58.	2	Introdução à Economia II
59.	2	Metodologia da Pesquisa Científica
60.	2	Sociologia

¹¹¹ Cadeira e Disciplinas do Curso de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Cópia da grade fornecida pela Secretaria Geral daquela Universidade.

61.	2	Teoria Geral da Administração
62.	2	Antropologia Teológica B
63.	2	Introdução à Economia Matemática
64.	2	Economia dos Recursos Naturais
65.	2	Estatística Econômica Introdução à Econometria
66.	3	Administração Financeira e Orçamentária
67.	3	Contabilidade de Custos A
68.	3	História do Pensamento Econômico
69.	3	Elaboração e Análise de Projetos
70.	3	Introdução ao Marketing
71.	3	Teoria Microeconômica I
72.	3	Contabilidade Social
73.	3	Economia Monetária
74.	3	Economia do Setor Público
75.	3	Teoria Microeconômica II
76.	3	Técnicas de Pesquisa em Economia
77.	4	Econometria, Programação Linear e Análise Interindustrial
78.	4	Economia Internacional
79.	4	Laboratório de Econometria
80.	4	Noções de Organização e Administração de CPD
81.	4	Antropologia Teológica C
82.	4	Teoria Macroeconômica I
83.	4	Teoria Macroeconômica II
84.	4	Desenvolvimento Sócio-econômico
85.	4	Política e Planejamento Econômico
86.	4	Economia e Ética
87.	4	Economia Brasileira Contemporânea
88.	4	Monografia

BIBLIOGRAFIA

- AJDUKIEWICZ, Kazimierz. *Problemas e Teorias da Filosofia (Teoria do conhecimento e metafísica)*. Livraria Editora Ciências Humanas. São paulo: 1979.
- ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-modernidade*. Zahar. Rio de Janeiro: 1999.
- _____. *O Fim da História: De Hegel a Fukuyama*. Zahar. Rio de Janeiro: 1992.
- ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho (O confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80)*. Editora Ensaio, Editora da Unicamp. Campinas, 1988.
- BENAYON, Adriano. *Globalização versus Desenvolvimento*. Editora LGE. Brasília: 1998.
- BOSI, A. *Dialética da Colonização*. Paz e Terra. São Paulo: 1996.
- BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha*, em *Contra Corrente* – Emir Sader (org).Record. Rio de Janeiro:2001.
- BUARQUE, Cristóvam. *Os Tigres Assustados*. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro: 1999.
- CANABRAVA, Alice Piffer (org). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – 1946/81*. Coordenação e Organização Profª. Dra. Alice Piffer Canabrava. Edição Comemorativa 35º aniversário FEA/USP (1946/1981) Cinquentenário da USP (1934-1984). CANABRAVA, Alice Piffer (org.).Editor Prof. José Augusto Gaugliardi. Colaboraram CNPq, Nossa Caixa, FEA/USP.
- CANO, Wilson. *Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*. 4ª Ed. Fapesp. São Paulo: 1995.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A Fala dos Homens - Análise do Pensamento Tecnocrático 1964-1981*. Editora Brasiliense. São Paulo: 1983.
- _____. *A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresas*. Editora Vozes. Petrópolis: 1980.
- CUNHA, L.A. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. 10ª ed. Ed. Francisco Alves. Rio de Janeiro: 1988.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 15ª ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 2000.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*. Studio Nobel. São Paulo: 1995.
- FERRETTI, C.J. ZIBAS, D.M.L. MADEIRA, F.R. FRANCO, M.L.P.B. (org.) *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação - Um Debate Multidisciplinar*. Vozes. Petrópolis: 1994.
- FRACALANZA, Paulo Sérgio. *Redução do Tempo de Trabalho: Uma Solução para o Problema do Desemprego?* Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Unicamp. Campinas: 2001.
- FROYEN, Richard. *Macroeconomia*. Editora Saraiva. 5ª ed. São Paulo: 1999.
- GAMBOA, Sílvio Sanchez e(org.) e SANTOS FILHO, José Camilo dos. *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. 3ª ed. Cortez. São paulo: 2000.
- GAMBOA, Sílvio Sanchez. *Epistemologia da Pesquisa em Educação*. Praxis. Campinas: 1998.

- GENTILI, Pablo. *A Falsificação do Consenso: Simulacro e Imposição na Reforma Educacional do Neoliberalismo*. Ed. Vozes. Petrópolis: 1998.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. Difusão Européia do Livro. São Paulo: 1972.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Circulo do Livro. São Paulo: 1984.
- GRAY, John. *Falso Amanhecer – os equívocos do capitalismo global*. Record. Rio de Janeiro: 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- _____. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Martins Fontes. São Paulo: 2000.
- HARVEY, David. *Reinventando a Geografia*, em *Contra Corrente – Emir Sader* (org). Record. Rio de Janeiro: 2001.
- IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. 4ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1999.
- Indicadores de Desenvolvimento Humano*. Organização das Nações Unidas: 2001.
- JAEGER, Werner. *PAIDÉIA - A Formação do Homem Grego*. (Cap. II) Trad. Artur M. Parreira. São Paulo,, Herder: 1984.
- JAMESON, Fredric. *Globalização e Estratégia Política*, em *Contra Corrente – Emir Sader* (org). Record. Rio de Janeiro: 2001.
- KLAMER, Arjo. *Conversas com Economistas: os novos economistas clássicos e seus opositores falam sobre a atual controvérsia em macroeconomia*. Tradução A. Zoratto Sanvicente. Pioneira, ed. Da USP. São Paulo: 1988.
- KON, Anita. *Economia Industrial*. Editora Nobel. São Paulo: 1994.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. 5ª ed. Paz e Terra. São Paulo: 1999.
- LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Globalização, Pós-modernidade e Educação - história, filosofia e temas transversais*. Editora Autores Associados. Universidade do Contestado. Campinas: 2001.
- _____. (org.). *Pesquisa em Educação - História, Filosofia e temas Transversais*. Ed. Autores Associados. Campinas: 1999.
- LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996)*. Editora Vozes. Petrópolis: 1997.
- LUXEMBURGO, Rosa in KALECKI, Michal. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. Editora Hucitec, 2ª ed. São Paulo: 1987.
- MARCUSE, Hebert. *A ideologia da Sociedade Industrial*. Zahar. Rio de Janeiro: 1967.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O Rendimento e suas Fontes*. Nova Cultural. São Paulo: 1986.
- MESZAROS, I. *Marx Filósofo*, in HOBSBAWN, E. (org) *História do Marxismo*. Paz e Terra, Vol. I. Rio de Janeiro: 1983.
- NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. *Ajuda Externa à Educação Brasileira: Na Produção do “Mito do Desenvolvimento” Da USAID ao Banco Mundial*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP: 1998.
- NOSELA, p. *Modernização da Produção e da Escola no Brasil: O Estigma da Relação Escravocrata*. Revista da ANPED, Novembro de 1990.
- ORTIZ, Renato. *Globalização e Mundialização*. Cadernos de Sociologia Nº 01 IFCH – UNICAMP: 1996.
- PAULO NETO, J. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. Cortez. São paulo: 1993.

- PERROUX, François. *Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: 1981.
- POCHMANN, Márcio. *O Trabalho Sob Fogo Cruzado - Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século*. Editora Contexto. São Paulo: 1999.
- PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. 17ª ed. Cortez Editora. São Paulo: 2000.
- RICUPERO, Rubens. *Jornal do Economista*, junho/2001.
- RUGIU, A. *Nostalgia do Mestre Artesão*. Autores Associados. Campinas: 1998.
- SADER, Emir (org). *Contra Corrente*. Record. Rio de Janeiro: 2001.
- SAVIANI, Demerval. *A Nova Lei da Educação LDB - Trajetórias, Limites e Perspectivas*. Editora Autores Associados. Campinas: 1999.
- SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. Brasiliense. São Paulo: 1990.
- SEN, Amartya K. *Sobre Ética e Economia*. Companhia das Letras. São Paulo: 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o Século XXI – No Loop da Montanha Russa*. Virando Séculos. Companhia das Letras. São Paulo: 2001.
- VASCONCELLOS, M. A. S. de E LOPES, L. M. (organizadores). *Manual de Macroecnomia – Básico e Internediário. Equipe de Professores da USP*. Editora Atlas. 2ª ed. São Paulo: 2000.
- VERNANT, J. *As Origens do Pensamento Grego*. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 1989.